

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO**

PAULA DANIELI MALANCZEN

**CATOLICISMO E EDUCAÇÃO NA CARTA PASTORAL DE
DOM SEBASTIÃO LEME (1916)**

**PONTA GROSSA
2024**

PAULA DANIELI MALANCZEN

**CATOLICISMO E EDUCAÇÃO NA CARTA PASTORAL
DE DOM SEBASTIÃO LEME (1916)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Linha de Pesquisa História e Política Educacionais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior.

**PONTA GROSSA
2024**

M237 Malanczen, Paula Danieli
Catolicismo e educação na carta pastoral de dom Sebastião Leme (1916) /
Paula Danieli Malanczen. Ponta Grossa, 2024.
124 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior.

1. Dom Sebastião Leme. 2. Carta pastoral. 3. Intelectuais católicos. 4.
Campo educacional. I. Skalinski Junior, Oriomar. II. Universidade Estadual de
Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.7



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

PAULA DANIELI MALANCZEN

CATOLICISMO E EDUCAÇÃO NA CARTA PASTORAL DE DOM SEBASTIÃO LEME (1916)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a): Dr. Oriomar Skalinski Junior - UEPG (Presidente)

Dr. Federico José Alvez Cavanna - UNESPAR

Dra. Maria Julieta Batista de Almeida Weber - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **ORiomAR SKALINSKI JUNIOR**, Professor(a), em 27/02/2024, às 11:10, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Julieta Batista de Almeida Weber**, Professor(a), em 27/02/2024, às 11:19, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1833142** e o código CRC **1AF01F9E**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha gratidão a Deus por me conceder a oportunidade de vivenciar este momento edificante, por me dar forças durante esta jornada, uma vez que seus planos ultrapassam as minhas próprias concepções.

Agradeço profundamente ao meu filho Heitor, o início no mestrado, chegou junto com a notícia de que lhe carregava no meu ventre. Você vivenciou comigo todo o processo. No início ainda na barriga e depois levando a mamãe às aulas, mesmo tão pequeno, sendo paciente em esperar a mamãe sair, para lhe dar colo e aconchego. Não seria possível prosseguir sem a sua motivação diária. Sem nem imaginar você me deu forças para seguir o propósito.

Expresso minha profunda gratidão aos meus pais, Nicolau e Adelia, que desde a infância me ensinaram a ser persistente e buscar constantemente o meu melhor. Que me ensinaram a nunca desistir dos meus sonhos. Desde o início dos meus estudos, me motivaram, dedicando seu tempo e esforço ao meu lado; o amor de vocês foi a força que me sustentou. Gratidão aos meus irmãos, Luis e Nicolas, pelo apoio e auxílio ao longo desse percurso. Assim como a todos meus familiares que me apoiaram neste trajeto, nossas conversas tornaram a jornada significativamente mais suave.

Gratidão a meu esposo, Alexandre, por sua presença constante nos momentos mais desafiadores, oferecendo apoio e sustentação, impulsionando-me a seguir em frente. Seu suporte foi crucial para que eu pudesse conciliar o compromisso dos estudos e a maternidade, permitindo-me dedicar plenamente a ambas as áreas da minha vida.

Expresso minha gratidão ao Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior, por seu valioso apoio à minha trajetória acadêmica. Sua paciência e atenção ao longo do mestrado foram fundamentais, pois me orientou com sabedoria, apontando minhas falhas para que eu pudesse me aprimorar e progredir.

Gratidão aos membros da banca examinadora: Prof. Dra. Maria Julieta Batista de Almeida Weber e Prof. Dr. Frederico José Alvez Cavanna, pela apreciação e contribuições à presente pesquisa.

RESUMO

MALANCZEN, Paula Danieli. **Catolicismo e educação na Carta Pastoral de dom Sebastião Leme (1916)**. 2024. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

Esta dissertação tem como objetivo analisar a **Carta Pastoral, saudando os seus diocesanos** (1916), escrita por dom Sebastião Leme (1882-1942), arcebispo metropolitano de Olinda. Destacam-se suas proposições e seu impacto no campo educacional, no contexto das relações entre Igreja e Estado durante a Primeira República. Nossa investigação é situada no âmbito da História da Educação e busca ampliar suas possibilidades de análise a partir do diálogo com a História Intelectual e com a Sociologia. Destacam-se como ferramentas conceituais empregadas na pesquisa, nomeadamente, as categorias elaboradas por Pierre Bourdieu. A **Carta Pastoral** de dom Leme, publicada em 1916, por ocasião de sua posse junto à Arquidiocese de Olinda (a partir de 1918, Arquidiocese de Olinda e Recife), é a fonte histórica selecionada para nossa pesquisa. Conseguiu-se cópia *fac-símile* da primeira edição do documento, no repositório virtual da *Catholic University of America*, Whashington-DC. A referida edição foi publicada pela Typologia Vozes de Petrópolis – possui 138 páginas e é dividida em 4 partes. Sebastião Leme foi uma das mais importantes lideranças intelectuais católicas da primeira metade do século XX, notabilizando-se por sua atuação no sentido de recuperar a relevância da doutrina e dos valores católicos no debate público. Nesse sentido, impulsionou a estratégia de mobilizar o laicato com vistas a que ocupassem posições em variados campos sociais, trabalhando em favor dos interesses da Igreja, numa atuação na fronteira dos campos político, religioso e educacional. No presente trabalho realiza-se uma análise da estrutura, do conteúdo e do sentido histórico da **Carta Pastoral** de dom Leme, aquilatando-a como um documento chave – a considerar seu impacto significativo no contexto da Primeira República – para entender as ideias e as estratégias propostas pelo arcebispo, com vistas à restauração católica do país. Como resultados destacam-se alguns elementos capitais ao longo do discurso de dom Leme em sua **Carta Pastoral**, quais sejam: a relevância por ele conferida ao que entendia ser o problema da ignorância religiosa no Brasil, interpretada como um real impeditivo para a coesão e a mobilização social dos católicos; laicização do Estado brasileiro, juntamente com a secularização da cultura nacional, num fenômeno típico da modernidade promovida pela República, que, na avaliação de dom Leme, implicavam na perda da histórica identidade católica do povo; e, ainda, a defesa ferrenha da presença católica no campo educacional, notadamente, por meio do ensino religioso como disciplina nas escolas oficiais, ao que se somou a demanda pela subvenção estatal das escolas católicas. Sebastião Leme trabalhou em favor de uma concepção de fé amparada pelo conhecimento e pela racionalidade, como caminho para superação de uma religiosidade norteada pelos aspectos afetivos, que, segundo ele, abria a porta para a ignorância religiosa. A repercussão da **Carta Pastoral** proporcionou a dom Leme visibilidade e prestígio, tanto em meios católicos quanto seculares, o que solidificou sua liderança intelectual e alavancou o projeto de uma neocristandade no Brasil.

Palavras-chave: Dom Sebastião Leme. Carta Pastoral. Intelectuais católicos. Campo educacional.

ABSTRACT

MALANCZEN, Paula Danieli. **Catholicism and education in the Pastoral Letter of dom Sebastião Leme (1916)**. 2024. 123 f. Dissertation (Master's in Education) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2024.

The aim of this dissertation is to analyze the **Pastoral Letter, greeting the diocesans (1916)** written by dom Sebastião Leme (1882-1942), Metropolitan Archbishop of Olinda. It highlights his propositions and their impact on the educational field, in the context of the relations between Church and State during the First Republic. Our investigation is situated within the scope of the Education History and seeks to broaden its possibilities of analysis through dialog with Intellectual History and Sociology. The conceptual tools used in the research include the categories developed by Pierre Bourdieu. Dom Leme's **Pastoral Letter**, published in 1916, on the occasion of his inauguration to the Archdiocese of Olinda (from 1918, Archdiocese of Olinda and Recife), is the historical source selected for our research. A facsimile copy of the first edition of the document was obtained from the virtual repository of the Catholic University of America, Washington-DC. This edition was published by Typologia Vozes de Petrópolis - it has 138 pages and is divided into 4 parts. Sebastião Leme was one of the most important Catholic intellectual leaders of the first half of the 20th century, notable for his efforts to restore the relevance of Catholic doctrine and values in the public debate. In this sense, he promoted the strategy of mobilizing the laity so that they would occupy positions in different social fields, working on behalf of the Church's interests, at the frontier of the political, religious and educational fields. This investigation analyzes the structure, content and historical meaning of Dom Leme's Pastoral Letter, highlighting it as a key document - considering its significant impact in the context of the First Republic - for understanding the ideas and strategies proposed by the archbishop with a view to the Catholic restoration of the country. As results of our research, some key elements stand out throughout Dom Leme's speech in his Pastoral Letter, namely: the relevance he gave to what he understood to be the problem of religious ignorance in Brazil, interpreted as a real impediment to the cohesion and social mobilization of the Catholics; the laicization of the Brazilian State, jointly with the secularization of national culture, in a typical phenomenon of modernity promoted by the Republic, which, in Dom Leme's assessment, implied the loss of the people's historic Catholic identity; and also the staunch defense of the Catholic presence in the educational field, notably through religious education as a subject in state schools, to which was added the demand for state subsidy of Catholic schools. Sebastião Leme worked in favor of a conception of faith supported by knowledge and rationality, as a way to overcome a religiosity guided by affective aspects, which, according to him, opened the door to religious ignorance. The repercussions of the **Pastoral Letter** provided dom Leme visibility and prestige, both Catholic and secular circles, which solidified his intellectual leadership and leveraged the project of a neo-Christianity in Brazil.

Keywords: Dom Sebastião Leme. Pastoral Letter. Catholic intellectuals. Educational field.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: foto de dom Sebastião Leme da Silveira Cintra	50
Figura 2: capa da primeira edição da revista A Ordem , no mês de agosto de 1921...68	
Figura 3: Alceu Amoroso Lima discursando ao cardeal Leme (1935)	70
Figura 4: foto de dom Sebastião Leme.....	73
Figura 5: missa na Igreja de Sant'Ana, em memória dos 80 anos da morte de dom Sebastião Leme (2022)	78
Figura 6: capa da Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos, 1916	81
Figura 7: imagem do Sumário, referente à primeira parte da Carta Pastoral de dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos, 1916	82
Figura 8: imagem do Sumário, referente à segunda parte da Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos, 1916	90
Figura 9: imagem do Sumário, referente à terceira parte da Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos, 1916	99
Figura 10: imagem do Sumário, referente à quarta parte da Carta Pastoral de dom Sebastião Leme, arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos, 1916	111

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
AC	Ação Católica
ACB	Ação Católica Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
HAC	Homens da Ação Católica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JCB	Juventude Católica Brasileira
JFC	Juventude Feminina Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
LFAC	Liga Feminina da Ação Católica
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - INTELLECTUAIS, ESTADO E IGREJA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA	21
1.1 O campo político da Primeira República (1889-1930)	21
1.2 Intelectuais católicos e Estado: reflexões sobre as relações de poder	30
1.3 O campo educacional na Primeira República.....	36
CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIA INTELLECTUAL E RELIGIOSA DE DOM LEME	50
2.1 Estudos iniciais e formação sacerdotal em Roma	51
2.2 Padre em São Paulo, bispo auxiliar no Rio de Janeiro, arcebispo de Olinda e Recife	56
2.3. Arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, arcebispo do Rio de Janeiro e cardeal da Igreja	66
CAPÍTULO 3 - A CARTA PASTORAL DE DOM SEBASTIÃO LEME, SAUDANDO OS SEUS DIOCESANOS (1916): RELIGIÃO, POLÍTICA E EDUCAÇÃO	80
3.1 A situação católica no país, seus problemas e suas causas.....	81
3.2 A “ignorância religiosa” como problema para a nacionalidade	90
3.3 A instrução religiosa como meio de enfrentamento da laicização: a escola, o ensino religioso e o catecismo	98
3.4 A saudação e a benção: a espiritualidade como elemento de conclusão da Carta Pastoral	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a **Carta Pastoral, saudando os seus diocesanos** (1916), escrita por dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882–1942), então arcebispo metropolitano de Olinda, com destaque para suas proposições e seu impacto no campo educacional, no contexto das relações entre Igreja e Estado durante a Primeira República. Para tanto, são retomados aspectos capitais que caracterizaram a relação entre o campo político e o campo religioso no período. A discussão da articulação entre esses dois campos nos auxilia a alavancar uma interpretação capaz de gerar complexidade no exame da fonte selecionada.

Nosso interesse em pesquisas relativas a intelectuais católicos surgiu em 2017, durante o terceiro ano do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, por ocasião do desenvolvimento de um projeto de pesquisa junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Essa experiência proporcionou a oportunidade de leitura e iniciação à pesquisa em fontes históricas, por meio do trabalho do Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior, que orientou nossa pesquisa intitulada: **Psicologia, Educação e intelectuais católicos: elementos do livro Adolescência, Idade da Aventura (1958)**. Por meio desse projeto houve a oportunidade de participar de reuniões do Grupo de Pesquisa Intelectuais, História e Educação no Brasil e no contexto internacional, credenciado junto ao CNPq e certificado pela UEPG, nas quais pudemos avançar em nossos conhecimentos e conhecer melhor a vivência da pesquisa acadêmica.

Como desdobramento da realização desse PIBIC, desenvolvemos em 2018 nosso Trabalho de Conclusão de Curso com temática relativa, a qual se concretizou no TCC intitulado: **A produção escrita e a direção intelectual de Alceu Amoroso Lima (1893-1983) sobre a temática da Adolescência: Psicologia, Educação e catolicismo**. Seguindo a mesma direção de pesquisa, a qual contempla intelectuais católicos e as particularidades de sua atuação, foi delimitado o tema da presente dissertação, o qual contempla a liderança intelectual exercida por dom Sebastião Leme, durante a Primeira República, a partir das ideias e proposições de intervenção por ele manifestas em sua **Carta Pastoral** de 1916. A abordagem das relações existentes entre os campos político, religioso e educacional, norteiam nosso estudo, justificando-se na medida das complexas relações existentes entre essas searas do

espaço social, a partir do que se privilegia a investigação de como tais relações podem convergir para a conformação de ideias e de práticas no âmbito da educação.

A fim de conduzir nossa pesquisa utilizamos como ferramentas de análise categorias elaboradas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, especialmente os conceitos de campo, de agente e de *habitus*, particularmente de campo religioso, de campo educacional e de campo político. A partir disso, estabelecemos um suporte para discutir o papel desempenhado pelos intelectuais católicos no campo educacional brasileiro da Primeira República, no caso específico de nossa investigação, destaca-se dom Sebastião Leme e suas intervenções no debate público nacional. Empregar os conceitos de Bourdieu na presente dissertação, mostra-se especialmente profícuo na medida em que proporcionam meios para “[...] compreender o funcionamento macroestrutural da sociedade particularmente os processos de dominação social, sem precisar supor que esses são intencionalmente constituídos, seja pelos indivíduos isolados, seja pelos grupos” (Nogueira, 2017, p. 27).

Conforme Bourdieu (2003, p. 119), os campos sociais podem ser definidos como “[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”. Esse conceito contempla as posições dos agentes, o que permite discutir o local ocupado por cada um dentro desse espaço social. Essas posições são ligadas aos capitais que cada um possui, o que pode vir a lhes possibilitar ocupar um lugar de destaque. Vale ressaltar a importância dada por Bourdieu a esse conceito, ao se considerar que: “O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir de uma distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio” (Ortiz, 1983, p. 21).

É importante, ainda, considerar as particularidades do conceito de campo, na medida em que se fazem relevantes para o presente estudo, destacando-se os campos religioso, político e educacional. Com isso, espera-se aprofundar a compreensão do conceito, bem como ampliar suas possibilidades de emprego. O campo político é pensado por Bourdieu (2002) como um âmbito relativamente autônomo ligado a um universo de regras, crenças e papéis. Um espaço em que ocorrem lutas simbólicas entre os agentes, o que se efetiva pela elaboração e

conquista de produtos políticos, econômicos e culturais – importantes ferramentas de poder. Verifica-se nesse espaço um combate constante pela ocupação das hierarquias, onde os agentes tomam parte no que melhor lhes representa, acatando assim certas decisões. Neste sentido, Canêdo (2017, p. 91) afirma: “A lógica estrutural própria do conceito convida ao levantamento e estudo das propriedades sociais dos agentes que trabalham em concorrência pelo monopólio da manipulação dos bens políticos (posições de controle)”. A partir disso, compreende-se que nesse campo a luta é travada com vistas à obtenção do monopólio, efetivamente, ser o detentor do poder de influir de maneira decisiva, para assim conquistar o que se almeja.

Passando-se a tratar do campo religioso, destaca-se Loyola (2017, p. 93-94) que, com base em Pierre Bourdieu, escreve que “os limites do campo religioso relativamente autônomo se consolidaram, [...] na distinção simbólica entre o monopólio do saber sagrado e a ignorância profana, que a noção de segredo/mistério exprime e reforça”. Nesses termos, estabelece-se comumente o discurso de que somente a partir de uma congregação religiosa é possível alcançar o bom caminho, e de que quem não estiver ligado ao âmbito religioso estaria na ignorância profana, sendo alguém que não respeitaria o sagrado. Ao pensarmos sobre o caso brasileiro, a Igreja Católica empregou esse discurso como uma ferramenta constante para seu estabelecimento, bem como para seu rearmamento institucional, após a Proclamação da República e o fim do Regime do Padroado. Para tanto, a Igreja buscou reformar as maneiras de propagar seus valores e de defender sua perspectiva, nesse sentido uma de suas estratégias de ação foi efetivada por meio do trabalho de intelectuais católicos, fossem clérigos ou leigos:

O desenvolvimento de um corpo de especialistas encarregados da gestão dos bens de salvação, preparados e legitimados para o exercício monopolizado dessa função, constitui outro aspecto da divisão social do trabalho que contribuiu com a gênese da religião como campo autônomo. De fato, a formação de um campo religioso pressupõe uma distinção entre especialistas religiosos, detentores de capital religioso, e leigos profanos, destituídos desse tipo de capital. Tal desapropriação valeu não apenas para distinguir sacerdotes e fiéis, mas também os grupos anteriormente reconhecidos como legítimos especialistas religiosos, que passaram a ocupar uma posição inferior na estrutura do campo, com seu conhecimento sendo classificado como magia, feitiçaria ou outras formas profanas de manipulação do sagrado (Loyola, 2017, p. 93).

Com isso, enfatiza-se que para a Igreja, aproximar-se dos fiéis, por meio do emprego de variadas estratégias de ação, é algo capital para sua permanência

histórica. O discurso acerca da salvação, bem como acerca do que seria bom ou mau, implica em um direcionamento moral, e em um instrumento de poder simbólico. Ao tratar do sagrado, do profano e da salvação, o discurso religioso impacta o cotidiano dos agentes, conformando esquemas de percepção e de sensibilidade. Pensando-se nesses termos, a citação a seguir nos oferece mais elementos para avaliar a religião, a religiosidade e seu impacto na cultura:

[...] a religião é um sistema simbólico que funciona como princípio que constrói a experiência. Ela delimita o que merece ser discutido e o que deve ser admitido sem discussão, como dogma ou mistério da fé. Ela converte os preceitos implícitos de um *ethos* desejável, consagrando-os como normas éticas explícitas, racionalizadas e sistematizadas. A religião, portanto, cumpre uma função ideológica possível de ser mobilizada por um grupo ou classe na medida em que permite a consagração das propriedades características de um estilo de vida determinado. Tais propriedades, associadas a um grupo ou classe que ocupa uma posição determinada na estrutura social e, portanto, sempre arbitrárias, podem ser legitimadas pela religião, que as sacraliza e naturaliza em sistemas de representações consagrados cuja estrutura reproduz, de forma transfigurada e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações socioeconômicas vigentes (Loyola, 2017, p. 94).

Tais relações de poder têm uma dinâmica e se concretizam no interior do campo, onde os agentes envolvidos buscam ocupar posições valorizadas em sua organização. No período abordado por esta pesquisa, havia uma luta acirrada pela ocupação de espaços específicos. Um campo em particular despertava notável disputa, a saber, o campo educacional, em razão de seu papel decisivo na promoção de ideias, saberes e valores. Consequentemente, o poder conquistado nesse campo era determinante para superar ou para estabelecer uma dominância, uma vez que se detinha uma poderosa ferramenta de intervenção social, capaz de impactar a sociedade de acordo com os conteúdos trabalhados. Portanto, é relevante destacar a compreensão desse campo com base na teoria de Bourdieu:

O campo educacional aqui é compreendido como uma parcela do espaço social, no qual são desenvolvidas atividades, técnicas e teorias específicas dessa área, por meio de agentes e instituições também específicos, de modo a impulsionar a circulação de saberes e movimentar instâncias de poder (Bach, 2021, p. 43).

O campo educacional se refere especificamente ao espaço social onde ocorrem as lutas simbólicas e as relações de poder atinentes à educação, o que implica em competição por recursos, por posições e por reconhecimento dentro desse âmbito. Trata-se, portanto, de um componente do quadro social como um todo, no

qual se elaboram princípios, discursos, abordagens e práticas específicas, no que diz respeito à esfera da educação. A dinâmica desse processo é colocada em movimento por agentes – individuais ou instituições – que ao tomarem parte no campo, passam a operar em acordo com suas regras características, comprometendo-se e dando validade às mesmas. Ao avaliar um campo, a teoria bourdieusiana se concentra na análise das dinâmicas de poder, competição e desigualdade, levando em consideração os tipos de capital que os agentes possuem, e como tais móveis de luta influenciam suas oportunidades e respectivas posições no campo (Sganderla; Carvalho, 2010).

É importante ressaltar o papel do conceito de campo cultural na teoria de Pierre Bourdieu, especialmente, em razão do presente estudo contemplar a presença da religiosidade na cultura brasileira. Conforme assinalado por Arruda e Passiani (2017), contemplar o referido conceito é central para entender como Bourdieu avaliou a produção e a circulação de bens culturais no espaço social, de modo a proporcionar uma avaliação das dinâmicas de poder, das disputas e dos processos de legitimação de um posicionamento dominante. Assim, o mundo da cultura, enquanto um campo detentor de características e de regras particulares, bem como dotado de relativa autonomia, mostra-se um complexo âmbito de estudo no qual, inclusive, são verificados sistemas de classificação, de legitimação e de hierarquia que expressam as regras do jogo, onde algo é aceito ou rejeitado como culturalmente válido.

A articulação entre os conceitos sociológicos de Pierre Bourdieu, conforme a discussão aqui encetada, destacados como principais aportes para a constituição do referencial de análise empregado em nossa pesquisa, permite-nos a construção de uma interpretação mais acurada de nosso objeto de estudo, a saber, a **Carta Pastoral, saudando os seus diocesanos** (1916), de modo a colocar em perspectiva diferentes aspectos da atuação de dom Sebastião Leme, notadamente a partir do documento em questão.

A fim de alcançar uma base teórica ampla, realizamos um levantamento de literatura de apoio, com vistas a respaldar nosso estudo, uma vez que existem trabalhos acadêmicos que apresentam análises pertinentes ao tema de investigação. Para tanto, utilizamos plataformas e bancos de dados on-line para realizar buscas, nomeadamente: o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o Portal de Periódicos da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Google Acadêmico e o SciELO. Também foram utilizadas na seleção fontes físicas

como livros e material impresso. No que diz respeito aos descritores empregados na realização das buscas, registresse: “Dom Leme”, “Dom Sebastião Leme”, “Cardeal Leme”; “Trajetória de dom Leme”, “Dom Leme e Igreja Católica”, “Carta Pastoral de Dom Leme”. A seguir passamos à descrição dos trabalhos acadêmicos selecionados.

A dissertação de Mauro Ferreira de Souza, **A Igreja e o Estado: uma análise da separação da igreja católica do estado brasileiro na constituição de 1891**, publicada no ano de 2008, enfatiza o reposicionamento das relações entre Estado e Igreja no país, no início do contexto republicano. Acerca das mudanças que ocorreram na relação entre o Estado e a Igreja no período, destacamos o artigo **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930)**, de autoria de Maurício de Aquino, publicado em 2012. Do livro **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais: campos, fronteiras e disputas, volume 1**, organizado por Névio de Campos e Gerardo Garay Montaner, publicado em 2021, realizamos a leitura do capítulo escrito por Oriomar Skalinski Junior, intitulado **Intelectuais católicos e o advento republicano: a presença de clérigos e leigos como fundamento e meio de ação da igreja romana no Brasil**, no qual é apresentada uma análise sobre a atuação dos intelectuais católicos durante a Primeira República. No que diz respeito à atuação dos intelectuais católicos como planejadores e consolidadores do espaço social católico centrado no Rio de Janeiro, selecionamos a dissertação de Pedro Filipe Barros Oliveira, escrita em 2018, a qual leva o título: **Os arquitetos da Neocristandade: análise da atuação de intelectuais convertidos e leigos na construção do espaço social católico centrado no Rio de Janeiro (1930 - 1935)**.

Para discutir a particularidade da trajetória de dom Leme, destacamos a literatura que passamos a apresentar. Com ênfase nas ações realizadas pelo cardeal na articulação e na defesa dos princípios católicos por meio do campo educacional, destacamos o artigo de Peri Mesquida e Miriam F. Brighenti, intitulado **Dom Leme, os intelectuais e o papel da educação na reconquista da hegemonia católica: a guerra de posição de 1915 a 1950**, publicado em 2011. A tese de Alexandre Luis Oliveira, **A política dos cardeais: uma análise transnacional da atuação de Sebastião Leme e Manuel Cerejeira (1930/1945)**, publicada em 2018, oferece-nos uma perspectiva acerca da atuação de dom Leme no debate público, já como arcebispo do Rio de Janeiro e cardeal da Igreja. O artigo de Marco Antonio Baldin, **Dom Leme e a recristianização do Brasil: ensaio de interpretação**, de 2009,

destaca a atuação de dom Leme na função de arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, na década de 1920. Já o artigo de Alexandre Luis de Oliveira, com o título **Dom Sebastião Leme e as estratégias de atuação do catolicismo nos anos de 1930**, publicado em 2016, oferece uma interpretação da atuação do cardeal na década de 1930, um período de marcante transição política no Brasil. O livro **Rio 456 anos a Igreja na História Da Cidade**, foi publicado em 2015, a partir da organização de Alexandre Steckel, de Luís Corrêa Lima e de Marcos Guedes Veneu. Dessa coletânea, o capítulo escrito por André Phillippe Pereira, intitulado **Dom Leme, liderança cativante na Igreja e na sociedade - A Igreja na história da cidade**, dá visibilidade à liderança de dom Leme no Rio de Janeiro, ao discutir os marcos históricos de sua atuação na cidade.

Francisco Antonio de Vasconcelos publicou em 2015 o artigo **Notas sobre a liderança de Dom Sebastião Leme no Brasil** e, em 2018, **Dom Sebastião Leme: um homem e seu tempo**. Nesses textos destacou as contribuições da liderança de dom Leme, situando-as num contexto de esforços empreendidos pela Igreja, por meio da atuação de clérigos e de leigos, a fim de modernizar suas estratégias de intervenção política e cultural. Uma importante fonte com informações detalhadas acerca da trajetória de Sebastião Leme é a biografia escrita pela irmã Maria Regina Santo Rosário, com o título **O Cardeal Leme (1882-1942)**, publicada em 1962. Em que pese se tratar de obra claramente laudatória, as informações amealhadas pela religiosa oferecem importante contribuição para nosso trabalho. Dessa forma, tomando-se os devidos cuidados para não aderir à narrativa por ela composta, é possível coletar dados importantes e fidedignos acerca da vida de dom Leme, desde sua infância até sua morte. O livro **O Cardeal Leme** escrito por Alceu Amoroso Lima, em 1943, ano seguinte ao falecimento de Sebastião Leme, também é uma obra que busca louvar as ações do arcebispo do Rio de Janeiro. Nele Amoroso Lima destaca especialmente a atuação de dom Leme como liderança expressiva, tanto nos termos de suas realizações, quanto como figura que conseguiu congregiar diversos intelectuais.

A literatura de apoio aqui descrita constituiu arcabouço sólido e diversificado, contribuindo para que seja possível estabelecer uma discussão abrangente do tema proposto. Destaca-se que a presente pesquisa é situada no campo da História da Educação, num posicionamento de fronteira com o campo da História Intelectual, com foco no posicionamento e na intervenção de dom Sebastião Leme no debate público,

na medida de sua ação como agente intelectual. Trata-se de uma investigação de caráter bibliográfico e documental. A pesquisa documental utiliza essencialmente documentos que não passaram por processamento analítico, ou seja, não foram analisados ou sistematizados, cabendo aos pesquisadores selecionar informações, processá-las e interpretá-las, a fim produzir uma narrativa dotada de sentido a partir de sua fonte (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015).

Ao considerar tais aspectos, destacamos que a fonte em torno da qual nossa investigação se organiza é um documento relevante tanto para o campo religioso quanto para o campo educacional, qual seja, a **Carta Pastoral, saudando os seus diocesanos**, escrita e tornada pública por dom Sebastião Leme, no ano de 1916 ao assumir a Arquidiocese de Olinda. Utiliza-se nesta dissertação uma cópia *fac-símile* da primeira edição do documento, a qual foi conseguida junto a Catholic University of America, Whashington-DC, em repositório virtual de obras católicas, nomeadamente no sítio: <<https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A26223>>. Essa primeira edição foi publicada pela Typologia Vozes de Petrópolis, editora, à época, criada especialmente para proporcionar a circulação de obras católicas¹.

Dom Leme foi um líder religioso que desempenhou papel importante na Igreja durante os conflitos entre a tradição católica e a progressiva secularização da sociedade, tendo sido um mediador das relações estabelecidas entre a Igreja e o Estado. Ele buscou defender a perspectiva católica e a retomada de sua relevância cultural no Brasil do início do século XX. É essencial destacar a trajetória desse religioso, pois isso nos permite conhecer um pouco mais sobre sua vida e obra, analisando sua atuação nos campos religioso, político e educacional.

Sebastião Leme da Silveira Cintra nasceu em 20 de janeiro de 1882, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, localizada em São Paulo. Ele era filho de Ana Cândido da Silveira Cintra e Francisco Furquim Leme. Sua infância foi marcada por dificuldades financeiras, precipitadas especialmente pela morte prematura de seu pai. Criado por sua avó e por sua mãe, Sebastião Leme recebeu uma educação rigorosa e embasada nos valores cristãos, algo possivelmente ligado à intensa participação da avó e da mãe nas atividades promovidas pela paróquia local. Por ocasião de sua Primeira Comunhão, em 1894, manifestou interesse pela vida religiosa. Ingressou no mesmo ano no Seminário Diocesano de São Paulo. Em 1904, foi mandado por dom

¹ Na presente dissertação optou-se pela transcrição dos trechos da fonte em conformidade com as normas gramaticais da língua portuguesa contemporânea.

Joaquim Arcoverde, após uma apresentação sua no seminário, estudar no Pontifício Colégio Pio Latino-Americano, em Roma. Instituição dedicada à formação de postulantes ao sacerdócio (Santo Rosário, 1962; Pereira, 2015).

Paralelamente ao Colégio Pio Latino, realizou estudos de Filosofia e de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, tendo sido reconhecido pela distinção intelectual. Recebeu a ordenação sacerdotal em 1904, quando então retornou ao Brasil, especificamente para a cidade de São Paulo. Além de sua função pastoral como padre, também assumiu o cargo de professor de Filosofia e Teologia no Seminário Episcopal de São Paulo. Desempenhou a função de bispo auxiliar no Rio de Janeiro, entre 1911 e 1916; em seguida se tornou arcebispo de Olinda, de 1916 a 1921. Em 1921, foi nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, e após o falecimento de dom Joaquim Arcoverde, em 1930, assumiu a Arquidiocese do Rio de Janeiro, sendo no mesmo ano consagrado cardeal da Igreja. Faleceu em 1942 vitimado por um infarto (Santo Rosário, 1962; Pereira, 2015).

Cabe aqui registrar que ao longo desse tempo, em que exerceu suas funções junto à hierarquia da Igreja, dom Leme esteve à frente de ações que visavam restaurar a influência social da Igreja e também reestabelecer a colaboração entre a Igreja e o Estado brasileiro. A **Carta Pastoral** que escreveu em 1916 é uma fonte privilegiada no sentido de se compreender as ideias e as propostas de ação de dom Leme, visto se tratar do documento no qual expressou, após intenso estudo, sua avaliação acerca do processo de enfraquecimento do catolicismo no país, bem como apresentou suas propostas de ação para a restauração católica no país. A **Carta Pastoral** foi possivelmente o mais contundente documento oficial do episcopado no período da Primeira República, dada sua ampla repercussão e seu efeito mobilizador.

Com relação à estrutura da **Carta Pastoral**: possui 138 páginas (conforme sua 1ª. edição), e está dividida em quatro partes – além do sumário, da introdução e da conclusão. Na primeira parte, dom Leme escreveu sobre o que chamou de grande mal e suas causas, onde abordou a situação religiosa do país e suas razões. Na segunda parte, o religioso ressaltou aspectos da ignorância religiosa que, em sua avaliação, caracterizava o país. Na terceira parte, tratou da laicização do Estado e do ensino, e da importância do ensino religioso como suporte desde o início da escolarização. Enfim, na quarta parte da carta, dom Leme apresentou saudações de gratidão, afetos e bênçãos, ao clero e à população. Verifica-se, em linhas gerais, que o documento em questão é rico por seu conteúdo e pelos aspectos históricos atinentes

a ele, com destaque para sua difusão e desdobramento nos campos cultural e político brasileiros.

Com a **Carta Pastoral** dom Leme ofereceu uma direção para a reorganização do catolicismo no país, tendo destacado a importância do retorno do ensino religioso às escolas oficiais. O qual havia sido suprimido desde a Proclamação da República. O processo de laicização acarretava forte impacto à Igreja, a intenção do arcebispo, conforme expresso em sua carta, era promover modificações estruturais no campo educacional brasileiro, visando, ao longo dos anos, estabelecer o ensino religioso como uma de suas bases. Na Primeira República estabeleceu-se que nenhuma religião deveria ser tomada como oficial, o que resultou em um rearranjo na sociedade da relação entre o campo político e o campo religioso. Diante disso, as cartas pastorais do episcopado brasileiro traziam discussões e enfrentamentos dessa realidade, tendo como premissa “[...] a ideia que o catolicismo seria a base de uma cultura nacional, capaz de efetivamente promover o avanço do país” (Skalinski Junior, 2021, p. 258).

As cartas do episcopado na Primeira República defendiam, em linhas gerais, que a nação brasileira tinha como traço essencial de sua identidade o catolicismo, de modo que a não valorização desse aspecto implicaria numa dissolução dos valores fundamentais do país. Uma das estratégias empregadas para o rearmamento institucional da Igreja foi a vinda de religiosos de diversos países da Europa, com o objetivo de fortalecer o clero e a instituição no Brasil. Essa iniciativa de fato resultou no fortalecimento da Igreja, que com o emprego desses quadros viabilizou centros de formação para professores, com base religiosa, como forma de reforçar a presença católica no campo educacional. Em acordo com Skalinski Junior (2021), para que a Igreja avançasse em seus objetivos, foram empreendidas diversas ações, como as cartas pastorais do episcopado a fim de mobilizar os fiéis, bem como o incentivo ao trabalho de intelectuais católicos no debate público. Esses intelectuais se destacavam por sua atividade de mediação, liderança e posição nas estruturas sociais e institucionais, atuando na fronteira das vidas política e cultural, eles exerciam sua influência em favor dos interesses da Igreja, empregando diversos meios no âmbito social a fim de favorecer um *habitus* católico.

O conceito de *habitus* conforme concebido na sociologia de Pierre Bourdieu, pode ser definido como: “[...] um sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de

agentes” (Bourdieu, 2007, p. 191). Nesses termos, o *habitus* diz respeito às disposições internalizadas pelos agentes, na medida das ações práticas por eles empreendidas, portanto estruturando a forma como percebem o mundo ao seu redor. Com vistas a aprofundar aspectos importantes desse conceito, destacamos o trecho a seguir escrito por Bourdieu no qual descreve o *habitus* enquanto:

[...] esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc. [...] Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (Bourdieu, 1996, p. 22).

Em conformidade com o exposto, destaca-se que a atuação dos intelectuais católicos passava também pela difusão de um *habitus* católico, por meio das instituições escolares. Por essa razão, a hierarquia da Igreja estava especialmente preocupada com o avanço do Estado laico, e seus consequentes desdobramentos no campo educacional. Diante dessa contingência, buscou formas de se reorganizar e renovar suas estruturas, a fim de difundir seus princípios e restabelecer o peso dos valores cristãos nos debates nacionais. Uma das formas mais eficazes de fazer isso era por meio da educação dos jovens, formando-os com base em fundamentos religiosos nos termos de sua tradição. Nesse sentido, os intelectuais católicos desempenharam um papel fundamental na direção, coordenação e comunicação dos projetos da Igreja no espaço social.

Assim, os intelectuais católicos podem ser avaliados como agentes que buscaram recuperar uma representatividade cristã enfraquecida no debate público, por meio da difusão de preceitos religiosos em variados campos, promovendo suas tradições religiosas e tentando vincular os jovens aos projetos da Igreja. O conceito de agente é relevante nesse entendimento, na medida em que é relacionado ao esforço de Pierre Bourdieu para edificar “[...] uma teoria da ação prática, ou seja, de um conhecimento sobre o modo como agentes concretos, inseridos em uma posição determinada do espaço social e portadores de um conjunto específico de disposições incorporadas, agem nas situações sociais” (Nogueira, 2017, p. 25). Os agentes operam nos campos sociais, caracteristicamente espaços simbólicos, numa lógica de concentração ou de dispersão de poder, a partir de um *habitus* incorporado, empregando nos embates elementos daquilo que para além dos interesses objetivos, também conforma suas

ações, suas percepções e suas sensibilidades. Nesse sentido, Bourdieu (2001, p. 169) afirma que:

[...] os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas porém nos limites das constrações estruturais de que são o produto e que as definem.

Com vistas a atingir o objetivo estabelecido para a presente dissertação, a mesma foi organizada em três capítulos. No primeiro, Intelectuais, Estado e Igreja no Brasil da Primeira República, discutem-se aspectos da ordem política e religiosa da Primeira República, com destaque para o papel desempenhado pelos intelectuais católicos naquele contexto. Ainda, a constituição do campo educacional no período é abordada, encetando-se maior foco na questão do ensino laico e do ensino religioso. No segundo capítulo, Trajetória intelectual de dom Leme, abordam-se a formação inicial do religioso, seu percurso dentro da Igreja, sua atuação como liderança intelectual católica, bem como a rede de relações pessoais e institucionais a partir das quais produziu e divulgou sua obra. No terceiro capítulo (em construção), intitulado **A Carta Pastoral** de 1916, tratam-se da estrutura, do conteúdo e do sentido histórico assumido pelo documento, com destaque para sua recepção e seu desdobramento junto aos campos político e educacional.

CAPÍTULO 1

INTELECTUAIS, ESTADO E IGREJA NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Nesse capítulo serão destacados aspectos dos campos educacional, político e religioso brasileiros no período da Primeira República (1889-1930), com foco na organização do Estado e sua relação com a Igreja. Será analisado especialmente como essa relação impactou o campo educacional, evidenciando-se as ações dos intelectuais católicos na medida de suas intervenções nas vidas política e educacional, a fim de abordar suas ações em busca do restabelecimento da capacidade católica de influir nos debates nacionais. Ainda, discute-se a estrutura do campo educacional durante o período mencionado, a considerar particularmente as disputas acerca do ensino religioso nas escolas oficiais, o que foi uma prioridade para a Igreja no enfrentamento da progressiva laicização da sociedade.

1.1 O campo político da Primeira República (1889-1930)

Nesse item realiza-se uma contextualização da Primeira República no Brasil, tratando-se da relação entre o campo político e o religioso, especificamente entre a Igreja e o Estado. Para examinar o arranjo estabelecido nesse período, será realizada uma discussão sobre a Primeira República e seu contexto de forma ampla, abordando-se desde sua Proclamação até a deposição de seu último presidente: Washington Luís. Além disso, será explorada a não concretização da posse do presidente eleito, Júlio Prestes, que sucederia a Washington Luís, impedido de assumir pelo Golpe de 1930 liderado por Getúlio Vargas. Acontecimento histórico que marca o fim da Primeira República e do arranjo de alternância de poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, o qual era conhecido como política do “café com leite”.

A referida política era a expressão de um acordo entre São Paulo, maior responsável pela produção de café, e Minas Gerais, grande produtor leiteiro. Esse quadro político acabou por dar destaque às oligarquias desses estados, que se alternavam na presidência do país. Tal modo de organização política característico da Primeira República, fortaleceu de modo geral as lideranças estaduais, que detinham bastante autonomia na condução de suas questões e no exercício do poder local sob

a base de um “coronelismo”. Essa circunstância ficou conhecida como “política dos governadores”:

A política dos governadores perdurou toda a 1ª República, o que perfaz haver máquinas de controle, principalmente em períodos eleitorais quando as alianças traçadas entre governadores e demais polos decidiam o vencedor das eleições. Os resultados dependiam das alianças das principais forças de São Paulo e Minas Gerais que se alternaram no poder, com legitimação do Rio Grande do Sul que se dividia entre facções, a exemplo do exército (Bernardo, 2019, p. 20).

O arranjo da organização política durante a Primeira República progressivamente gerou desgastes, o que contribuiu para que não tenha conseguido se sustentar em 1930. A crise que se instaurou no poder da República teve duas causas principais. O primeiro aspecto se deve às queixas de grupos ligados aos militares, que estavam insatisfeitos com a situação política e reivindicavam mudanças. O segundo aspecto da crise era a insatisfação de grupos urbanos, especialmente a classe média, que não conseguiram obter poder e influência política junto às oligarquias. Nesse período da Primeira República, as elites urbanas de São Paulo e do Rio de Janeiro eram as principais protagonistas desse descontentamento. O crescente tensionamento com os militares fez também com que passassem a se posicionar como um grupo político, na medida em que se consideravam os guardiões e construtores da República. O somatório desses fatores implicou numa crise na organização do regime (Bernardo, 2019). Essa crise culminaria com o fim da Primeira República.

Entende-se que a deposição de Washington Luís fora somente um ponto culminante para a substituição de grupos oligárquicos que esgotaram a possibilidade de permanência por fatores econômicos e propriamente político. Assinalando que, W. Luís deu um empurrão para o fim desta oligarquia requerendo uma continuação de São Paulo no poder, facilitando as forças mineiras, juntamente com os novos “velhos” oligarcas retomarem o poder pela via da força, sobrando ao ex-presidente contentar-se com o “purgatório da prisão e do exílio” com as graças “divina” (Bernardo, 2019, p. 29).

Considerar esses aspectos é algo importante para nossa pesquisa, tendo em vista que o objeto investigado está situado nesse contexto. Efetivamente, em 1889, por ocasião da Proclamação da República, observou-se uma contundente mudança na organização do Estado, com o fim do Brasil Império. A autoridade estatal da monarquia, foi substituída por um regime, ao menos em tese democrático, inicialmente

liderado por membros do corpo militar nacional. Essa transição trazia consigo ideais como os de civilização e de progresso.

A legitimidade da República proclamada no Brasil em 15 de novembro de 1889 consistiu principalmente na ideia difusa de que ela seria a portadora de progresso e de civilização – noções associadas à modernidade. A atual historiografia da Primeira República corrobora essa afirmação, sobretudo, ao demonstrar que a modernidade brasileira, em sua versão belle époque, tornou-se questão palpitante entre as elites intelectuais, políticas, militares e eclesiásticas, definindo a pauta de realizações de todas as principais instâncias do Estado brasileiro que se refazia na era dos nacionalismos (Aquino, 2012, p.144).

Essa mudança movimentou os campos sociais e suas estruturas, fossem políticas, culturais ou religiosas, visto que até a Proclamação da República vivia-se num Estado Monárquico e confessional, cuja religião oficial era o catolicismo (Souza, 2007). Na data de 7 de janeiro de 1890, foi promulgado o **Decreto n. 119 A**, que trazia como determinação a separação total entre o Estado e a Igreja, extinguindo o Padroado. Com essa mudança na esfera civil, a esfera religiosa foi fortemente impactada, uma vez que um dos propósitos do novo regime dizia respeito à laicização do Estado.

A República, recém fundada, promulgou a sua Constituição em 24 de fevereiro de 1891. Nela, o Estado brasileiro se torna laico. Para isso, teve grande peso o forte crescimento do sentimento anticlerical no seio de camadas influentes da sociedade brasileira, ao longo do Segundo Império (Vasconcelos, 2018, p. 45).

Vale aqui destacar que as expressões ‘secularização’ e ‘laicidade’, embora muitas vezes sejam tratadas como similares, designam processos sociais diferentes, no atinente à dinâmica entre Estado, sociedade e religião. Assim, estabelecer a distinção entre os termos é algo relevante, para empreender a análise de nosso objeto de estudo. Conforme Ranquetat Junior (2009), o processo de secularização, profundamente enraizado no desenvolvimento da Modernidade, refere-se a um processo social difuso identificado por se diferenciar de uma sociedade anteriormente orientada pelo domínio religioso, concretizando uma organização social norteadas pela ética secular, a saber, orientada pela razão e pela lógica humanas sem dispor de referência a alguma ordem sobrenatural. Caracteristicamente, a secularização implica numa redução do papel e influência da religião na sociedade, resultando na perda de sua posição central e na independência das diferentes esferas sociais em relação ao

estrito controle religioso. Esse fenômeno contribui para a formação de sociedades onde a autonomia de campos sociais como, por exemplo, o político, o científico e o cultural sejam cada vez mais destacados e defendidos.

Já em relação ao termo laicidade, conforme assinalado por Catroga (2006), verifica-se a origem do conceito como ligado à palavra laico, derivada do grego *laós*, que pode ser traduzido por “povo” ou “gente do povo”. O referido termo modificou-se em *laikós*, e, em latim, ganhou expressão como *laicus*. A ideia de laicidade é conceitualmente circunscrita ao âmbito político, tendo surgido no contexto das questões de Estado, sem relação com quaisquer práticas religiosas. Caracterizada pela postura neutra do Estado no que tange às questões de fé, a laicidade é manifesta por meio da distinção entre a esfera religiosa e o domínio público-estatal. Em devida observância ao emprego do conceito de laicidade, há a responsabilidade do Estado em manter um tratamento equitativo e imparcial em relação a todas as crenças e religiões.

A partir da Proclamação da República no Brasil, houve um importante processo de reestruturação institucional da Igreja, a qual se encontrava em condições precárias de organização no país, evidenciando-se demandas que diziam respeito à retomada de seu poder e de sua representatividade social. Verifica-se que o Estado ampliou sua esfera de alcance ao romper com o catolicismo como religião oficial, de tal maneira passou a assumir papéis anteriormente designados à hierarquia da Igreja (Marchi, 2011). Nesse sentido, vale destacar o escrito por Baldin (2019):

O Estado brasileiro, agora livre de tutelar a Igreja, vê-se na posição de se impor à sociedade, assumindo rapidamente os espaços que anteriormente eram ocupados pela Igreja: cemitérios, casamentos, as relações familiares, a educação das crianças, a substituição da própria religião por outra, ou até sua abolição com a introdução do positivismo na cultura brasileira (Baldin, 2009. p. 1).

Frente ao exposto, compreende-se que o Estado estava no processo de assumir papéis designados à Igreja, o que fez com que ela tivesse menos penetração social e tivesse seu poder diminuído, mas por outro lado, teve a oportunidade de se reorganizar de forma autônoma, conforme assinala Vasconcellos (2018) no trecho a seguir:

A separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, imposta pela criação da República, certamente, trouxe prejuízos para o catolicismo em nosso país. Todavia, quando se analisa a situação em seu conjunto, percebe-se que essa

cisão tinha um lado bastante positivo para a Igreja, pois significava para ela a possibilidade de se organizar e estruturar de modo autônomo (Vasconcelos, 2018, p. 46).

A partir das questões discutidas até o presente momento, nota-se que a separação formal entre Estado e Igreja, em um primeiro momento trouxe muitos prejuízos para a instituição religiosa, uma vez que perdeu o apoio estatal, e seu prestígio foi enfraquecido no campo político. Entretanto, em um segundo momento a Igreja passou a trabalhar a partir dos termos em que essa ruptura lhe favorecia, buscando oportunidades de se reestruturar e se reerguer na medida de sua relevância social. A modificação na forma de ação da Igreja tinha como uma de suas principais motivações o fim do amparo financeiro oficial do Estado. Em contrapartida, o principal benefício conquistado foi a autonomia para tomar suas decisões. Assim, valeu-se de várias estratégias em busca de se rearmar institucionalmente, com vistas a ocupar uma posição de importância na vida da população em variados âmbitos. Uma de suas estratégias iniciais foi a vinda de clérigos de diferentes Ordens para o país, a fim de conduzirem ações em diferentes campos, o que foi, inclusive, um dos pilares do processo de romanização da Igreja no Brasil. Nesse sentido, Skalinski Junior (2021, p. 25) afirma que:

Como estratégia de ação a romanização primava por uma aparente neutralidade no campo político, sem efetivar engajamentos e compromissos partidários. A atuação cultural se tornou prioritária enquanto meio para marcar presença social e para influir junto ao Estado. Criou-se assim a demanda por uma elite intelectual, composta por clérigos e leigos, capaz de tomar parte no debate público e de renovar a relevância social da cultura católica no país.

Portanto, a Primeira República foi um período de retomada política e cultural para a Igreja no país, para que isso ocorresse, investiu inicialmente na “recristianização” das elites, como estratégia para impactar o espaço social a partir de posições dominantes. Mendonça (2011) escreve que tal objetivo conquistou significativos avanços já na década de 1920:

No curto período de 30 anos, se europeizou e romanizou, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja. Nesse momento de romanização, seria impossível estabelecer uma aliança com o povo. Dessa forma, no seio das elites europeizadas, este catolicismo intelectual e racionalista exerceu sedução, a partir da desilusão pelo fim do mito do progresso. A Igreja colheu uma série de conversões de homens de letras, estadistas etc. A estratégia da Igreja na época republicana

é de reforma pelo alto. As elites foram cristianizadas, para que, por sua vez, cristianizasse o povo, o Estado, a Legislação (Mendonça, 2011, 278).

A crise de legitimidade pela qual passou o Estado na década de 1920, na medida da decadência de sua estrutura oligárquica, ofereceu à Igreja a oportunidade de colocar-se como instituição que poderia auxiliá-lo, a partir de sua capacidade de influir junto à população. O que lhe oportunizou um reposicionamento de seu estatuto social, tornando-se novamente um agente de relevância na dinâmica política do país. Oliveira (2016) destaca a hierarquia católica como agente político, afirmando que a missa semanal, como ritual a princípio religioso, era efetivamente também carregada de teor político, impactando do modo notório os posicionamentos e a conduta social de seus fiéis praticantes. Um novo modelo de aliança entre Estado e Igreja engendrava-se na década de 1920, numa relação de colaboração recíproca, o que ganharia máxima expressão na década seguinte.

Na dinâmica desse novo modelo os intelectuais católicos operaram na difusão dos valores da Igreja, buscando retomar culturalmente uma posição dominante. Uma das estratégias empregadas foi o envio de bispos a diversas cidades e a criação de novas dioceses, para que assim pudessem levar a religiosidade com seus agentes e impactar as lideranças políticas locais, estreitando a proximidade com os fiéis. Miceli (1988) traz dados que dão conta desse fato:

Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 subprefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos; cabendo respectivamente ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados de circunscrições e prelados (Miceli, 1988, p. 57).

No mesmo sentido, Cavalcanti (1994) registra a ampliação do número de dioceses, exaltando que a falta de quadros religiosos nacionais para preencher essa demanda, implicou numa política de busca por religiosos e religiosas estrangeiros, o que foi bem-sucedido e proporcionou o efetivo aumento da ação pastoral da Igreja, contemplando-se e incentivando-se também a classe dos intelectuais, por exemplo com a criação da revista **A Ordem** em 1921, e do Centro D. Vital em 1922.

Foram diversas as lutas travadas pela Igreja frente a nova organização do Estado brasileiro, contudo a partir da centralização de suas ações via o processo de romanização, houve uma direção clara em seu modelo de intervenção social. Exemplar nesse sentido foi a recorrente publicação de cartas pastorais pelo

episcopado brasileiro, as quais traziam elementos em defesa de um país ligado à religiosidade, pois conforme os termos que ressaltavam, a laicização seria a dissolução dos valores fundantes da nacionalidade. Um dos principais intuitos das cartas era marcar a posição do catolicismo no debate público, assim aumentando sua presença junto aos leigos do país, visto que por meio desses documentos avaliavam e tomavam posição frente a candentes questões do campo político e cultural brasileiros.

Dentro desse contexto, faz-se relevante destacar que o posicionamento inicial do episcopado seu deu por meio da primeira carta pastoral, publicada no ano de 1890, a **Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890** (Episcopado Brasileiro, 1890), que teve como líder dom Antônio Macedo da Costa, cujo o objetivo era orientar os católicos para que se posicionassem a partir dos valores religiosos frente à nova organização do Estado, bem como demarcar que embora o Padroado tivesse chegado ao fim, isso não significaria que a Igreja não participaria mais dos debates políticos .

Na carta escrita pelo episcopado brasileiro, eles reconhecem que apesar de todos os males que a República poderia trazer à Igreja, ela também era portadora de uma grande liberdade jamais vista na monarquia. Por isso os bispos fazem questão de destacar cada artigo do decreto 119-A. O Estado não se envolveria com a organização eclesiástica, ou seja, a Igreja estaria livre do sufocante Estado. O governo brasileiro não poderia mais se envolver nos atos administrativos da religião, e a Igreja estaria livre das “garras” do Estado e teria o direito de agir sem nenhuma coação religiosa (Reis; Duarte, 2010, 1982).

Após o **Decreto 119-A**, que instituiu o rompimento da relação oficial entre o Estado e a Igreja Católica, a Igreja teria mais enfrentamentos com Estado, conforme se verificou com a promulgação da **Constituição Brasileira de 1891** (Brasil, 1891), que reforçou constitucionalmente essa separação, enfatizando o Estado laico. Conforme destacado por Reis e Duarte (2010), a carta constitucional apresentou um texto “completamente sem Deus”, o que contribuiu para o afastamento, ao menos oficial, da hierarquia da Igreja dos assuntos de Estado. O laicismo do documento também implicou na confirmação da supressão do ensino religioso nas escolas oficiais, o que afastou em grande medida a presença da Igreja na formação escolar dos jovens.

O episcopado não logrou grande êxito com a escrita da **Carta Pastoral** de 1890, pois não obteve a visibilidade e o impacto social esperados. Após dez anos uma nova carta foi redigida a **Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1900** (Episcopado Brasileiro, 1900), que embora tenha sido assinada pela totalidade dos bispos, teve sua redação dirigida pelo bispo dom Silvério Gomes da Pimenta. A carta “[...] trouxe muitos elementos de crítica a esse regime ligado ao Império, que teria avançado demasiadamente sobre domínios característicos da Igreja” (Skalinski Junior, 2021, p. 259). Conforme seu texto:

Proclamou a Constituição a separação inteira do Estado e da Igreja, e assoalhou que nenhuma relação queria com essa religião, que informou a vida dos brasileiros, que lhes deu a civilização, adotou os costumes, conservou a unidade nacional, e é o patrimônio mais precioso que recebemos de nossos pais e queremos legar a nossos filhos (Episcopado Brasileiro, 1900/1981b, p. 63).

O episcopado procurou empreender ações que beneficiassem a presença do catolicismo no ambiente republicano. Algo que não foi prontamente vitorioso, pois a organização estatal, e seus desdobramentos na sociedade civil, desenvolviam-se numa direção orientada pelo liberalismo. Essa característica social, que não era particularidade brasileira, mas sim um fenômeno em escala mundial no ocidente, contribuiu para que a Igreja pensasse suas ações em novos termos, nomeadamente uma neocristandade. A neocristandade foi um modelo de ação religiosa impulsionado pela Santa Sé para enfrentar com efetividade os desafios emergentes numa sociedade que se laicizava, implicando no reposicionamento de estratégias de presença e de intervenção junto aos campos cultural e político.

Durante a década de 1920, teve início uma nova etapa da história da Igreja no Brasil denominada de “restauração católica”. É uma fase dentro do processo de romanização em curso com o objetivo de instalar uma nova cristandade entendida como uma neocristandade, numa sociedade politicamente e culturalmente secularizada. Essa fase se estende até o Concílio Plenário Brasileiro em 1939. Não era uma novidade nem invenção dos bispos, mas expressão de sintonia com o lema do pontificado de Pio XI (1922-1939): “Restaurar todas as coisas em Cristo”. Portanto, os bispos atuam em plena consonância com o papa e estão afinados com as orientações da Santa Sé (Pereira, 2015, p. 187).

O projeto de neocristandade teve como líder principal Sebastião Leme, no período em que atuou como arcebispo. “Nesse seu empenho de recristianizar um povo, D. Leme terá que canalizar, valorizando-as, as forças esparsas do apostolado

católico leigo e – tarefa sumamente delicada-terá que promover a conquista para Deus dessas classes dirigente, dessas elites intelectuais” (Santo Rosário, 1962, p. 135). Nesse sentido, buscou auxílio de intelectuais para que a partir de projetos de intervenção cultural e de movimentos no seio da sociedade, atuassem fortemente na difusão dos valores católicos, e com isso fossem conquistando espaço para a efetivação do projeto de neocrisandade.²

Outro importante documento do episcopado brasileiro na Primeira República foi a **Carta Pastoral Coletiva dos senhores bispos e arcebispos de 1915** (Episcopado Brasileiro, 1900), nela os bispos estabeleceram a proposição de intervenções sociais em busca da restauração católica, com destaque ao âmbito educacional, empregando a imprensa como meio de ação para a circulação das orientações católicas.

Para tanto o documento concebia inclusive a constituição de centros de formação de professores católicos, com o objetivo de que os mesmos após a conclusão dos cursos prestassem concurso público, passando a ocupar posições junto às escolas oficiais. A carta pastoral, ainda, estabelecia um regimento e um currículo para as escolas católicas, a fim de conformar uma rede de instituições efetivamente estruturada e com senso de unidade. Cooptar as elites do país por meio da formação em diferentes níveis de ensino foi elemento importante da estratégia da Igreja na Primeira República. A partir da formação e da conquista de quadros junto à elite intelectual seria possível contagiar outros setores sociais e também passar a influir sobre o Estado de maneira mais decisiva (Skalinski Junior, 2021, p. 263).

Após tal direção ter sido encetada em 1915, dom Sebastião Leme assumiu um papel de liderança em relação à efetivação de tais proposições. Foi nesse quadro que redigiu a **Carta Pastoral saudando os seus diocesanos**, em 1916. Nela destacou a falta de instrução religiosa como uma falha dos católicos, a qual oferecia campo para a laicização da sociedade. A partir de seu diagnóstico, tomou frente em variados projetos, com vistas a restaurar o poder católico para intervir na sociedade em âmbito nacional, e teve um impacto significativo em diferentes campos do espaço social. Destaca-se seu trabalho de organização de instituições católicas no âmbito da sociedade civil, para que o laicato se somasse à hierarquia e assim ampliassem as possibilidades de ação da Igreja (Skalinski Junior, 2021). Nesse processo, destaca-se

² Cabe-nos registrar a existência de crítica que aponta que Sebastião Leme não teria sido o idealizador do projeto de neocrisandade no Brasil, visto a historiografia apresentar divergências quanto ao momento de surgimento de tal conceito, havendo indicações de que essa discussão já tinha corpo ao final do século XIX. Em que pese isso, destaca-se que dom Leme teria sido responsável por impulsionar uma movimentação católica relevante, assim, é importante enfatizar que com o arcebispo o projeto de neocrisandade ganhou caráter mais prático no país, ultrapassando sua dimensão de discussão teórica, o que acabou por distingui-lo enquanto liderança do movimento (Moura, 2016; Oliveira, 2019).

o fomento da formação e, mesmo, a cooptação social de intelectuais, os quais passariam a atuar em favor da Igreja, num processo de “cristianização” de instituições a partir da ação de uma elite intelectual católica. Em tal quadro:

[...] destacou-se Jackson de Figueiredo que buscou organizar a reação católica fundando o Centro Dom Vital e a Revista A Ordem. O Cardeal Dom Sebastião Leme, por sua vez, com sua famosa carta pastoral de 1916, inaugurou uma tomada de consciência do catolicismo, traçou um programa de luta e questionou: “Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo?” (Braga, 2011, p. 279).

Diante do exposto, verificou-se que a Igreja passou por intensas reformulações a partir Proclamação da República, necessitando se rearmar institucionalmente devido à laicização do Estado, por meio da implementação de novas ações e estratégias. Para tanto, os intelectuais católicos passaram a ser de fundamental importância na divulgação e na disseminação do catolicismo, com vistas a retomar a relevância católica no debate público.

1.2 Intelectuais católicos e Estado: reflexões sobre as relações de poder

Conforme a análise no subitem anterior, importantes acontecimentos históricos permearam o final do século XIX e início do século XX no Brasil, impulsionando diversos campos sociais para um momento de transição. Os intelectuais católicos cumpriram papel importante nesse processo, ao estabelecerem mediações sociais e produzirem bens simbólicos, nas fronteiras dos campos religioso e político. Ao atuarem no espaço social, os intelectuais, sob a forma de grupos ou de agentes singulares, podem agir no sentido de concentrar ou de dispersar o poder no espaço social. Notadamente:

Os intelectuais se distinguem por sua atividade de mediação, por sua ação de direção, por sua posição nas estruturas social e institucional. Ao operarem na fronteira das vidas política e cultural efetivam por diferentes meios sua ação em favor dos setores que representam. A diferenciação ancorada no capital simbólico os credencia enquanto agentes relevantes e, mesmo, cria um campo intelectual, cuja importância é decisiva nos embates travados na seara da cultura (Skalinski Junior, 2021, p. 256).

Ressalta-se que os intelectuais exercem significativa influência com suas ações, e por meio de suas mediações impactam diversas esferas sociais. No que diz

respeito ao campo intelectual, é o espaço onde os intelectuais exercem sua atividade inseridos no âmbito da produção cultural, que, segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, corresponde a um mundo social específico, e se situa como um espaço de relações objetivas manifestas por meio de regras e desafios particularizados. Assim, nessa perspectiva, o campo se configura a partir de uma luta interna entre posições desiguais, manifesta nas práticas dos agentes que o compõem (Tomé, 2020).

Destaca-se que os intelectuais detêm papel de difusores de valores e de perspectivas entendidos como válidos num campo, bem como relevância na elaboração de saberes, o que pode se expressar e ser viabilizado sob a forma de uma diversidade de capitais socialmente reconhecidos. É possível estabelecer uma particularização de tal discussão, ao se avaliar os intelectuais católicos. Conforme Skalinski Junior, (2021, p. 257): “Os intelectuais católicos têm como característica distintiva atuarem a partir de um conjunto de valores, ou de uma mentalidade, ancorados na tradição da Igreja”. Nesse quadro interpretativo, vale situar as ações realizadas pelos intelectuais católicos no projeto de restauração da presença católica na cultura brasileira.

O marco inicial de tais ações podem ser referenciados a partir do conjunto de cartas pastorais tornadas públicas nas décadas iniciais da Primeira República, conforme aqui já discutido. Para pensar esse contexto, a indicação Loyola (2017) nos auxilia a avaliar e a situar os capitais mobilizados, bem como os mecanismos de legitimação no espaço social empregados pela intelectualidade católica:

Dentro do próprio campo religioso, os diferentes agentes (indivíduos ou grupos) que disputam posições na estrutura das relações de força podem lançar mão do capital religioso na concorrência pela hegemonia, dominação ou monopólio da gestão dos bens de salvação. Tal monopólio garante aos agentes o exercício legítimo do poder religioso, ou seja, o poder de influenciar de forma duradoura as representações e práticas de leigos, inculcando neles um *habitus* religioso que passa a ser princípio gerador de pensamentos, percepções e ações, em concordância com as normas de uma representação religiosa do mundo que é ajustada a uma determinada visão política do mundo social. O capital de autoridade de que dispõe um agente religioso se associa diretamente a força material e simbólica dos grupos ou classes que ele pode mobilizar, oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos e políticos (Loyola, 2017, p. 94).

A Igreja Católica conseguiu arregimentar muitos intelectuais leigos – para além dos clérigos – em favor de suas causas no início do século XX no Brasil. Nesse cenário intelectual, cabe destacar a figura de Jackson de Figueiredo (1891-1928), sergipano,

bacharel em direito na Bahia, que se mudou para o Rio de Janeiro, onde passou a exercer o jornalismo e a se dedicar a assuntos políticos. Em 1918, após tomar contato com a **Carta Pastoral** de dom Leme, num contexto pessoal no qual havia enfrentado a gripe espanhola e sobrevivido, converteu-se ao catolicismo. A chegada de dom Leme ao Rio de Janeiro, em 1921, para atuar como arcebispo-coadjutor, frente ao adoecimento do cardeal Arcoverde, foi o evento que possibilitou o estreitamento da relação entre os dois intelectuais. Existia já troca de correspondência entre eles, entretanto ainda não haviam se encontrado pessoalmente (Santo Rosário, 1962). Jackson de Figueiredo se tornaria grande aliado de dom Leme na organização do projeto de neocristandade no país, efetivamente seu braço direito no âmbito secular.

Na década de 1920, diversas foram as ações pastorais empreendidas por dom Leme, a fim de revitalizar a presença católica no espaço social, nesse quadro a cooperação estabelecida entre ele e Jackson de Figueiredo ficou bastante evidente:

Embora houvesse importante diferença de temperamento entre Dom Leme e Figueiredo, o primeiro frequentemente descrito como de espírito sereno e de ações precavidias, o segundo como impaciente e de atitudes autoritárias, verificou-se que a aliança de trabalho entre ambos foi modelar para as relações entre clero e laicato que sucederiam – mesmo que, no aspecto político, pudessem discordar no que diz respeito às estratégias de intervenção (Skalinski Junior, 2021, p. 265).

Jackson de Figueiredo era muito ligado a assuntos políticos, chegando mesmo a sugerir a dom Leme a criação de um partido de orientação católica, com o propósito de combater aquilo que definia como perturbações revolucionárias, dentre elas o liberalismo e o comunismo. Porém, dom Leme sempre manifestou sua oposição à formação de um partido católico, pois não se interessava em vincular estritamente a Igreja a um partido (Santo Rosário, 1962). Empregando outra estratégia de ação política, dom Leme criou instituições culturais que viabilizassem um maior alcance católico, para assim colocar em curso estratégias para intervir na sociedade. Exemplarmente, respectivamente em 1921 e 1922, ocorreu a fundação da revista **A Ordem** e do Centro D. Vital, criados com vistas a atuar na luta pela restauração das forças política e cultural da Igreja. Os intelectuais ligados ao Centro cumpriam a tarefa de disseminar ideias e valores católicos, nesse sentido um de seus principais meios de difusão de pensamento foi a revista **A Ordem**, a qual era órgão de comunicação oficial do Centro D. Vital. Progressivamente, tais intelectuais lograram se consolidar em posições estratégicas em variados campos sociais, tendo combatido no âmbito da

cultura naquilo que defendiam se tratar de uma reforma intelectual e moral da sociedade brasileira (Mesquida; Brighenti, 2015).

Para além da intervenção no campo cultural, essas organizações do laicato católico cumpriram também papel formativo, cooptando e preparando novos intelectuais. O Centro Dom Vital foi, assim, uma instituição que teve sucesso em reunir leigos e clérigos, de modo a estreitar uma cooperação característica da ideia de neocristandade. Já em relação à revista **A Ordem**, cumpre destacar que como meio de difusão dos valores e das tomadas de posição católicas, frente às candentes disputas nos campos político e cultural, o periódico alcançou efetiva representatividade e alcance sociais.

A Ordem – como o próprio nome indica – visava o combate a toda forma de rebelião, quer esta se manifestasse no campo filosófico, ou literário, no da ética ou das instituições. A revista, de algum modo, condensava a ação doutrinária de seu fundador nos jornais. Tinha uma finalidade de formação religiosa e uma intenção política, não propriamente partidária, mas prática, como diria mais tarde Tristão de Athayde (Santo Rosário, 1962, p. 180).

Ainda em 1922, dom Leme fundou a Confederação Católica, a qual congregava as diferentes Associações Católicas, em favor da centralização de ações, característica tipicamente romanizadora que, ao menos em tese, permitia para além de coordenar também disciplinar as iniciativas. O objetivo expresso de sua criação era o de atuar no enfrentamento da “insuficiência religiosa” dos católicos no país, conforme diagnosticado pela **Carta Pastoral** de 1916, para que a partir disso passassem a operar em seu cotidiano na defesa de sua confissão.

Ao tratar da direção do Centro D. Vital por Jackson de Figueiredo, entre os anos de 1922 e 1928, ano da morte do intelectual católico, Skalinski Junior (2021) afirma que o mesmo não conseguiu grande sucesso no que dizia respeito ao crescimento institucional. Em que pese isso, ao se analisar as ações por ele realizadas, verificou-se que sua mediação atingiu de forma considerável diversos intelectuais. Entretanto, Jackson de Figueiredo não teve a oportunidade de desenvolver um trabalho de maior tempo, visto ter tido uma morte prematura no ano de 1928, em que morreu por afogamento, numa pescaria em que deslizou das pedras e caiu no mar. Isso gerou a necessidade da indicação de uma nova direção para o Centro D. Vital e para a revista **A Ordem**. A partir da deliberação de dom Leme conjuntamente com outros intelectuais ligados ao Centro, Alceu Amoroso Lima (1893-1983) foi convidado a assumir a função,

e ainda no mesmo ano, 1928, iniciou o trabalho que o tornaria a maior liderança católica leiga do período.

Alceu Amoroso Lima era advogado e pertencente a uma família bem estabelecida economicamente no Rio de Janeiro, entretanto sua projeção social derivava da atuação como crítico literário na imprensa, atividade na qual empregava o pseudônimo Tristão de Athayde. Ele havia sido convertido ao catolicismo, no mesmo ano de 1928, pela influência de Jackson de Figueiredo e do padre jesuíta Leonel Franca (1893-1948). O intelectual tornou-se um ativo líder no período e, conjuntamente com dom Leme, atuou na luta pela restauração da relevância cultural dos valores católicos no país. Sua direção foi muito exitosa no que diz respeito à expansão do Centro D. Vital, do mesmo modo, ao assumir a direção da revista **A Ordem**, buscou expandir seu alcance, notadamente por meio de um enriquecimento em seu conteúdo, que ganhou um caráter mais cultural, embora ainda fosse local privilegiado para as tomadas de posição dos intelectuais católicos acerca de temáticas políticas (Skalinski Junior, 2015). Dessa maneira:

[...] a Igreja Católica assume um lugar no cenário dos debates sociais e educacionais através de personalidades intelectuais da elite brasileira, tendo à frente Alceu Amoroso Lima como figura leiga central dessa “resistência ativa” e difusora da posição católica. Alceu torna-se o braço direito do cardeal Leme, principal chefe eclesiástico da Igreja no Brasil junto com o padre Leonel Franca (Cury, 2010, p. 15).

Nesse cenário, é relevante destacar o padre Leonel Edgard da Silveira Franca, mais conhecido por padre Leonel Franca, que realizou diversas ações juntamente com dom Leme e Amoroso Lima, em busca da reestruturação institucional da Igreja no país. Membro da Companhia de Jesus, ele foi um dos intelectuais do clero responsáveis por articular relações entre o Estado e a Igreja, tendo atuado intensamente no enfrentamento das ações laicistas em diferentes campos, com destaque trabalhou no sentido de recuperar a força da presença católica no campo educacional. Em suas proposições defendia que o ensino religioso seria indispensável à formação integral do ser humano.

O padre Leonel Franca, em consonância com o movimento católico, pregava que uma educação isolada da religião não seria capaz de educar. Na concepção religiosa, propagada naquela conjuntura, a escola laica estimularia na sociedade condutas individualistas, afetando o bom convívio social. Dessa maneira, apenas a formação comprometida com o catolicismo proporcionaria (Oliveira, 2021, p. 231).

Do ponto de vista da formação de uma elite intelectual católica, a restauração empreendida na Primeira República obteve grande impacto. Esse movimento permitiu à Igreja voltar a ocupar um lugar relevante na vida política e cultural do país, estabelecendo um confronto com os defensores da perspectiva laica em diferentes frentes. Dentro desse contexto, vale mencionar que os católicos conseguiram uma importante vitória em 1931, já no Governo Vargas, qual seja a volta do ensino religioso, mesmo que de modo facultativo, às escolas oficiais, efetivamente um desdobramento das estratégias realizadas pelos intelectuais católicos desde a Primeira República. Com o Golpe de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil, as relações entre Estado e Igreja foram estreitadas, visto que o novo presidente entendeu que uma aliança de colaboração recíproca com a Igreja seria muito útil para a estabilização do novo governo, notadamente no que dizia respeito à construção e manutenção de sua legitimidade junto a diferentes setores da população (Romano, 1979).

A Igreja também viu nesse novo governo um forte aliado para se reestabelecer e viabilizar uma educação baseada nos preceitos cristãos. “O apoio da Igreja ao Governo tinha como contrapartida o favorecimento das pretensões católicas no campo educacional” (Skalinski Junior, 2015, p. 64), portanto a Igreja passou a ter parte de suas aspirações atendidas, isso, por exemplo, foi concretizado no artigo 153 da **Constituição de 1934**, que ao tratar do ensino religioso indicou: “Será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais” (Brasil, 1934). Vale aqui ainda, mencionar enquanto desdobramento das ações dos intelectuais católicos na Primeira República, a Liga Eleitoral Católica (LEC) fundada em 1932, que trazia como principal objetivo a orientação dos leigos a votarem em candidatos por ela recomendados. E, destacadamente, a Ação Católica Brasileira (ACB), fundada por Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima em 1935, um modelo de intervenção social centralizado promovido por Roma, e conduzido no Brasil sob a forma de ações sociais e pastorais em variados campos sociais.

A concretização de instituições e de ações católicas na Era Vargas são indissociáveis do rearmamento institucional que a Igreja empreendeu na Primeira

República, o que se trata de nosso foco na presente dissertação. Sergio Miceli (2009), ao sumariar os avanços da Igreja nesse contexto, oferece-nos a seguinte avaliação:

[...] a Igreja Católica logrou êxito considerável em múltiplas frentes de atuação: estabilizou as fontes de receita e recuperou o patrimônio imobiliário, reconstruiu e “modernizou” as casas de formação e seminários, dinamizou em larga escala sua presença territorial, “moralizou”, profissionalizou e ampliou os quadros de pessoal – ainda que para tanto tivesse que apelar à importação maciça de mão de obra religiosa –, diversificou a rede de serviços escolares, que passou praticamente a monopolizar, celebrou alianças com facções oligárquicas estaduais... em suma a Igreja Católica viabilizou-se como empreendimento religioso e como organização burocrática (Miceli, 2009, p. 161).

A considerar o exposto na citação, é correto afirmar que a atuação dos intelectuais católicos nos campos político, cultural e religioso da Primeira República foi bem-sucedida, na medida de sua adaptação ao novo regime de Estado e seu sucesso em alavancar o avanço institucional da Igreja, numa articulação com Roma. No próximo item do presente capítulo, passamos a discutir as particularidades do campo educacional no período, com destaque para as reformas empreendidas e para as disputas entre os defensores do ensino laico e os do ensino confessional.

1.3 O campo educacional na Primeira República

Inicialmente é pertinente tratarmos da definição conceitual de campo educacional, a fim de ampliar as possibilidades de compreensão e debates sobre ele, para assim, avaliar o impacto e o significado das ações realizadas pelos intelectuais católicos brasileiros, nesse campo durante o período delimitado nesta pesquisa. A Proclamação da República em 1889 obviamente implicou em transformações políticas, sociais e econômicas significativas, nessa medida, emergiram novas demandas relativas ao sistema educacional do país. A ideia que ganhou corpo era a de que o ensino deveria trazer métodos modernos, que em alguma medida contribuíssem para atender às novas necessidades do país. O Brasil enfrentava um cenário educacional bastante precário, com altos índices de analfabetismo e com um número insuficiente instituições de ensino, e como resultado da grave situação da educação pública no Brasil no final do século XIX e início do século XX, os níveis de analfabetismo eram alarmantemente elevados.

O censo de 1890 informava da existência de 85,21% de iletrados na população total (82,63%, excluídos os menores de 5 anos); o de 1900 encontrou 75,78% para os 20 Estados, baixando para 74,59% com a inclusão do Distrito Federal (69,63%, excluindo-se os menores de 5 anos) (Paiva, 1973, p. 84).

No início do século XX, o analfabetismo no Brasil era uma questão crítica, refletindo desigualdades sociais profundas e falta de acesso universal à educação. Nesse período, a maioria da população, especialmente em áreas rurais e entre os mais pobres, não tinha acesso à educação básica, o que contribuía para ciclos de pobreza e limitava as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico do país. A educação era privilégio de poucos, frequentemente restrita a grupos urbanos das elites, enquanto vastas regiões permaneciam marginalizadas e desassistidas em termos de oportunidades educacionais (Paiva, 1973).

Quando se analisa o número de escolas, alunos matriculados e a frequência escolar, o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908 revelou a existência de pouco mais de 11 mil escolas de ensino primário no Brasil, registrando quase 600 mil alunos matriculados e uma frequência menor que 400 mil no país inteiro. De forma semelhante, os números da Diretoria Geral de Estatística de 1909 confirmaram esses dados, com pequenas modificações: com uma estimativa de 4.643.676 estudantes, o Brasil contava com 12.221 escolas primárias e 634.539 alunos inscritos, o que correspondia a 2,96% da população total do país (21.460.000 habitantes) e a menos de 15% da população estudantil. Considerando a frequência escolar ao invés das matrículas, essa proporção diminuía para aproximadamente 10%. Passados 31 anos desde a proclamação da República, o censo de 1920 mostrou que havia 1.030.752 alunos matriculados e uma frequência de 678.684 estudantes, numa população total próxima a 30 milhões de habitantes, sugerindo que a taxa de atendimento escolar em relação à população total era praticamente a mesma de 1909 (Paiva, 1973).

É perceptível, portanto, que esse cenário contribuiu para manter altas taxas de analfabetismo, limitando as possibilidades de o Brasil avançar tanto cultural quanto economicamente. De acordo com o censo da década de 1920, foi constatado que 80% da população ainda era analfabeta. Esse alto índice de analfabetismo foi visto como algo vexatório, uma vez que, embora houvesse proposição social de avanço e de modernização, a maioria da população não tinha nem o conhecimento básico do alfabeto. Como desdobramento desse quadro, ao longo da década de 1920, houve avanços na análise e na discussão acerca da questão educacional, o que levou a um

cenário qualificado por Jorge Nagle, ao tratar da Primeira República, como de um entusiasmo pela educação e de um otimismo pedagógico. Nesse quadro, concretizaram-se movimentos na sociedade que tinham por intuito alfabetizar a população, reduzindo a taxa de analfabetos, com uma educação ofertada a todos e com garantia de acesso (Nagle, 2009).

Em se tratando da Igreja, registra-se no período seu empenho em combater a neutralidade na educação e o monopólio estatal do ensino, com o objetivo de oferecer uma formação de cunho religioso à população. O que implicou em que fosse alvo de críticas e de acusações de atrapalhar a luta contra o analfabetismo, apesar de dispor dos meios e da organização necessários para contribuir para tal propósito. Além disso, foi criticada por utilizar emendas religiosas para inserir o ensino religioso, mesmo que facultativo nas escolas oficiais, atitude considerada por muitos como uma violação dos princípios republicanos. Esse movimento gerou debates intensos sobre a separação entre Igreja e Estado e o papel da religião na educação pública (Nagle, 2009). Nesses termos, existiu uma maior projeção das discussões relativas ao campo educacional, com os intelectuais que trabalhavam nesse âmbito ganhando mais visibilidade e representatividade, elaborando proposições e argumentos em favor de que a educação fosse entendida como um dos pilares para o desenvolvimento nacional.

Para se analisar o campo educacional na Primeira República os conceitos de Pierre Bourdieu podem oferecer um importante balizamento, uma vez que na medida em que se discute a dinâmica de um campo, outros conceitos como os de agente e de capitais econômico, social, cultural e simbólico, podem ser aportados a fim de alavancar a produção de sentido na análise. Ao tratar do conceito de campo na teoria de Bourdieu, Catani (2017) destaca que nele os capitais são empregados como móveis de luta, inclusive, sendo decisivos na demarcação das posições ocupadas pelos agentes nesse espaço de disputas simbólicas.

Analiticamente, um campo se estrutura como uma rede de relações objetivas entre posições – e estas se definem objetivamente em sua existência e nas determinações que impõem a seus ocupantes (agentes ou instituições) por sua situação atual e potencial na distribuição das diferentes espécies de capital ou de poder, cuja posse implica o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no interior do campo e, também, por suas relações objetivas com as demais posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (Catani, 2017, p. 96).

Ao discutir o campo educacional no período demarcado em nossa pesquisa, considera-se como as ideias e os interesses dominantes impactaram as teorias e as práticas educacionais. O início do Brasil República abriu espaço para proposições ligadas aos conceitos de modernização e de progresso, notadamente houve o crescimento do entendimento de que existia a necessidade de reformar a educação, para atender às demandas daquela nova forma de organização social (Schueler; Magaldi, 2009). Nesse quadro, ocorreram as primeiras tentativas de se pensar a educação a partir de um modelo laico, sem interferências religiosas, conforme o Artigo 72 da **Constituição de 1891**, que determinava: “Ser leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (Brasil, 1891).

No início da República houve uma significativa disputa entre positivistas e liberais sobre os rumos do desenvolvimento do país. Os positivistas – muitos deles militares – defendiam que o país deveria ser governado nos termos de uma República autoritária, capaz de garantir a modernização mesmo que por meios unilaterais. Os liberais, por sua vez, defendiam a necessidade de uma composição do poder executivo com o legislativo, a fim de elaborar uma Constituição que enfatizasse o federalismo e as liberdades individuais. Com a adoção do federalismo os governos estaduais também passaram a exercer protagonismo, em contraposição à ideia de um poder iminente centralizado, nesse quadro tanto o governo federal quanto os governos estaduais eram responsáveis pela educação básica (Neves, 2018).

As várias propostas de reforma educacional ocorridas no período, notadamente ao apontarem para a promoção de uma educação secular, pensada enquanto ferramenta para a construção de uma nação moderna, demonstravam um fortalecimento do campo educacional como um todo. Durante o período compreendido entre os anos de 1889 e 1930 o Brasil passou por importantes reformas que ajudaram a moldar o sistema educacional do país. Um exemplo nesse sentido foi a reforma educacional de 1890 realizada por Benjamin Constant (1833-1891), fortemente influenciado pelo positivismo expresso nas teses de Augusto Comte. A reforma visava modernizar o sistema educacional brasileiro, que até então ainda seguia semelhante ao do modelo colonial português. Tal reforma tinha como prioridade o ensino leigo e livre, bem como o fortalecimento de disciplinas científicas como a matemática e a física, propondo-se uma menor ênfase às ciências humanas. Porém, essa reforma não foi bem vista pelas elites, assim como, pela Igreja Católica, o que fez com que seu projeto não lograsse êxito (Magalhães, 2006). Já no período entre 1892 e 1896

ocorreu a reforma paulista, sob a direção de Caetano Campos, que trazia como base a organização de grupos escolares, com o ensino passando a ser organizado por séries e faixa etária, essa reforma foi modelo para a grande maioria dos estados (Soares, 1997). Nesse cenário de reformas educacionais, destaca-se também a empreendida por Eptácio Pessoa, em 1901.

A reforma Eptácio Pessoa, de 1901, assinalava nova fase na evolução do ensino secundário brasileiro, em seguimento ao período iniciado pela reforma B. Constant. Comparada com esta última, ela não é apenas uma nova reforma, mas, sobretudo, representa mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário de todo o país. Essa mudança se retrata em dois pontos principais: a consolidação da equiparação, ao Colégio Pedro II, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional. Mas, também em relação ao currículo e a outros aspectos da organização didática do ensino secundário, a reforma E. Pessoa teve o sentido do encerramento do ciclo iniciado, logo após 1889, pela primeira reforma republicana do ensino secundário (Silva, 1969, p. 258 apud Leal; Oliveira, 2017, p. 3).

A reforma Eptácio Pessoa visava unificar o currículo das redes públicas e privadas de ensino, adotando-se o mesmo conteúdo em todas as unidades de educação secundária do país, nos termos de uma ação federal a fim de padronizar o sistema de ensino nacional (Leal; Oliveira, 2017). Ainda em se tratando do cenário das reformas na Primeira República, Rivadávia Corrêa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1910-1914), revogou formalmente a reforma de Eptácio Pessoa durante sua gestão, precisamente em 1911. Por meio do **Decreto 8.659**, adotou-se a liberdade e a não padronização do ensino no país. Por lei, o governo dispensou a exigência de assimilação a uma instituição modelo em nível federal (Cury, 2009).

Destaca-se, ainda, em 1915, a reforma de Carlos Maximiliano, que buscou retomar o caráter oficial da educação, para que se reestabelecesse a intervenção do poder estatal, o que havia sido suprimido em 1911 sob a gestão ministerial de Rivadávia Corrêa.

De formação liberal, Carlos Maximiliano afasta-se da orientação de Eptácio Pessoa - rigorosa uniformização do ensino -, uma vez que estava mais preocupado em melhorar a qualidade do ensino secundário, bastante combalido pela desastrosa e inoportuna reforma levada a efeito por Rivadávia Corrêa. Todavia, Carlos Maximiliano se preocupou apenas com a função de preparatório ao ensino superior que, ainda, era o que os estudantes e seus familiares esperavam do ensino secundário. Essa concepção de ensino não poderia ser diferente, uma vez que em um país de analfabetos, onde a maioria da população sequer tinha acesso ao ensino primário, acabava sendo perfeitamente normal que os poucos a conseguir chegar ao ensino

secundário, apenas o fizessem com o intuito de poder ingressar no ensino superior (Palma Filho, 2010, p. 75).

Considerando o objetivo da presente pesquisa, é importante destacarmos a atuação dos intelectuais católicos nesse cenário de reformas no campo educacional. A **Carta Pastoral** (1916) de dom Leme, foi um documento balizador das ações católicas, com vistas a promover a unidade, a abordar questões morais e sociais relevantes, bem como orientar os fiéis sobre seu papel na sociedade, sobretudo na defesa de uma educação que tivesse como base os valores religiosos, afastando-se do laicismo. Sua mensagem era contundente quanto à importância da doutrina católica e do compromisso cristão na vida cotidiana, ressaltando a necessidade de se conduzir a vida em acordo com os valores religiosos.

Marcadamente a partir da década de 1920 houve um acirramento das disputas entre diferentes grupos de intelectuais na fronteira entre os campos político e cultural, distinguindo-se um especial interesse destinado ao âmbito da educação, fosse no que dissesse respeito às práticas e às técnicas, ou então no relativo à implementação de políticas estatais. Jorge Nagle (2009) escreve sobre uma primeira tentativa de ampla reestruturação das instituições escolares, onde se verificou um significativo crescimento da visibilidade daqueles que ficariam conhecidos como pioneiros da escola nova, nomeadamente: Anísio Teixeira (1900-1971), Fernando de Azevedo (1894-1974), Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), entre outros defensores da escola pública, universal e laica.

Exemplarmente, a reforma de Sampaio Dória, promovida em 1920 na cidade de São Paulo, representou uma proposta de transformação bastante avançada. A reforma refletia uma preocupação profunda com a elevada taxa de analfabetismo no país e propunha iniciativas com o propósito de oferecer uma educação que pudesse solucionar esse problema. Nesse sentido, a reforma tinha como propósito encurtar a duração do ensino fundamental para apenas dois anos. Além disso, possibilitava a isenção de tarifas educacionais para as camadas pobres da população e delineava um plano educativo que, inclusive, abrangia a integração dos imigrantes à cultura nacional. Apesar de ter influenciado outras regiões e contribuído para disseminar os princípios de uma pedagogia progressista, a reforma teve sua aplicação prática predominantemente em São Paulo (Honorato, 2017, p. 1283).

Dentre as mudanças ocorridas no início da Primeira República houve um movimento que tomou proporção importante na educação, e tinha por objetivo

demonstrar que a escola também poderia ser reorganizada, tanto em termos organizacionais quanto pedagógicos. Esse movimento pedagógico ficou conhecido como Escola Nova, e ganhou visibilidade no país mais decisivamente na década de 1920, de modo articulado às reformas educacionais em vários estados do Brasil. O escolanovismo foi um movimento de vanguarda na época, sendo inspirado em princípios renovadores que divergiam da escola tradicional, buscando incorporar novos conceitos oriundos principalmente da Psicologia, da Biologia e da Sociologia.

A educação nova não se constituiu um sistema ou corpo de doutrina fechado, mas representou todo um movimento ou conjunto de movimentos com objetivo de vitalizar a educação. É importante notar que esses movimentos não eram estáticos, constituíam uma dinâmica e tinham um desenvolvimento histórico próximo da realidade em que foram concretizados. Algumas ideias básicas perpassaram os diversos movimentos: atividade, vitalidade, liberdade, individualidade e coletividade (Porto Júnior, 2003, p. 28).

Conforme já assinalado, a década de 1920 foi marcada pelas reformas educacionais, tendo em vista que cada governo buscava formas de transformar suas políticas para a educação, o que impulsionou efetivamente a dinâmica de renovação e modernização do sistema educacional do país. As reformas foram influenciadas por diferentes correntes de pensamento e acontecimentos sociais e políticos da época. Nesse contexto, há de se citar a proposta de reforma educacional elaborada por Lourenço Filho, em 1922, que foi pensada inicialmente para melhorar a educação do estado de São Paulo, que naquele momento enfrentava muitos problemas. Isso envolvia considerar que havia professores com nível limitado de alfabetização, escassez de instituições de ensino e uma alta taxa de analfabetismo. Frente a isso, propunha investimentos na formação de professores e a expansão da rede de escolas públicas, com vistas a elevar a qualidade da alfabetização e a democratizar o acesso à educação. Entretanto, as proposições de Lourenço Filho foram implementadas apenas no estado do Ceará. Ele recebeu um convite do governador do Ceará, Justiniano Serpa, e foi recomendado pelo governo de São Paulo para assumir a posição de diretor de Instrução Pública do Ceará, em 1922. Nessa época, ele ocupava a posição de professor de Psicologia e de Pedagogia na Escola Normal de Piracicaba, e a sua chegada ao Ceará teve como principal propósito a reestruturação do sistema educacional estadual, conforme os termos descritos nesse parágrafo (Almeida, 2009).

Lourenço Filho tencionou revitalizar o cenário educativo no Ceará, mesmo que enfrentando desafios como a carência de recursos, a qualidade insatisfatória do

ensino e as barreiras no acesso à educação. Uma de suas contribuições foi a introdução de modernos princípios pedagógicos, fundamentados em suas próprias concepções de Psicologia e de Pedagogia. Ele ressaltou a importância de um ensino centrado no desenvolvimento completo dos estudantes, considerando suas necessidades individuais, estágios de crescimento e habilidades. Ademais, Lourenço Filho também concentrou esforços na capacitação de professores, buscando elevar o nível dos educadores do estado. Ele promoveu a formação e a atualização dos professores, introduzindo abordagens inovadoras de ensino e encorajando a participação ativa dos educadores na construção de um sistema educacional mais eficaz (Almeida, 2009). Desse modo:

A reforma de Lourenço Filho traçou nova diretriz à organização do ensino primário e normal, substituindo o tradicionalismo da escola antiga pelos métodos modernos. E a renovação total se registrou nas atividades escolares, depois de 1922, contando com o próprio diretor da Instrução no corpo docente da Escola Normal, ministrando um curso de Psicologia Geral e Educacional às professoras e diretoras dos grupos escolares, criando, assim, um ambiente de interesse nos meios culturais de Fortaleza pelos problemas da Psicologia da criança. As atividades pedagógicas de então deram origem à formação de um grupo de estudiosos sobre o ensino (Curso de Férias), que muito contribuiu para o êxito das reformas propostas (Almeida, 2009, p. 81).

Portanto, a chegada de Lourenço Filho ao Ceará em 1922, a convite do governador do estado e com a recomendação do governo de São Paulo, marcou um ponto crucial na história da educação cearense, contribuindo substancialmente para a modernização e aprimoramento do sistema educativo na região.

Carneiro Leão desempenhou papel fundamental em duas reformas, uma delas ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1922, enquanto a outra teve lugar em Pernambuco, em 1928. A primeira delas, realizada no Rio de Janeiro, implicou na adoção de um currículo abrangente e diversificado. Buscava-se uma educação voltada para a formação integral do indivíduo, indo além do ensino puramente acadêmico. Nesse sentido, foram introduzidas disciplinas como educação física, educação artística, educação moral e cívica, e educação para o trabalho. O objetivo era oferecer uma formação mais completa, que desenvolvesse tanto aspectos intelectuais quanto habilidades práticas e valores éticos. Já quanto à segunda reforma, em 1928, seu propósito central foi o de revitalizar e reorganizar o sistema de

ensino em Pernambuco, com o intuito de aprimorar a educação no estado (Silva; Machado, 2006).

Também é importante destacar o papel desempenhado por Anísio Teixeira no campo educacional brasileiro da década de 1920, exemplarmente, em 1924 ele foi o responsável por implementar no país as ideias de um novo modelo educacional, a saber, pautado na Escola Nova, inspirado no ideário de John Dewey. O filósofo destacava em suas proposições, que a escola não deveria ser uma forma de preparar o sujeito para a vida, mas ser a própria vida do indivíduo, e acentuava a necessidade de uma educação que propiciasse a reconstrução permanente da aprendizagem, transformando e tendo função de democratização, igualando as oportunidades. Na efetivação dessa ideia no Brasil, a Escola Nova se colocava como um instrumento do campo educacional capaz de contribuir para modernizar, democratizar, industrializar e urbanizar a sociedade. Os educadores que apoiavam suas ideias entendiam que a educação seria responsável por integrar as pessoas a uma ordem social moderna (Porto Júnior, 2003).

Cumprir destacar que nesse quadro de reformas educacionais laicistas, típicas da Primeira República, houve também uma série de ações realizadas por intelectuais católicos e instituições da Igreja no campo educacional, tendo como principal objetivo a retomada dos valores cristãos junto à educação e às culturas nacionais. Nesse sentido, os católicos situaram a educação como campo estratégico para interferir na sociedade, notadamente em oposição às reformas contrárias à presença do ensino religioso nas escolas oficiais (Oliveira, 2021). Os intelectuais católicos representavam uma corrente de pensamento que buscava articular os princípios e valores cristãos, com os debates da sociedade brasileira que se modernizava. Com essa finalidade a Igreja engajou tanto clérigos quanto leigos, nos candentes temas abordados no debate público. Assim, questões como a política, a cultura, a educação e a assistência social, tornaram-se assuntos sobre os quais passaram a haver posicionamentos a partir da perspectiva católica, visto o objetivo da Igreja de conseguir restaurar sua relevância como elemento fundante da ideia de nacionalidade (Skalinski Junior, 2021).

De acordo com Nagle (2009) a reação dos católicos frente ao regime republicano, no contexto do campo educacional, demonstrou certa calma nas duas primeiras décadas. Tendo sido na terceira década da Primeira República que “[...] se esboçam as primeiras manifestações mais importantes, que eclodirão no decênio seguinte sob a forma de chamamento geral” (p. 72). Nesse contexto, ocorreram

diversas iniciativas tomadas por intelectuais católicos e instituições ligadas à Igreja no campo educacional. Essas ações tinham como propósito preservar os valores religiosos e promover a educação conforme os princípios católicos. É especialmente relevante destacar que uma das primeiras mobilizações importantes teve início com a **Carta Pastoral** escrita por dom Leme, em 1916, a partir da qual diversas outras ações foram desencadeadas pelos católicos. Isso incluiu a fundação de novas instituições educacionais, como escolas, colégios e centros de formação superior, onde intelectuais católicos leigos e também membros do clero se estabeleceram como formadores nas lides do ensino. Além disso, a influência também se estendeu às escolas públicas, muitas das quais eram administradas com políticas e currículos alinhados aos valores católicos. Os católicos alcançaram um papel ativo no debate sobre como a moral e a religião deveriam ser incorporadas à educação pública. A formação de professores também foi uma prioridade para as instituições católicas, com foco na preparação de educadores com perspectivas religiosa e moral cristãs, a fim de divulgar os valores da Igreja nas escolas e na sociedade em geral (Nagle, 2009).

Um exemplo notável dessa abordagem foi o incentivo oferecido pela Igreja à formação de uma rede de imprensa católica, que desempenhou um papel crucial, utilizando jornais, revistas e outros meios de comunicação impressa, para divulgar sua visão de educação e promover valores religiosos entre educadores, estudantes e famílias. Atividades de formação e evangelização também foram fomentadas pela Igreja, por meio de palestras, retiros, encontros e cursos promovidos por instituições católicas, destacadamente sob a forma de eventos para educar jovens e adultos sobre a fé cristã e sobre a importância de uma educação alinhada a seus princípios. Além disso, a defesa da liberdade de ensino foi uma pauta recorrente entre os católicos, que advogavam o direito dos pais de escolherem a educação religiosa para seus filhos. Até mesmo a defesa da subvenção estatal para escolas confessionais, ganhou corpo nesse quadro de difusão de ideias em favor da educação católica (Nagle, 2009).

Ao se discutir a década de 1920, vale salientar os termos “otimismo pedagógico” e “entusiasmo pela educação”, categorias expostas por Jorge Nagle (2009), como relacionadas a um período de mudanças e avanços na área educacional, visto que, durante essa época, houve um crescente interesse pelas reformas educacionais e pela busca de novas abordagens de ensino. Nesses termos Nagle enfatiza:

O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década de 1920, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de ideias e movimentos político sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, em seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década de 1920, foi sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico (Nagle 2009, p. 117).

Ainda no cenário das reformas, em 1924, foi fundada por Heitor Lyra a Associação Brasileira de Educação (ABE), uma organização de relevância na constituição do campo educacional do país, a qual tinha como objetivo promover e incentivar melhorias na qualidade da educação em todo território nacional. A ABE desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento e fortalecimento do sistema educacional brasileiro, e foi a instituição capaz de congrega, tanto intelectuais liberais quanto intelectuais católicos, em favor da causa da educação. Uma de suas principais missões, se dava ao entorno da promoção de debates e discussões sobre temas relevantes no campo educacional. Assim, por meio de eventos, de seminários e de fóruns, a associação buscava fomentar a troca de ideias entre educadores, gestores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos na área, com o intuito de gerar reflexões e de propor soluções para os desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro (Afonso; Chaves, 2015).

Além disso, a ABE desempenhou um papel ativo na formulação de políticas públicas educacionais. Por meio de pesquisas e estudos, a associação coletava dados relevantes e realizava análises, que serviam de subsídio para a elaboração de propostas e recomendações direcionadas aos órgãos responsáveis pela educação no país. Dessa forma, a ABE trouxe contribuições com vistas à melhora da legislação e das políticas educacionais, buscando garantir um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos estudantes, atuando inclusive na defesa dos seus direitos.

Já em 1925, o marco foi a reforma de ensino de João Luiz Alves, que foi uma reforma mais ampla, em nível federal, e que ficou conhecida por lei de Rocha Vaz, que se notabilizava por reforçar o controle do governo sobre a educação. Seu objetivo era promover uma ordenação mais racional das disciplinas e organizar o ensino com programas e horários mais adequados. Essa reforma representou um marco significativo na história da educação brasileira, pois trouxe mudanças estruturais e

políticas que buscavam modernizar e democratizar o sistema educacional do país (Afonso; Chaves, 2015).

Também de relevância no campo educacional foi o Inquérito sobre Educação Pública em São Paulo, no ano de 1926, de autoria do sociólogo brasileiro Fernando de Azevedo, que tinha por intuito avaliar os problemas fundamentais do âmbito da educação, contemplando todos os níveis e modalidades de ensino, servindo de base para uma campanha nacional que buscava a estruturação de uma nova política educacional, bem como a criação de universidades no país. Essa iniciativa pioneira, buscava compreender a situação do sistema educacional paulista, suas deficiências e possíveis caminhos para aprimoramento. O inquérito de Azevedo, representava um esforço inovador para coletar dados e propor soluções para os desafios enfrentados pelo sistema educativo na época (Palma Filho, 2010).

Já a reforma educacional de Mário Casassanta e Francisco Campos, implementada em 1927, foi importante para a história do sistema educacional brasileiro, na medida em que foi responsável por promover mudanças significativas no currículo escolar, na estrutura das escolas e na formação dos professores, buscando modernizar e aprimorar a educação no país. Outro aspecto relevante da reforma foi a preocupação com a formação dos professores. Casassanta e Campos defenderam que a qualidade da educação estava intrinsecamente ligada à capacitação dos docentes. Assim, propunham o investimento na criação de cursos de formação de professores, visando aprimorar suas habilidades pedagógicas e proporcionar uma educação de qualidade nas escolas. Suas mudanças no currículo escolar, na formação dos professores e na estrutura das escolas buscaram adaptar a educação às demandas da época, valorizando a formação profissional e proporcionando uma educação mais relevante e aplicável (Palma Filho, 2010).

A reforma educacional conduzida por Fernando de Azevedo no Distrito Federal, em 1928, vislumbrava a instituição do ensino técnico profissional, do ensino primário e do ensino normal. O principal objetivo do intelectual era a preparação dos alunos para a vida social. Ele acreditava que a educação não deveria se limitar apenas aos conteúdos acadêmicos, mas também proporcionar uma formação integral, que estimulasse a sensibilidade estética e o desenvolvimento cultural dos alunos (Silva; Machado, 2006).

Ao se considerar as reformas educacionais aqui contempladas, destaca-se que a educação no Brasil da Primeira República se tornou um campo que ganhou mais

atenção e foi intensamente debatido. É importante ressaltar que a história da educação brasileira é marcada por desigualdades sociais, falta de investimento e acesso limitado à educação básica. Na Primeira República, a educação foi vista como uma ferramenta para a construção da nação e para a formação de uma sociedade moderna. Contudo, os avanços na área educacional foram limitados e concentrados nos setores privilegiados da sociedade. O acesso à educação ainda era restrito à elite econômica e intelectual, deixando a maioria da população excluída desse processo.

O ensino primário, por exemplo, apresentou avanços tímidos. A criação de escolas públicas e a obrigatoriedade do ensino elementar foram estabelecidas, mas o acesso e a qualidade do ensino continuaram precários. A falta de investimentos de relevância e a ausência de políticas públicas efetivas contribuíram para a manutenção da desigualdade educacional. No ensino secundário, foi introduzido o modelo do "ginásio", inspirado no sistema educacional europeu. Essas instituições de ensino visavam a formação de uma elite intelectual e profissional, preparando os estudantes para o ingresso no ensino superior. O currículo era voltado principalmente para as disciplinas clássicas, negligenciando a formação técnica e profissionalizante. A educação superior também sofreu transformações nesse período (Nagle, 2009).

Apesar das limitações e desigualdades, a Primeira República também teve alguns avanços no âmbito educacional. Surgiram movimentos de renovação pedagógica, como o movimento da Escola Nova, que propunha uma educação mais voltada para a formação integral do indivíduo, com ênfase no desenvolvimento das habilidades práticas e no estímulo à criatividade. No entanto, essas ideias não conseguiram ser difundidas e aplicadas nacionalmente, efetivando-se majoritariamente junto aos núcleos urbanos mais desenvolvidos, principalmente devido à falta de investimentos e à resistência conservadora. A maioria das escolas do território nacional ainda se baseava em métodos tradicionais e autoritários, com currículos rígidos e pouca flexibilidade.

Em que pese isso, é correto afirmar que as reformas educacionais promovidas em muitos estados da Federação durante a Primeira República brasileira tiveram um impacto significativo no campo da educação pública do país. Essas reformas foram influenciadas pelos ideais propagados pela ABE e contribuíram para uma mobilização em torno da questão educacional. No período:

[...] de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo). A partir de determinados momentos, as formulações se integram: da proclamação de que o Brasil, especialmente no decênio dos anos vinte, vive uma hora decisiva, que está a exigir outros padrões de relações e de convivências humanas, imediatamente decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica (Nagle, 2009, 115-116).

Nesse contexto, a educação foi considerada uma das principais ferramentas para a construção de uma nova ordem política e social. O governo e os intelectuais da época acreditavam que a educação poderia promover a cidadania, a modernização do país e a formação de uma nova elite dirigente. Os movimentos de reforma educacional iniciados em 1890 foram implementados em diferentes níveis, tanto no âmbito federal quanto no estadual. Essas reformas incluíram a expansão da rede escolar, a criação de escolas profissionais, a valorização do magistério e a introdução de novos métodos pedagógicos (Magalhães, 2015).

A disseminação dos ideais propagados pela ABE, também teve um papel importante nesse contexto, pois tinha como objetivo promover a modernização da educação no país, inspirada em correntes pedagógicas internacionais, como o movimento da Escola Nova. A associação defendia a importância da educação como instrumento de transformação social e propunha a renovação dos métodos de ensino, a valorização do professor e a aproximação entre a escola e a realidade do aluno. As reformas educacionais e a disseminação dos ideais da ABE contribuem para fortalecer a ideia de que a Primeira República foi um período de transformação no campo da educação pública no Brasil. Entretanto, embora essas transformações tenham sido significativas, é importante ressaltar que muitos problemas e desafios persistiram, como a falta de acesso à educação para grande parte da população, a precariedade das condições de ensino e a desigualdade educacional entre as diferentes regiões do país.

CAPÍTULO 2

TRAJETÓRIA INTELECTUAL E RELIGIOSA DE DOM LEME

Esse capítulo tem como objetivo discutir a trajetória de dom Sebastião Leme, sua atuação no campo religioso, bem como as conquistas que viabilizou, no âmbito das lutas políticas e culturais, em favor da Igreja. Especificamente no primeiro item, discute-se sua formação inicial e entrada para a Igreja Católica. Já no segundo item, trata-se a respeito de sua atuação como membro da hierarquia até o limite de seu arcebispado em Olinda e Recife. Por fim, no terceiro item, analisa-se sua atuação à frente da arquidiocese do Rio de Janeiro, na medida em que pode ser um importante balizamento para se avaliar a concretização de muitas de suas proposições, expressas na **Carta Pastoral** de 1916.

Figura 1: foto de dom Sebastião Leme da Silveira Cintra



Fonte: **Igreja Católica Ortodoxa Hispânica**. Disponível em: http://www.igrejaortodoxahispanica.com/Imagens/Biografias/Sebastiao_Leme_da_Silveira_Cintra/Sebastiao_Leme_da_Silveira_Cintra_02.jpg. Acesso em: 08 jul. 2023.

2.1 Estudos iniciais e formação sacerdotal em Roma

No que diz respeito a aspectos da trajetória de dom Leme, trataremos particularmente nesse item de sua formação inicial e de sua entrada para a Igreja Católica, com isso espera-se contemplar um período específico de seu percurso intelectual. Quanto à origem familiar de Sebastião Leme, registra-se que seu pai, Francisco Furquim, era professor de escola pública, na cidade de Mogi Mirim-SP. Sua mãe, Ana Cândida da Silveira Cintra, era dedicada às atividades domésticas. Casaram-se em 29 de novembro de 1880, ele com 20 anos de idade e ela com 15. De início a ideia do casamento não foi bem aceita pela mãe da moça, que era viúva, entretanto foi convencida e o casamento não implicou em abalo na relação. Sebastião Leme da Silveira Cintra, nasceu aos 20 dias do mês de janeiro do ano de 1882, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, no estado de São Paulo, local em que a família vivia no momento. Filho de uma família religiosa, teve seu nome escolhido em homenagem ao santo do dia: São Sebastião. Quando Sebastião Leme estava com quase 1 ano de vida, o casal, levando o filho, retornou para Mogi Mirim, onde ele seria batizado tendo como padrinhos seu avô paterno e sua avó materna (Santo Rosário, 1962).

O casamento durou pouco tempo por conta da prematura morte do pai, em 1883, vitimado pelo tifo. Por se tratar de família modesta em suas posses materiais, esse acontecimento teve impacto forte sobre a vida financeira da mãe, o que implicou em que ela retornasse à casa dos pais, com o bebê de 1 ano e 2 meses. Registra-se que desde a infância Sebastião Leme era dedicado aos estudos, bem como esteve ligado às práticas da fé católica, tendo demonstrado interesse pelas escrituras e inclinação para a vida religiosa. Sua avó, descrita como uma mulher disciplinadora, assumiu grande parte de seus cuidados, para que a mãe pudesse trabalhar (Santo Rosário, 1962).

Os estudos iniciais de Sebastião Leme foram dirigidos pela própria mãe, e os estudos primários ocorreram no Colégio Ávila, instituição de ensino de sua cidade natal. Embora sem grandes recursos, existia na casa uma participação junto à Igreja no que dizia respeito a ações de caridade, o que acabou por fortalecer sua proximidade e relação com a religião católica. No ano de 1888 sua mãe se casou outra vez, com Antônio Sales Nogueira, o novo esposo era mais velho que ela e já tinha 5 filhos. O padrasto, com propósitos formativos e disciplinares, ao estilo da época,

conseguiu uma atividade ligada ao trabalho para Sebastião Leme, num armazém da cidade cujo proprietário era seu amigo. O menino era bem pequeno e viveu um curto período de novos aprendizados. O padrasto viria a ser o pai do único irmão consanguíneo de Sebastião Leme. Novamente dona Ana ficou viúva pouco tempo após o casamento, a morte do segundo esposo ocorreu no ano de 1889. Ela, com um filho recém-nascido, voltou a encontrar dificuldades para garantir a subsistência da família (Santo Rosário, 1962; Pereira, 2015).

Nesse contexto, prosseguiu a ligação da mãe de Sebastião Leme com o catolicismo, verificando-se que sua vivência religiosa foi inicialmente bastante pautada pela mãe. Dona Ana, sempre muito devota, rezava diariamente o terço na companhia de seus filhos, acreditava que ao criá-los a partir dos valores cristãos, se tornariam pessoas retas. Em família fizeram, até mesmo, uma romaria para a cidade de Aparecida do Norte. Numa primeira vivência institucional junto aos sacramentos da Igreja, Sebastião Leme foi matriculado na catequese, a fim de se preparar para a Primeira Comunhão, que foi realizada em 3 de junho de 1894. Nesse quadro de iniciação sacramental registram-se as primeiras menções a seu desejo de ingressar para a vida sacerdotal. Efetivamente, ingressou ao Seminário Diocesano de São Paulo, em 01 de setembro de 1894, quando contava 12 anos de idade, passando rapidamente a ser considerado um aluno exemplar pelos professores e superiores (Santo Rosário, 1962). No que diz respeito a esse período vivenciado por Sebastião Leme, é assinalado que:

Foi neste estabelecimento, modelar para a época, que Sebastião Leme teve o seu primeiro contato com a cultura humanístico-cristã e com a disciplina do internato religioso. Adaptou-se bem. [...] Desde esse Seminário Menor, salientou-se entre os discípulos pela aplicação e bom êxito nos estudos (Santo Rosário, 1962, p. 14).

Sebastião Leme destacava-se pela capacidade e pela dedicação aos estudos desde a infância, os professores do seminário constataram que era um estudante que se distinguia pela curiosidade e inventividade, o que se combinava com a habilidade em absorver rapidamente novos conteúdos e informações. Por ocasião de uma visita de dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, então bispo de São Paulo, ao seminário, ocorreu uma apresentação na qual Sebastião Leme falava em latim, o que juntamente com sua desenvoltura, impressionou Arcoverde. Ele buscava à época por alunos que se destacassem no âmbito dos seminários, a fim de enviá-los para estudos

em Roma, nomeadamente para o Pontifício Colégio Pio Latino-Americano. Nesse mesmo mês de setembro, Sebastião Leme e André Arcoverde, que era sobrinho do bispo Joaquim Arcoverde, acompanhados pelo padre Benedito de Alves de Sousa, foram enviados a Roma para darem continuidade à sua formação sacerdotal (Santo Rosário, 1962).

Em 03 de outubro de 1894, Sebastião Leme estabeleceu-se no Colégio Pio Latino-Americano em Roma. O seminário recebia candidatos ao sacerdócio de diversas partes do mundo, o que lhe provocou um forte impacto cultural. Em que pese isso, os relatos dão conta de que conseguiu estabelecer novas amizades e relações positivas com professores e colegas. Tanto que, no ano seguinte à sua chegada, foi nomeado pela diretoria “Prefeito dos Filósofos”, o que representava uma posição de poder frente aos outros estudantes. Os designados prefeitos exerciam funções de liderança e supervisão dentro da instituição, auxiliando na gestão e organização das atividades, sendo assim, os demais deveriam respeitar e acatar as ordens do prefeito. Esse fato contribuiu para que Sebastião Leme atingisse uma posição de respeitabilidade junto aos colegas e junto à dinâmica interna da instituição (Santo Rosário, 1962).

A presença de outros brasileiros no colégio foi um elemento que facilitou sua adaptação. No ano seguinte, chegou um novo candidato vindo de São Paulo, chamado Francisco de Melo e Sousa, mais tarde conhecido como monsenhor Melo, com quem estabeleceria uma profunda amizade. Ao longo da jornada episcopal de dom Leme, monsenhor Melo permaneceria seu fiel companheiro, inclusive estando presente em seu leito de morte, ministrando-lhe a extrema-unção (Santo Rosário, 1962).

Em sua estada no Colégio Pio Latino-Americano, Sebastião Leme logrou manter ao longo dos anos sua distinção nos estudos, seus colegas costumavam inclusive lhe procurar para auxílio no que encontravam dificuldades. Dentro da lógica particular das virtudes entre postulantes ao sacerdócio, para além da capacidade intelectual destacada, existem referências à manutenção da humildade e da generosidade por parte de Sebastião Leme, mesmo frente ao seu destaque nos estudos. Isso, juntamente com a devoção espiritual que demonstrava na rotina das atividades religiosas, contribuiu para alavancar avaliações por parte dos professores de que se tratava de estudante de fato vocacionado para o sacerdócio. Outro indício de sua capacidade de trabalho é o fato de, concomitantemente aos estudos primários

no Pio Latino-Americano, ter cursado com sucesso Teologia e Filosofia na Pontifícia Universidade Gregoriana, entre 1887 e 1904 (Santo Rosário, 1962).

Na Universidade Gregoriana os estudantes também se engajavam na realização de diversas apresentações teatrais. Entre os participantes, Sebastião Leme tinha gosto em assumir os papéis cômicos, com os quais alcançava bom impacto junto à plateia. Em tais atividades, cujo objetivo pedagógico era impulsionar a capacidade de oratória, tomava parte tanto como ator, quanto como autor de algumas peças (Lima, 1943). Nesse âmbito, registram-se também exercícios de discurso, os quais deveriam ser redigidos e falados pelos alunos. No primeiro ano de estudos de Filosofia, Sebastião Leme escolheu homenagear São Luís de Gonzaga, na data de comemoração de seu dia, num discurso que escolheu intitular: S. Luís de Gonzaga – um anjo em carne. Já seu segundo discurso, como parte de sua formação em Teologia, intitulou A Cruz. Nele abordou o triunfo do Cristo sobre a morte, exaltando a escolha em passar pelo calvário, e a cruz como um símbolo da vitória pela fé. Ambos os discursos foram muito bem recebidos pela comunidade religiosa, e se constituíram como mais uma concretização importante, no que diz respeito ao reconhecimento que galgava junto a seus pares (Santo Rosário, 1962, p. 19).

Embora bem ambientado e realizado em Roma, Sebastião Leme registrava que sentia saudades da família e amigos, fato que externalizava a seus familiares que ficaram em Espírito Santo do Pinhal, por meio de cartas semanais, nas quais conversava com sua mãe. Nelas queria saber das novidades e da situação dos entes queridos, assim como, contar a respeito de suas vivências. Uma de suas grandes expressões de alegria nota-se na carta escrita em 1900, em que conta que se tornou doutor em Estudos de Filosofia. “Imensa é a minha alegria ao poder comunicar-lhe que já sou Dr.; formei-me hoje e já recebi o diploma. Mil graças demos a Deus” (Santo Rosário, 1962, p. 21).

Em suas cartas referia-se por diversas vezes ao tio que chamava de Candinho, ele era irmão de sua mãe Ana, e pai de Antônio Pais Cintra, que mais tarde viria a ser o monsenhor Cintra.

Durante sua permanência em Roma, Leme manteve contato frequente com seu tio, Cândido da Silveira Cintra. Essa relação é importante pois, Cândido era pai de Antônio Pais Cintra, padre, que mais tarde tornou-se secretário de Leme durante sua passagem como Arcebispo do Rio de Janeiro e, posteriormente, Mordomo do Palácio São Joaquim no período em que Leme foi Cardeal. Esse fato demonstra uma íntima relação de Leme com o primo,

trazendo-o para seu convívio e criando suas próprias redes de convivência (Oliveira, 2018, p. 38).

Ao tratar dos traços de personalidade de Sebastião Leme, Lima (1943) ressalta que era possuidor de uma notável memória, o que lhe dava a possibilidade de estabelecer com as pessoas um vínculo particularizado, sendo capaz de rememorar suas histórias. Tal capacidade foi um elemento importante de sua trajetória, na medida em que conseguia solidificar vínculos, e estabelecer uma rede de sociabilidade ampliada. Tanto entre agentes situados em posições de destaque num campo social, quanto entre agentes que ocupavam posições de menor concentração de poder.

A vivência em Roma lhe proporcionou oportunidades para desenvolver seus conhecimentos teológicos, aprofundar-se nas sagradas escrituras, no estudo sistemático dos textos bíblicos, da filosofia cristã e da história da Igreja, ampliando sua compreensão acerca da doutrina católica e seus fundamentos. Não há dúvidas a respeito do quão decisivo foi o período de estudos no Pontifício Colégio Pio Latino-Americano e na Pontifícia Universidade Gregoriana para Sebastião Leme, sendo etapa decisiva em sua formação intelectual e espiritual. Destaca-se que o êxito que teve em seus exames finais, deu-lhe grande visibilidade junto ao meio religioso, tendo se tornado doutor em Filosofia e em Teologia, com notório reconhecimento pela sua distinção intelectual. Em maio de 1904, ao final de sua formação de estudos, Sebastião Leme exercia o diaconato. Nesse mesmo ano ele e seus companheiros de turma receberam a posição do subdiaconato, um desdobramento oferecido aos diáconos, para então lhes preparar para a consagração ao sacerdócio. Mais tarde, na data de 28 de outubro de 1904, recebeu as Ordens Maiores, quando foi ordenado sacerdote em Roma, na Capela do Colégio Pio Latino-Americano (Santo Rosário, 1962).

A ordenação sacerdotal de Sebastião Leme marcou o início de sua trajetória como líder religioso na função de padre. Ao retornar ao Brasil, ainda em 1904, viria a servir em diversas paróquias e, progressivamente, assumiria posições de maior relevância hierárquica dentro da autoridade eclesiástica. Sua formação sólida e experiência multicultural o tornaram um dos principais defensores da renovação da Igreja no país. Sebastião Leme assumiu suas primeiras responsabilidades pastorais na Paróquia de Santa Cecília, na capital paulista. Sua forma acolhedora de receber os fiéis e seu carisma o tornaram bem querido pela comunidade. Leme se envolveu com fervor na vida eclesiástica, sendo exaltado como um líder espiritual promissor.

Nesses anos ele seguiu se dedicando ao estudo minucioso das Escrituras e das tradições da Igreja, aprimorando seus conhecimentos teológicos e seu entendimento no que dizia respeito às complexidades da fé (Pereira, 2015).

Ao analisarmos a formação inicial de Sebastião Leme e o começo de sua vida sacerdotal, podemos observar que assumiu posições de liderança desde o início de sua trajetória no campo religioso, podendo ser descrito como um agente de protagonismo. Sua disposição à religiosidade e seu intelecto aguçado ganharam visibilidade desde muito cedo, o que favoreceu seu posicionamento e avanço no seio da Igreja Católica. Com sua consagração ao sacerdócio a efetividade de seu trabalho foi alavancada, na medida de seu contato com a comunidade e das possibilidades de desenvolvimento de novas ações pastorais, notadamente em favor da retomada cultural dos valores cristãos. No próximo item discute-se, com mais detalhes, a atuação de Sebastião Leme após seu retorno ao Brasil, primeiro como padre em São Paulo, desde 1904, como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, entre 1911 e 1916, e depois como arcebispo de Olinda e Recife, de 1916 a 1921.

2.2 Padre em São Paulo, bispo auxiliar no Rio de Janeiro, arcebispo de Olinda e Recife

Neste item discutiremos a atuação de Sebastião Leme junto à Igreja após sua ordenação sacerdotal. Tendo finalizado seus estudos em Roma, tornando-se padre, no ano de 1904, começou a ganhar maiores responsabilidades rapidamente dentro da hierarquia. De acordo com Santo Rosário (1962), no seu retorno ao Brasil quando iniciou o exercício do sacerdócio, enfrentou o período do anticlericalismo, movimento que colocava em questão os valores da Igreja e, pessoalmente, os membros do clero. Nesse cenário iniciam-se suas ações em defesa da Igreja, marcadamente quando foi autorizado pelo seu bispo, dom José de Camargo a criar uma publicação católica, na qual enfatizava a importância da religiosidade, bem como de seus representantes clericais. “Em a gazeta do povo – assim se chamou o diário de sua inspiração –, a sua combatividade não deu tréguas aos inimigos da Igreja” (Santo Rosário, 1962, p. 35).

Em linhas gerais, o periódico tinha como intenção difundir os princípios, os ensinamentos e os valores da Igreja, dentro da comunidade religiosa e também para o público em geral. Seu foco estava, portanto, para além de simplesmente informar sobre notícias da Igreja ou eventos religiosos, buscando fortalecer a relevância de

elementos ligados à espiritualidade na vida de seus leitores. E também oferecer orientações morais a partir da perspectiva cristã, o que de certa forma tinha o sentido de difundir uma orientação interpretativa para os fatos contemporâneos, inclusive, no presente caso existia uma inclinação ao combate da imprensa que se opunha à Igreja. “A escolha de Sebastião Leme por organizar um jornal católico, capaz de se opor ao jornal anticlerical, obedece à lógica do projeto da boa imprensa, que entendia ser necessário que a Igreja combatesse a má imprensa” (Oliveira, 2019, p. 45).

Desde seus estudos no Colégio Pio Latino-Americano e na Universidade Gregoriana, Sebastião Leme havia demonstrado aptidão para a oratória. Como padre valorizava e empregava essa capacidade em favor de seu trabalho, o que contribuía para que sua paróquia estivesse usualmente lotada por ocasião de suas missas e pregações. Sua oratória era uma habilidade valiosa para a mobilização do laicato, ele a utilizava naquilo que entendia ser o “combate à ignorância religiosa”, e também na convocação dos diocesanos a tomarem parte em diferentes ações sociais ligadas à Igreja. Santo Rosário (1962, p. 32), ao tratar da particularidade da atividade religiosa de Sebastião Leme como padre, registra que: “A dispensação pública da palavra divina – mais que o confessionário e a direção espiritual – foi a atividade marcante desse período de sua vida” (Santo Rosário, 1962, p. 32).

Durante o sacerdócio foi professor de Filosofia e Teologia no Seminário Episcopal de São Paulo, sendo visto como um excelente professor. Ainda como padre, ficou responsável pela direção do Boletim Eclesiástico, em que escrevia artigos religiosos para disseminar o catolicismo, discutindo sobre diversos temas relacionados à doutrina e aos ensinamentos da Igreja, tais como questões teológicas, morais e litúrgicas. Também assuntos políticos e sociais contemporâneos eram abordados no periódico, sempre a partir dos interesses da Igreja e da perspectiva cristã. Tal estilo de publicação marcou na época o que os católicos nominavam de “boa imprensa”, o que ganhou expressão inclusive sob a forma de uma organização, qual seja, a Liga da Boa Imprensa (Oliveira, 2019).

Os primeiros passos da trajetória religiosa de Sebastião Leme, em São Paulo, não passaram despercebidos por dom Joaquim Arcoverde, cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro desde 1897, o que faz muito sentido, a considerar que foi o responsável por seu envio para estudos em Roma, ainda jovem. Destaca-se um acontecimento de repercussão pública, relativo à atuação combativa de Sebastião Leme em São Paulo, qual seja o de que em 1910, Georges Clemenceau, um político francês anticlerical, foi

convidado para proferir conferências na cidade. Ele se distinguia por combater de maneira dura o catolicismo, sendo considerado um dos maiores adversários da Igreja. Tal visita aconteceu simultaneamente ao evento Conferências dos Bispos Sulinos, presidido por dom Arcoverde (Santo Rosário, 1962).

Sebastião Leme, nessa circunstância, organizou, “[...] a maior manifestação pública até então vista em São Paulo. Preparara-a, visitando a Arquidiocese paróquia por paróquia, a fim de pedir a adesão dos vigários e de seus paroquianos” (Santo Rosário, 1962, p. 40-41). Na mobilização:

Imensa massa popular formou-se no Largo da Sé; compunha-se de equipes de todas as paróquias e de membros da confederação. Seguiu, em passeata de desagravo, pela rua Florêncio de Abreu até em frente do Seminário Episcopal, onde num coreto, o cardeal Arcoverde e os bispos receberam o preito de reverência da multidão (Santo Rosário, 1962, p. 41).

Com a repercussão da manifestação, o governo do estado, como forma de precaução, acabou por conduzir Clemenceau em uma excursão para a cidade de Santos. O acontecimento ficou conhecido na imprensa como “Parada Clerical”, e foi expressivo tanto na esfera religiosa quanto na política, tendo fortalecido a comunidade católica em São Paulo numa demonstração de reação ao movimento anticlerical.

Em acordo com Oliveira (2019), o espírito combativo demonstrado por Sebastião Leme em tal manifestação, e o sucesso da mobilização católica em apoio ao episcopado, foi um dos fatores que concorreram para que o cardeal Arcoverde, convidasse-o a assumir a posição de bispo auxiliar no Rio de Janeiro. Nesse quadro, a partir de 1910, sua atuação ganhou ainda mais visibilidade, enquanto liderança emergente dentro da Igreja. À época Sebastião Leme tinha apenas seis anos de experiência como sacerdote, e estava determinado a continuar seu trabalho de luta contra o anticlericalismo em São Paulo.

Após relutar bastante, o Cônego Sebastião Leme aceitou ser ordenado bispo. Então partirá para Roma. Na Festa de Pentecoste, a quatro de junho de 1911, na Capela do Colégio Pio Latino-Americano, é sagrado bispo. Assim, o Rio de Janeiro ganha um Bispo-Auxiliar. No dia dez de junho, ele e o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro Dom Arcoverde são recebidos pelo Papa Pio X. No final, Dom Sebastião se ajoelha diante do Sumo Pontífice, pedindo que o papa lhe abençoe o episcopado. Para seu brasão escolheu o lema *Cor unum et anima una*, tirado dos Atos dos Apóstolos e que aponta para a unidade dos primeiros cristãos no amor de Cristo (Vasconcelos, 2015, p. 304).

A partir de orientação de Arcoverde, o agora bispo dom Sebastião Leme passou a colocar em prática seu pensamento apostólico, iniciando por buscar soluções para o reestabelecimento da posição de relevância do catolicismo nos campos cultural e político brasileiros. Seu embate com o processo de laicização da sociedade ganhou ainda mais corpo. Nesse cenário, Santo Rosário (1962, p. 54) destaca: “Esse combate pela ordem cristã, pela abolição do Laicismo, pela sacralização da cidade terrena, D. Sebastião julga poder iniciá-lo, eficazmente como Bispo-Auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro”.

Recatolicizar as elites por meio da promoção de eventos nos quais oferecia alguma instrução religiosa foi sua estratégia inicial. No período quaresmal, entre 1912 e 1913, por exemplo, realizou conferências apologéticas em que discursou sobre a relação entre Deus e o humano, os problemas da fé e sua relação com a cultura. Com isso, esperava reaproximar fiéis pertencentes a setores da elite, numa ação ligada à discussão intelectual (Pereira, 2015). Para além de realizar suas pregações formativas, Sebastião Leme engajava-se em visitas pastorais, incentivava o desenvolvimento das obras arquidiocesanas, tais como a das vocações e da congregação da doutrina cristã. Também se dedicava a proferir sermões em colégios religiosos e em conventos. Essa multiplicidade de atividades evidencia a abrangência de suas ações, em diversas dimensões das vidas religiosa e educacional, o que contribuiu para consolidar sua influência (Santo Rosário, 1942).

Nesse contexto, houve certa tensão entre Sebastião Leme e Joaquim Arcoverde, algo decorrente de divergências de posicionamento: o cardeal com um perfil conservador, ligado à tradição da Igreja; e dom Leme com um perfil renovador, ligado às demandas emergentes para a Igreja no mundo contemporâneo. Um exemplo disso ocorreu quando um grupo de leigos, liderados pelo jornalista Carlos de Laet, propôs a criação de um partido católico. Arcoverde delegou a dom Leme, na condição de bispo auxiliar, a responsabilidade de rejeitar a ideia do partido, orientando-o a redigir uma nota para os jornais. Insatisfeito, o grupo buscou diretamente o cardeal, que, ao afirmar que eles possuíam liberdade, gerou a interpretação de aprovação. Contudo, um ano após a fundação do partido, Arcoverde posicionou-se publicamente de maneira contrária, declarando, às vésperas das eleições, que não se envolvia em política, quando confrontado por um repórter. Embora Sebastião Leme também não fosse favorável ao partido, ocorreu um estremecimento entre os dois religiosos, em

razão da posição ambígua de Joaquim Arcoverde, entre sua declaração particular ao grupo e sua posição pública (Santo Rosário, 1962).

No ano de 1913, dom Arcoverde partiu em viagem para a Europa, e durante esse período, dom Leme assumiu temporariamente toda a responsabilidade pela arquidiocese do Rio de Janeiro, o que resultou no agravamento das divergências internas na estrutura eclesiástica local. Foi nessa circunstância que dom Sebastião Leme começou a apresentar os primeiros problemas de insônia, algo que afetava sua saúde como um todo. Em 1914, com o retorno de dom Arcoverde, dom Leme passou alguns meses em São Paulo, a fim de restaurar sua melhor condição. Durante esse período esperou ser indicado por Arcoverde para assumir outra diocese, tendo em vista que haviam ficado claras divergências de ideias entre ambos. No entanto, os esforços do cardeal para designá-lo como titular de outra diocese não tiveram êxito. Foi apenas com a morte de dom Luís de Brito, em Olinda no ano 1916, que Sebastião Leme foi indicado por dom Arcoverde para exercer a função que havia vagado. Por meio dessa nova etapa de sua trajetória, dom Leme conseguiria ampliar seu capital simbólico. Foi efetivamente nomeado para estar à frente da Arquidiocese de Olinda em 29 de abril 1916, a partir de 1918 também arcebispo de Recife, quando a Sé foi unida a Olinda (Santo Rosário, 1962).

O ano de 1916 é emblemático para a história da Igreja no Brasil, pois foi nele que dom Leme escreveu sua célebre **Carta Pastoral**. O arcebispo redigiu o documento protocolarmente como uma saudação aos fiéis de sua arquidiocese. Em que pese essa questão, verifica-se que a mesma tinha objetivos que extrapolavam esse aspecto, sendo pensada como uma crítica, resultante de sua experiência e de seus estudos, ao posicionamento dos católicos em relação ao quadro social de laicização que em sua avaliação estava em curso. Frente a isso, dom Leme chegou à conclusão de que, o grande mal do enfraquecimento do catolicismo se dava pela baixa instrução religiosa.

O núcleo do documento encontra-se na análise da ignorância religiosa no Brasil, fonte de todos os males, e o “supremo remédio” será o da introdução religiosa, que precisa ser intensificada: ignorância da religião nos meios intelectuais e nas camadas populares, na escola e na imprensa, entre os homens públicos e os homens de família (Nagle, 2009, p. 72).

Foi tal perspectiva de avaliação que o levou a expor, no extenso documento, um questionamento aos fiéis, como estratégia, ou mesmo uma convocação, para que

despertassem do que entendia ser um “catolicismo dorminhoco”, e tomassem parte na luta em defesa dos valores cristãos, no seio da dinâmica social da Primeira República. “As primeiras reivindicações apresentadas na carta de Dom Sebastião Leme tiveram como foco o processo de laicização das práticas sociais, culturais e políticas” (Moura, 2016, p. 32). Desse modo, por meio do documento buscou reposicionar a relevância das práticas religiosas, com instruções aos fiéis e mostrando as causas do que entendia ser o enfraquecimento do catolicismo no país, e quais as ações poderiam ser realizadas em defesa da Igreja Católica.

Outro ponto relevante da **Carta Pastoral** de dom Sebastião Leme, de acordo com Martins (2017, p. 296), diz respeito ao seu aspecto político, visto o arcebispo defender que “[...] por direito de evitar o ensino leigo ou neutro (ou antirreligioso), seria justo, equitativo o Estado entregar, como subvenção, parte desses recursos às escolas religiosas de interesse dos pais, os reais responsáveis pela educação dos filhos”³. Trata-se de uma crítica à laicização do campo educacional, apontada por dom Leme como um grande mal para a instrução das pessoas, tendo em vista que a partir de uma educação laica, os valores religiosos se perderiam no tempo. Nesse sentido, defendeu uma educação pautada em princípios religiosos e morais, o que segundo ele seria capaz de formar cidadãos com sólidos valores éticos.

A **Carta Pastoral** foi um documento de grande importância para os diocesanos, pois expressava a posição oficial da Igreja Católica sobre questões relevantes daquele período. Dom Leme utilizou essa forma de comunicação para abordar temas que lhe eram contemporâneos, junto aos campos político, educacional e religioso, mostrando seu compromisso com a busca de soluções para os problemas enfrentados pela religião católica. Dom Leme era um líder carismático e respeitado, e suas palavras tinham peso entre os fiéis, mesmo entre governantes. Suas posições impulsionaram muitos católicos a se engajarem em movimentos políticos e sociais, sob a justificativa de transformar a sociedade brasileira em uma direção religiosa.

³ O termo ‘neutro’ é referido ao princípio de um Estado neutro que, em relação à religião, baseia-se na imparcialidade governamental e no não envolvimento com qualquer crença religiosa, respeitando e valorizando a diversidade de convicções. Contudo, um ensino neutro caracteriza-se pela não promoção de crenças religiosas específicas nas escolas, focando em uma educação fundamentada em fatos e ciência, respeitando a diversidade religiosa (Domingos, 2009). Já a expressão ‘antirreligioso’, caracteriza-se pela oposição ativa e consciente à religião e suas instituições, diferenciando-se da simples ausência de crença ou indiferença religiosa. Essa postura pode envolver a rejeição de conceitos, rituais e dogmas religiosos e, em certos casos, manifesta-se em críticas ou ativismo contra o impacto da religião na sociedade (Martins, 2017).

Sua abordagem progressista em questões sociais e políticas fortaleceu ideias relativas ao papel da Igreja Católica na formação da identidade nacional. Dom Leme se empenhou em aproximar variadas instituições sociais da Igreja Católica, o que foi indicativo de uma concretização no Brasil do movimento de modernização respaldado por Roma.

Chama a atenção o fato de D. Leme convocar a inteligência, a instrução e a educação e não os meios tradicionais de fé como a oração, a piedade etc. D. Leme vai da influência em geral sobre a sociedade para a influência estrita sobre o Estado. E essa prática, no lugar de ser estritamente religiosa, piedosa, deveria ser uma prática social. A instrução era um instrumento atualíssimo ao tempo da Carta Pastoral. O princípio da instrução aproxima o arcebispo do padrão moderno contemporâneo do 'esclarecimento' da razão, no entanto pelo viés tomista e não iluminista. Essa, também, pode ser uma marca tradicionalista, embora haja diversidade de posição sobre a questão da razão entre os filósofos dessa vertente (Martins, 2017, p. 298).

No período em que dom Leme residiu em Olinda, realizou diversas obras na arquidiocese. Embora de início tenha existido certa resistência dos fiéis frente sua nomeação como arcebispo, em razão de que o antecessor, dom Luís de Brito, era muito bem quisto pelos fiéis, e tinha a princípio um bispo auxiliar que o sucederia: dom João Irineu Joffilly – entretanto, ele foi indicado para assumir a arquidiocese de Manaus, e dom Leme assumiu a posição. Em se tratando da circunstância do arcebispado de Olinda, dom Luís de Brito deixou uma situação financeira um tanto precária. O palácio arquiépiscopal da Soledade, estava depredado e as obras da catedral apenas em situação inicial de revitalização, tendo sido paralisadas por falta de recursos financeiros. A arquidiocese contava apenas com o aluguel de uma pequena casa em Olinda e com auxílio de doações espontâneas. Com vistas a melhorar esse cenário financeiro, dom Leme iniciou seu trabalho em busca de doações, para viabilizar a reestruturação institucional demandada (Santo Rosário, 1962).

Um fato de relevância ocorreu ao ano de 1916, com a visita de jesuítas portugueses a dom Leme, os quais externalizaram a disposição de abrir um grande colégio em Recife. Dom Sebastião Leme ofereceu-lhes o Palácio Arquiepiscopal da Soledade, nesse arranjo ambas as partes teriam a ganhar, concretizando um bom negócio. Os jesuítas teriam a sede para o colégio e a arquidiocese conseguiria dar boa destinação ao velho palácio, que era muito grande e com pouca utilidade administrativa, assim o prédio adquiriria um fim novo e mais adequado para a Igreja –

para além disso, possibilitaria amealhar recursos a fim de investir em outras necessidades da comunidade. Porém essa transação não foi bem vista pelos quadros locais conservadores, que se apegavam ao palácio como um símbolo, assim como nutriam desafeto pelos jesuítas. Esse evento lhe rendeu muitas críticas, porém dom Leme conseguiu concretizar o arranjo (Santo Rosário, 1962).

O Palácio foi adequado e começou a ser utilizado para abrigar o Colégio Manuel de Nóbrega – nomeado em homenagem ao jesuíta português que esteve à frente da primeira missão no Brasil, em 1549 – inaugurado em 18 de março de 1917. Efetivamente, o colégio se transformou no epicentro das atividades educacionais empreendidas pelos jesuítas em Pernambuco, tendo permanecido integralmente instalado no Palácio da Soledade até 1924, quando foi iniciada a construção de um novo edifício para expandir sua estrutura. Inicialmente, o Colégio Nóbrega possuía vinte e sete alunos, dos quais nove eram residentes, três semi-internos e quinze externos. Entretanto, até o fim do ano inaugural, o número de alunos matriculados havia aumentado para noventa e três, o que já era indício do sucesso que a instituição experimentaria nas décadas seguintes⁴ (IBGE, 2023).

Cabe destacar que no contexto em que assumiu a Arquidiocese de Olinda, dom Sebastião Leme era engajado no movimento católico que defendia o que chamavam de “boa imprensa”, mais claramente, uma imprensa católica, em oposição a uma dita “má imprensa”, nomeadamente laicista e com posicionamentos que conflitavam com os da Igreja. Foi nesse quadro que, como uma de suas primeiras medidas, empenhou-se em: “[...] salvar a Tribuna Religiosa, tradicional semanário que se achava a braços com gravíssima crise pecuniária”. Ainda, como providências iniciais dom Leme buscou alternativas para fortalecer a Arquidiocese num sentido amplo, dando também atenção às igrejas do interior contemplando sua comunidade, ao adotar iniciativas para melhorar a estrutura e a dinâmica das ações da Igreja, envolvendo tanto clérigos quanto leigos nesse processo (Santo Rosário, 1962, p. 88).

Com vistas a estreitar vínculos em sua Arquidiocese, em 1917, dom Leme promoveu todas as quintas-feiras do período quaresmal reuniões entre os diocesanos, para ouvirem sua pregação a respeito de temas ligados à fé e à instrução pautada em valores cristãos. Iniciativas dessa natureza contribuíam para que conseguisse ampliar

⁴ O Colégio Nóbrega encerrou suas atividades em 2006. O edifício original, o Palácio da Soledade, agora abriga a 5ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

sua rede de sociabilidade nos espaços locais, proporcionando-lhe mais alcance e meios de ação para efetivar suas proposições num sentido geral. O arcebispo também empreendeu esforços em auxiliar as paróquias das cidades vizinhas, cuidando de igrejas com valor histórico, bem como recuperando objetos e documentos. Inclusive, criou a “Comissão de Obras de Artes”. No sentido litúrgico, dom Leme instituiu as “Semanas Eucarísticas”, que se espalharam por todo o Brasil, sendo um meio de propagação do sacramento (Santo Rosário, 1962).

Em um evento realizado em 1917, organizado pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, com temática relativa à independência do país, dom Leme demarcou avanços no que diz respeito à confiança nele depositada pelos pernambucanos, a partir de seu discurso patriótico. Complementando essa informação, Alceu Amoroso Lima (1943, p. 48) destacou, numa afirmação laudatória: “Homem de Deus, homem da Igreja sim, mas também homem da sua gente, homem da sua terra, homem do Brasil”. Em 15 de agosto de 1918, dom Leme fundou a Confederação Católica Pernambucana, baseando-se no modelo já implantado em São Paulo “[...] que merecera louvores de São Pio X. A confederação católica, obra de unidade por excelência, promessa do que seria mais tarde a Ação Católica” (Santo Rosário, 1962, p. 102).

Por meio de ações como as descritas, dom Leme buscou instruir o laicato, de acordo com Alceu Amoroso Lima (1943), o arcebispo foi amplamente reconhecido pela dedicação a essa causa:

O duplo apelido que tão bem se aplica, em conjunto ou separadamente, àquele que há tão pouco nos deixou e já tanta falta nos faz, é o de Cardeal da Eucaristia e o de Cardeal da Ação Católica. Oração e Ação – foram como veremos adiante, os termos com que resumiu a lição de sua vida, ao delinear os deveres de sua gente, na hora mesma em que órfãos nos ia deixar. Vida eucarística e vida apostólica foram as duas vertentes de sua própria vida na Igreja e do exemplo que legou. Tanto uma como outra representam as duas faces – contemplativa e ativa – de uma vida verdadeiramente total. Esse caráter de totalidade é que desejo aqui fixar (Lima, 1943, p. 136).

Ao tratar dos escritos de dom Leme, para além da **Carta Pastoral** de 1916, Santo Rosário (1962) destaca que no ano seguinte, em 1917, tornou pública outra pastoral, que abordava a instrução religiosa, particularmente no que diz respeito ao catecismo, como um manual de instrução. Após essa publicação, fundou a Congregação da Doutrina Cristã, que estimulava a realização do catecismo para que por meio dos ensinamentos religiosos, os católicos fortalecessem sua instrução

religiosa. Publicou ainda, em 1921, um texto sobre São José, um santo que venerava. Lançou também pequenas obras sobre a Ação Católica, alguns avisos e circulares, porém, não escreveu mais nenhuma Carta Pastoral, somente cartas coletivas. Lima (1943) exaltou a habilidade de dom Leme com as palavras, especialmente no que dizia respeito à dimensão de sua presença e de sua capacidade de comunicação oral. O trecho a seguir é útil para entendermos a representação partilhada acerca de Sebastião Leme:

Antes e acima de tudo, o nosso D. Leme, como familiarmente o chamávamos, era um Coração, um coração que sabia encontrar sempre a palavra que consola, o termo exato que esperávamos, o bálsamo para a ferida aberta que lhe levávamos, o conselho perfeito que aguardávamos sem saber ao certo o que seria. Conhecia os homens como ninguém. Tinha o dom que não se aprende nem se perde de lidar com os homens (Lima, 1943, p. 48-49).

Por meio de suas pregações, Sebastião Leme tinha o objetivo de evangelizar e despertar a fé católica, que entendia estar adormecida no povo brasileiro. Na função de arcebispo de Olinda, em 1917, fundou o Curso Superior de Religião, direcionado aos rapazes que cursavam faculdades, instituição que, enquanto modelo, antecedeu ao Instituto Católico de Estudos Superiores, criado em 1932 no Rio de Janeiro (Santo Rosário, 1962).

A presença de dom Leme na arquidiocese de Olinda e Recife teve uma duração de menos de cinco anos. No dia 24 de fevereiro de 1921, recebeu um comunicado do núncio apostólico, monsenhor Henrique Gasparri, que o informou sobre a decisão do papa Bento XV, nomeando-o bispo coadjutor do Rio de Janeiro. O agravamento da saúde do cardeal Arcoverde, que não conseguia mais cumprir com todas suas responsabilidades, foi a principal justificativa para tanto. Inicialmente, dom Leme tentou declinar a indicação, mas sua negativa foi desconsiderada, e o papa Bento XV confirmou oficialmente sua nomeação no final de março. Em 05 de agosto de 1921, dom Sebastião Leme assumiu a posição de bispo coadjutor da Arquidiocese do Rio de Janeiro, com direito à sucessão (Oliveira, 2019).

Durante o período em que exerceu sua função como arcebispo na arquidiocese de Olinda e Recife, dom Leme concretizou contribuições que impactaram de forma importante o contexto religioso e social da região. Sua liderança marcou um período de transformações significativas na igreja local e na vida dos fiéis. Ele foi reconhecido por sua habilidade em conciliar os princípios da doutrina católica com as necessidades

e as aspirações da comunidade. Ao exercer sua liderança enfatizou a importância de adaptar os ensinamentos da igreja à realidade da época, tornando-os relevantes e mais acessíveis aos fiéis, notadamente por meio de ações de ensino e de organizações que davam papel de relevância ao laicato. No item a seguir, discute-se o período entre 1921 e 1942, durante o qual Sebastião Leme exerceu as funções de arcebispo coadjutor e depois arcebispo do Rio de Janeiro, bem como ocupou a posição de cardeal da Igreja.

2.3. Arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, arcebispo do Rio de Janeiro e cardeal da Igreja

No dia 31 de julho de 1921, dom Leme foi chamado ao Rio de Janeiro, a fim de assumir a função de arcebispo coadjutor do cardeal Arcoverde, tomando posse da arquidiocese no dia 05 de agosto. Diante do novo cenário de atuação: “Dom Leme procura implantar as suas ideias abrindo espaço para a atuação dos intelectuais leigos dentro da Igreja”⁵ (Pereira, 2015, p. 194). O religioso já havia iniciado tal projeto como arcebispo de Olinda e Recife, portanto viu nesse momento a oportunidade de dar continuidade a suas ações, com o objetivo de atingir um público mais amplo.

D. Leme terá que canalizar, valorizando-as, as forças esparsas do apostolado católico leigo e – tarefa sumamente delicada – terá que promover a conquista para Deus dessas classes dirigentes, dessas elites intelectuais que desempenham um papel decisivo na propagação das ideias (Santo Rosário, 1962, p. 135).

Ao iniciar suas ações no Rio de Janeiro dom Leme decidiu trabalhar em favor da criação de um grupo de intelectuais católicos. Porém, encontrou empecilhos, tendo em vista que os intelectuais da arquidiocese eram inclinados ao conservadorismo, enquanto ele tinha em seu horizonte um projeto de modernização, nos termos de uma neocristandade capaz de influir junto ao espaço social. Nesse cenário conheceu

⁵ É importante ressaltar que o termo ‘leigo’ aqui designa o oposto do termo de ‘clérigo’. A palavra ‘leigo’ tem suas raízes na antiguidade e era usada para descrever algo que não era clerical, ou seja, ela se refere àquilo que é característico dos cristãos comuns, em contraste com a hierarquia da Igreja, e ao que pertence ao âmbito secular, em contraposição ao eclesiástico. Já o termo ‘laico’ faz referência à autonomia de instituições, como escolas ou governos, em relação a entidades ou doutrinas religiosas. A discussão sobre uma instituição laica, seja uma escola ou uma administração governamental, diz respeito à sua distância de influências religiosas. Uma sociedade laica caracteriza-se pela distinção clara entre as esferas da religião e do Estado, assegurando a liberdade de crença e evitando a intervenção de práticas religiosas nas decisões e políticas estatais (Domingos, 2009).

Jackson de Figueiredo, que havia se convertido ao catolicismo no ano de 1918, após a repercussão da **Carta Pastoral** de 1916. No mesmo ano em que Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo travaram contato pessoalmente, 1921, fundaram a partir de sua articulação a revista **A Ordem**, periódico do qual o intelectual leigo se tornou diretor. A ideia inicial de Jackson de Figueiredo era a de criar um partido político católico, com vistas a ter maior visibilidade e força nas tomadas de decisões, entretanto dom Leme não compactuava da ideia, não o autorizando a levar adiante tal empreendimento (Mesquida; Brighenti, 2015).

A proposição de Sebastião Leme era a de que por meio de sucessivas ações intelectuais, numa dinâmica articulada entre os campos cultural e político, fosse retomada a relevância dos valores católicos no debate público no cenário da capital do país. “A ordem – como o próprio nome indica – visava o combate de toda forma de rebelião, quer esta se manifestasse no campo filosófico ou literário, no da ética ou das instituições” (Santo Rosário, 1962, p. 180). A revista tinha um caráter formativo, com o objetivo principal de promover a discussão de questões políticas e culturais, sob a perspectiva do catolicismo. Os artigos publicados em **A Ordem** tratavam de temas relacionados à fé, à moral, à cultura e também à política, com uma abordagem profundamente enraizada nos princípios da doutrina católica. Em suas páginas, com frequência, os autores faziam referência, ou citavam trechos da **Carta Pastoral** de 1916.

Figura 2: capa da primeira edição da revista **A Ordem**, no mês de agosto de 1921.



Fonte: CENTRO DOM VITAL. Disponível em: <<https://centrodomvital.com.br/a-ordem-numero-1-agosto-de-1922/>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Com vistas a congregar intelectuais católicos, bem como a formar e cooptar novos quadros, no ano seguinte, em 1922, Jackson Figueiredo a partir da indicação de dom Sebastião Leme, fundou o Centro D. Vital, atrelado à revista **A Ordem**, que passou a ser seu órgão de comunicação oficial. “A criação do Centro Dom Vital, em 1922, se constitui como o arcabouço da nata intelectual católica com o fim de reconstituir e fazer emergir o catolicismo militante, guerreiro, confrontador” (Baldin, 2009 p. 25). Uma das funções do centro era promover o debate, em defesa da perspectiva católica, acerca de tudo que de alguma forma dissesse respeito à laicização da sociedade brasileira. A instituição aglutinou intelectuais em favor da defesa da tradição católica, notadamente frente às questões contemporâneas.

O Centro Dom Vital promoveu desde sua fundação, para além de estudos e de práticas ligadas ao campo religioso, também discussões a fim de organizar e encaminhar as incursões católicas no campo político. Esse perfil inicial da instituição, mais ligado à ação doutrinária e à política de ordem prática, e não propriamente ao campo cultural como um todo, era corolário do espírito francamente combativo de Jackson de Figueiredo (Skalinski Junior, 2021, p. 267).

O Centro D. Vital se tornou o espaço privilegiado para a convivência e para a formação da elite intelectual católica, com destaque para o papel desempenhado pelos leigos, na medida em que tinham possibilidades de ação efetivas para enfrentar o processo de secularização colocado em curso com a Proclamação da República, tal qual firmado a partir da **Constituição de 1891**. Nesses termos, tornou-se instituição de referência para o pensamento católico no país, efetivamente um núcleo de discussão intelectual.

As reuniões, feitas à noite, eram pequenos círculos de cultura e fraternidade cristã. Quando se relembra as qualidades de palestradores e polemistas de alguns dos sócios, o gosto que tinham pela esgrima do pensamento, o estímulo que cada inteligência representava para as demais, o seu fervor literário, político, filosófico e sobretudo religioso, pode-se imaginar o que seriam as reuniões desses pioneiros. Mas não somente debatiam as ideias os associados do Centro D. Vital, como também rezavam, e este foi um dos traços mais admiráveis da obra de ressurgimento espiritual então iniciada. Toda sexta-feira à noite, reuniam-se na pequena igreja hoje desaparecida, de Nossa Senhora do Parto, à Rua Rodrigo Silva, a dois passos da Livraria Católica onde, debaixo de uma escada, funcionava o Centro (Santo Rosário, 1962, p. 182-183).

O Centro D. Vital teve como seu primeiro diretor Jackson de Figueiredo, entretanto, no ano de 1928, a direção foi assumida por Alceu Amoroso Lima, devido ao prematuro falecimento de Figueiredo, por afogamento no mar. Diante desse acontecimento:

Com as bênçãos de Dom Leme, Amoroso Lima, convertido ao catolicismo naquele mesmo ano de 1928, pelas mãos de Jackson de Figueiredo e do jesuíta Leonel Franca (1893-1948), passaria a imprimir ao centro e à sua revista caráter marcadamente cultural. Alceu Amoroso Lima tinha projeção social por sua atuação como crítico literário na imprensa, atividade na qual empregava o pseudônimo Tristão de Athayde. [...] Sua conversão, para além das questões objetivas que se colocariam em marcha, trouxe importante impacto simbólico em favor da representação da Igreja no espaço social. Foi distintivo o fato de um erudito, bem posicionado e influente no cenário republicano, aderir publicamente ao catolicismo. Frutificava o propósito de Dom Leme: constituir uma elite intelectual como modelo e meio de ação para restaurar o catolicismo no país (Skalinski Junior, 2021, p. 269).

Figura 3: Alceu Amoroso Lima discursando ao cardeal Leme (1935)



Fonte: CENTRO DOM VITAL. Disponível em: <<https://centrodomvital.com.br/fotos/>>. Acesso em: 22 jul. 2023.

Da mesma forma que a revista **A Ordem** e o Centro D. Vital, outras ações foram realizadas por dom Leme em prol de fomentar a criação de uma elite intelectual católica. Dentre essas ações vale destacar os retiros espirituais para os intelectuais, realizados no período de Carnaval, que serviam como forma de disciplinar a reflexão e de testar o comprometimento. Nesse mesmo contexto, destaca-se também a páscoa dos homens, que teve início com o Congresso Eucarístico do Centenário, em 1922, no qual a intenção era aproximar os fiéis da Eucaristia (Santo Rosário, 1962). Durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil, o Governo Federal planejou uma festa cívica imponente, destacando os valores patrióticos e os avanços do país. Aproveitando essa oportunidade, dom Leme organizou o referido Congresso Eucarístico, na semana da Pátria, com vistas a dar visibilidade ao culto social da religião católica. Essa iniciativa foi uma mobilização para demonstrar a força da Igreja, no contexto dos eventos promovidos pelo Estado. A cerimônia acabou por se tornar uma tradição, tanto que, em 1924, a páscoa dos militares foi notória, e desses surgiram mais eventos do tipo, os quais englobavam toda a comunidade católica, e não somente os homens (Pereira, 2015).

Outra organização importante fundada por dom Sebastião Leme foi a Confederação Católica. Criada em 08 de dezembro de 1922 visava coordenar a militância em favor da Igreja numa estrutura mais sólida, capaz de enfrentar os

desafios daqueles tempos turbulentos. Seu intuito era fortalecer a atuação da Igreja na sociedade, defendendo seus interesses e princípios, ao mesmo tempo em que buscava combater instituições que desvalorizavam, ou deixavam em segundo plano, a religião e a religiosidade católica. Com isso, esperava valorizar a comunidade católica, fortalecendo laços entre seus agentes, a fim de promover unidade para construir uma base de militância. Tratava-se de uma iniciativa de dom Leme, mas que contava também com o apoio de dom José de Camargo Barros, o idealizador do órgão, e de dom Duarte Leopoldo coordenador e disciplinador dos leigos. Porém, efetivamente foi dom Leme quem colocou em prática a ideia, como uma tentativa de tornar os católicos operantes e atuantes para combater em defesa da Igreja (Oliveira, 2016). A Confederação Católica seria o início do movimento que, a partir de 1935, foi desdobrado na Ação Católica Brasileira (ACB).

[...] mais tarde ela se transformará na Ação Católica Brasileira. (Embora, os estatutos da Ação Católica Brasileira sejam de junho de 1935, tal instituição já existia de fato na década de 1920, quer sob a forma de Confederação Católica, quer sob a denominação de ligas, uniões, ações, que disseminaram pelo Brasil durante esse tempo). A esse respeito, não se pode deixar de mencionar a publicação, em julho de 1923, do trabalho de dom Leme, Ação Católica, que fornece “instruções para a organização do funcionamento das comissões permanentes da Confederação Católica do Rio de Janeiro. As “Instruções” retomam o tema da apatia dos católicos brasileiros, mais ou menos nos termos da pastoral de 1916; mostram que “sob pena de suicídio moral, consciente e deliberado, a consciência católica não pode viver tranquila nesse estado de coisas”; e indicam a necessidade de ultrapassar a “vida religiosa intramuros”, pela coordenação da “Ação Católica em todas as suas modalidades (Nagle, 2009, p. 74).

Com a publicação das referidas Instruções, como uma espécie de manual que instituíria uma estrutura para organizar a Confederação, dom Leme dividiu a Confederação em seções, existindo marcadamente de maneira inicial a masculina e a feminina. Essa separação de gênero ainda ganharia expressão na década seguinte na ACB, de modo que era esperado que certas atividades fossem destinadas a homens, e outras destinadas a mulheres.

Após a fundação da Confederação, verificou-se nos anos seguintes, entre 1923 e 1927, que dom Sebastião Leme esteve um pouco afastado da agitação de sua função, em razão de estar com a saúde debilitada. As insônias lhe perturbavam, possivelmente como corolário da permanente pressa com que conduzia suas atividades cotidianas. Esse afastamento parcial lhe permitiu recuperar saúde e energia para o trabalho. Ao se completarem 5 anos da fundação da Confederação

Católica, o religioso aproveitou o marco da data para convocar a Semana Social de Ação Católica. Tratava-se de evento inspirado no que ocorria em países europeus, e trazia como objetivo manifesto a formação espiritual, a partir de práticas litúrgicas e de retiros espirituais. Nesse processo, também foram realizadas reuniões de planejamento de ações, elaboradas para os 5 anos seguintes de trabalho da Confederação (Santo Rosário, 1962).

Em abril de 1930, no Palácio São Joaquim, o cardeal Arcoverde veio a falecer, o que causou grande comoção entre os religiosos, e foi notícia em âmbito nacional e internacional. Passado o período de celebrações fúnebres, das liturgias e últimas bênçãos, iniciou-se o processo da sucessão que cabia a dom Leme. Assim, foi nomeado em 18 de abril de 1930 arcebispo do Rio de Janeiro e, no dia 30 de junho do mesmo ano, recebeu o barrete cardinalício em Roma.

No caso de D. Sebastião Leme, a imposição do chapéu cardinalício era o coroamento harmonioso de uma vida. A carreira rapidamente ascensional, o vulto da obra em andamento, o seu prestígio junto ao Povo, ao Clero e aos seus próprios pares do Episcopado, estavam como que a pedi-la. Realista demais para não percebê-lo, D. Leme terá visto na investidura como um providencial reforço e uma ampliação de sua influência pastoral (Santo Rosário, 1962, p. 204).

Sua nomeação como cardeal coincidiu com um momento crucial da história brasileira, no qual o país passou por significativas modificações políticas e sociais. Durante seu período como cardeal – um agente da Igreja com voto para eleição do papa, e com voz no Conclaves – dom Leme enfrentou situações de instabilidade e teve que lidar com as demandas de uma Igreja em reorganização, tendo atuado na expansão e fortalecimento da presença católica no Brasil.

Figura 4: foto de dom Sebastião Leme da Silveira Cintra



Fonte: **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/SLeme.html>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

O Golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas, um movimento político-militar que culminou com sua ascensão ao poder, e marcou o fim da Primeira República, certamente foi o mais impactante evento político no Brasil ocorrido durante o cardinalato de Sebastião Leme. Concretizado em outubro de 1930, o golpe teve como pano de fundo a crise econômica e a instabilidade política ligada ao processo eleitoral de sucessão presidencial, as quais enfraqueceram o governo do presidente Washington Luís. O pilar de sustentação da Primeira República caracterizava-se pelo domínio político das oligarquias agrárias, especialmente dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Essas oligarquias revezavam-se no poder, por meio do voto de cabresto e da manipulação das eleições, em um sistema conhecido como "política do café com leite". Diante disso, a concentração de poder concretizada por esse arranjo levou ao descontentamento diversos setores da sociedade brasileira, como a classe média urbana, militares, e outros grupos que se sentiam excluídos do processo político (Nagle, 2009).

Em 1 março de 1930, Júlio Prestes, então governador de São Paulo, candidato apoiado pelas oligarquias locais, quebrando a tradição de revezamento entre paulistas e mineiros, foi eleito presidente do Brasil. No entanto, a oposição, liderada por Getúlio

Vargas, defendia que havia ocorrido fraude eleitoral, o que gerou um movimento de protestos que encontrou respaldo em diversos setores sociais. Apoiado por militares dissidentes, bem como por lideranças de outros estados, insatisfeitos com o controle político exercido por São Paulo, Vargas liderou o que culminou em um golpe. Em 3 de outubro de 1930, as forças insurgentes marcharam em direção ao Rio de Janeiro, capital do Brasil, e em 24 de outubro depuseram o presidente Washington Luís. Vale destacar que Washington Luís se recusava a entregar o cargo, e a mediação realizada por dom Sebastião Leme foi decisiva para que não houvesse conflito armado nesse momento final. O arcebispo convenceu o presidente a deixar o Palácio do Catete, tendo o acompanhado em sua saída em direção ao forte de Copacabana, de onde tomaria uma lancha a fim de pegar um navio com destino à Europa, juntamente com a família (Fausto, 1982).

A intervenção de dom Leme deu-lhe grande destaque social, tendo, inclusive, passado a gozar de prestígio junto a Getúlio Vargas. A partir disso, o cardeal buscou estreitar relações com o novo governo, para assim conquistar posições para os católicos no tecido burocrático estatal, bem como pleitear a implementação de proposições defendidas pela Igreja. O Governo Provisório operou de maneira autoritária, dissolvendo o Congresso Nacional e impondo medidas políticas e econômicas centralizadoras. Em que pese isso, no sentido de promover uma conciliação entre variadas forças sociais, acabou por lotear o Estado, entregando posições a diferentes setores. Coube à Igreja, marcadamente, a influência sobre o Ministério da Educação e Saúde Pública. A relação de cooperação entre Igreja e Estado levaria à retomada facultativa do ensino religioso nas escolas oficiais, em 1931, o que veio a ser expresso na Constituição de 1934 (Vasconcelos, 2015).

O ano de 1931 foi emblemático para os católicos, sendo marcado pela inauguração da estátua do Cristo Redentor, no dia 12 de outubro. No contexto desse evento, dom Sebastião Leme aproveitou para promover solenidades, a fim de consagrar o Brasil a Nossa Senhora Aparecida, que havia sido constituída padroeira do país, pelo papa Pio XI, em 16 de julho de 1930 (Santo Rosário, 1962). O cardeal aproveitou a circunstância para buscar fortalecer a presença cultural da Igreja, bem como para pressionar políticos a acederem às demandas católicas. Ao mês de julho de 1933, dom Leme instituiu o primeiro Congresso Eucarístico Nacional, que seria realizado no mês de setembro em Salvador, com o objetivo de celebrar e aprofundar a devoção à Eucaristia, um dos sacramentos centrais da fé católica. Congressos

dessa natureza, promovidos por dom Leme “[...] se tornaram instrumento de afirmação da fé católica e da presença da Igreja na sociedade e apregoavam a união entre religião e pátria” (Pereira, 2015, p. 198).

Outro movimento liderado pelo cardeal, destaca-se ao ano de 1932, qual seja, a fundação da Liga Eleitoral Católica (LEC). Dom Leme sempre se posicionou contra a criação de um partido, porém a liga não possuía vínculos partidários, e dessa forma auxiliaria no processo de aproximação dos fiéis. Assim como, seria uma maneira de persuadi-los da importância do voto orientado pelos valores católicos, tendo como objetivo ser um grupo de pressão capaz de fortalecer a Igreja no campo político.

Era de total interesse da Igreja Católica participar ativamente desse momento de produção da Constituição brasileira e, para tal, ela sabia que necessitava construir uma base forte, que de dentro da Assembleia Constituinte pudesse defender os seus interesses, no entanto, não era aceitável construir essa base com grupos posicionados do outro lado do espectro político. Com essa estratégia bem definida a Igreja buscou consolidar uma base robusta de eleitos capazes de interferir na elaboração da Constituição de 1934. Possuindo uma pauta de interesses bem definida a estratégia utilizada foi realizar esse conluio que se mostrou bem-sucedido, afinal a Igreja conseguiu imprimir na Constituição de 1934 sua pauta (Oliveira, 2019, p. 80).

Ao mobilizar os católicos brasileiros sobre a importância do exercício do “voto cristão” como forma de participação cívica, para que assim a Igreja pudesse estar mais próxima dos processos políticos, e defender seus interesses, a LEC se concretizou como estratégia eleitoral e política bem-sucedida.

A LEC empreendeu um grande movimento de mobilização eleitoral. O objetivo era alistar o maior número de eleitores católicos e instruí-los sobre a importância do voto e a necessidade de apoiar as reivindicações católicas. Nesse sentido, foram mobilizadas paróquias e associações ligadas à Igreja, promoveu-se congressos, assembleias e reuniões em todos os cantos do país. Outro aspecto importante da LEC, no processo de mobilização eleitoral, foi a campanha e luta pelo voto feminino. Até então, nem todas as mulheres votavam. A LEC batalha para estender esse direito a todas as mulheres. Para a Igreja, o voto feminino era importante porque atingia a família e aumentava a força do voto católico (Pereira, 2015, p. 201)

Após o período eleitoral, em 1933, a LEC perdeu força, entretanto obteve o almejado, conquistou a pauta apresentada na Constituição de 1934, com destaque para o artigo que regulamentava o ensino religioso nas escolas, que com a Constituição de 1891 havia sido extinguido. Isso foi um importante passo para a movimento da neocristandade, projeto encabeçado por dom Leme com vistas a reorganização do catolicismo, especialmente, ao engajar intelectuais leigos na defesa

dos interesses da Igreja. No ano de 1935, após esse processo no campo político, dom Leme fundou a Ação Católica Brasileira (ACB), uma continuidade da Confederação Católica. O movimento buscava envolver os leigos de forma ativa e organizada na missão da Igreja, promovendo a evangelização, a caridade e a participação social. Os membros da Ação Católica eram chamados a viver sua fé no mundo, testemunhando-a em todas as esferas da vida social, política e econômica. A ideia era promover a presença do catolicismo nos diversos setores da sociedade, buscando transformar o mundo em conformidade com os princípios cristãos (Pereira, 2015).

De acordo com Santo Rosário (1962), a Ação Católica Brasileira foi inspirada no modelo italiano, no qual dom Leme havia tomado parte, em suas vivências na Europa. O cardeal buscou contemplar na ACB variados grupos sociais, além dos homens e mulheres, criou também uma divisão para jovens, que geralmente não participavam de questões decisivas na sociedade. Em linhas gerais, com vistas a estruturá-la, realizou a seguinte organização:

Os Homens da Ação Católica (H.A.C), para os maiores de trinta anos e os casados de qualquer idade; a Liga Feminina da Ação Católica (L.F.A.C), para as maiores de trinta anos e as casadas de qualquer idade; a Juventude Católica Brasileira (J.C.B) e a Juventude Feminina Católica (J.F.C) (Santo Rosário, 1962, p. 336).

A Ação Católica tinha uma atuação significativa na política e nas questões sociais, estabelecendo debate público sobre temas relevantes da época. Nesse sentido, “[...] era objetivo da Ação Católica fazer com que os católicos marcassem presença em todas as esferas da vida social, profissional e pública como, por exemplo, no mundo dos negócios, nas fábricas, na política e no campo da cultura” (Pereira, 2015, p. 203)

Para Dom Leme: “A Ação Católica, é apostolado. Não é uma teoria. Uma escola. Série de cursos., etc. Os cursos visam a formação. O sócio da A.C. deve ser auxiliar da Hierarquia-força auxiliar da Igreja, apóstolo enfim” (Santo Rosário, 1962, p. 344). Essa organização desempenhou um papel importante na formação de lideranças católicas engajadas em diversas áreas da sociedade brasileira, tratava-se da “[...] tentativa de estabelecer uma nova cristandade e criar uma nova ordem social, econômica e política sob a influência dos princípios cristãos orientados pela Igreja num mundo secularizado [...]” (Pereira, 2015, p. 203).

No dia 04 de junho de 1936, ocorreu comemoração alusiva ao Jubileu Episcopal de dom Leme no Rio de Janeiro. O jubileu episcopal é uma celebração importante na trajetória de um bispo, pois comemora um marco significativo em sua jornada pastoral. Durante esse evento é comum que a Diocese e os fiéis expressem reconhecimento ao serviço e à liderança do religioso durante o período. Também pode ser uma oportunidade para reafirmar os compromissos pastorais e renovar os laços com a comunidade diocesana. No dia 31 de maio de 1936, domingo de Pentecostes, tiveram início as solenidades, com missa em louvor à Nossa Senhora Aparecida e demais celebrações da comemoração. Tal momento, tratava-se de homenagear o único cardeal da América Latina, efetivamente a primeira figura da Igreja no país (Santo Rosário, 1962).

A celebração trouxe à tona memórias de sua trajetória, de pessoas que fizeram parte de sua vida e de seu episcopado. Entre elas, o padre que o instruiu a auxiliar nas celebrações da missa, quando ainda era criança na cidade de Espírito Santo do Pinhal, juntamente com sua mãe Ana. Após a comemoração jubilar de seu episcopado, dom Leme realizou sua última viagem à Europa. Em Roma, tratou junto à Santa Sé de projetos que tinha em mente, para continuar levando adiante o projeto da neocristandade no Brasil. Já em 1939, dom Leme promoveu o I Concílio Plenário Brasileiro, conforme Santo Rosário (1962), tratou-se de um importante acontecimento, que marcou a história religiosa do país. Esse evento sinalizou um período de amadurecimento e fortalecimento da Igreja Católica no Brasil, ao reunir os bispos e padres conciliares de todo o território nacional, para refletir sobre os rumos da Igreja e suas responsabilidades. O concílio contribuiu para uma maior coesão e organização da hierarquia da Igreja no país.

Pesam tanto as decisões conciliares que os decretos do concílio plenário, uma vez promulgados, têm força de lei não somente para os fiéis e o Clero em geral, como também para os próprios Padres Conciliares que os votaram: “pois os concílios exercem jurisdição recebida do Romano Pontífice e superior a cada um dos bispos” (Santo Rosário, 1962, p. 381).

Um dos resultados mais importantes do concílio foi a criação das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, que estabeleceram as bases para a atuação da Igreja Católica no país. Essas diretrizes tornaram-se um importante instrumento para orientar as atividades pastorais e evangelizadoras, bem como para enfrentar os desafios antirreligiosos da época.

No início da década de 1940, dom Leme dava indícios de um decréscimo em sua energia e capacidade de manter a mesma intensidade de trabalho. Provavelmente sintomas de seu adoecimento, nomeadamente ligados a problemas cardíacos, em que pese a saúde já debilitada seguia à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Em 17 de outubro de 1942, após o almoço, quando estava em seu escritório a descansar sentiu-se mal. Recebeu socorro do médico Moreira da Fonseca e de seu confessor, frei Domingos. Foi diagnosticado com infarto anginoso, e foram tomadas as providências para medicá-lo. Dom Leme apresentou repentina melhora, conversou com familiares e com Alceu Amoroso Lima, que chegou para atender ao seu chamado. O cardeal queria entregar-lhe o ato pelo qual constituía a comissão permanente das relações internacionais da Ação Católica. Amoroso Lima retirou-se após a conversa. Dom Leme permaneceu em repouso, porém às 17:10h, sentiu-se mal novamente e pediu ajuda ao médico que o acompanhava. Apesar da tentativa de reanimá-lo, não houve êxito no procedimento. Dom Sebastião Leme, cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro, faleceu no dia 17 de outubro de 1942, às 17:15h. Foi sepultado no piso do Santuário da Adoração Perpétua em Sant'Ana (Figura 5), conforme expressão anterior de sua vontade (Santo Rosário, 1962).

Figura 5: Missa na Igreja de Sant'Ana, em memória dos 80 anos da morte de dom Sebastião Leme (2022)



Fonte: Disponível em: <<https://arqrio.org.br/missa-na-igreja-de-santana-pelos-80-anos-da-morte-de-dom-sebastiao-leme/>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

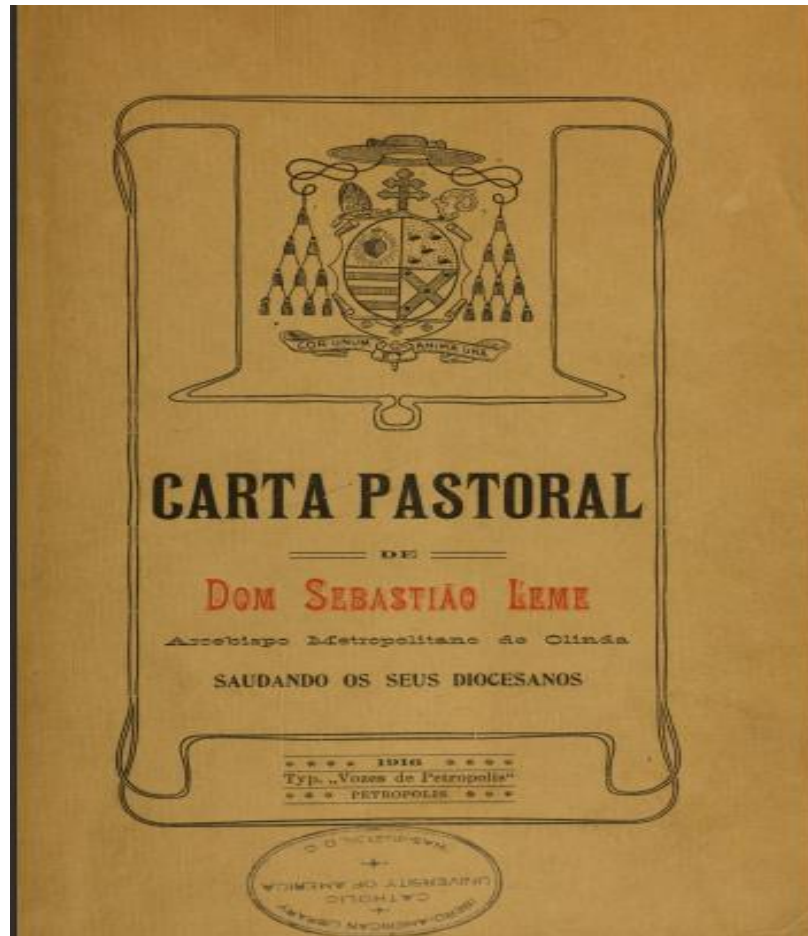
O cardeal Sebastião Leme deixou efetivamente um legado de liderança, sendo considerado, mesmo contemporaneamente, uma das figuras mais relevantes da história da Igreja Católica no país. Sua trajetória foi marcada pela disposição ao serviço pastoral, da qual a Ação Católica Brasileira pode ter sido a expressão definitiva, de modo aliado ao pragmatismo no trato das questões políticas e culturais de interesse da Igreja, com destaque para a relação de cooperação recíproca que logrou estabelecer entre Igreja e Estado. O projeto de renovação e modernização da Igreja que colocou em curso no Brasil, nos termos de uma neocristandade, foi decisivo para a manutenção da relevância do catolicismo no debate público, o que foi crucial para a Igreja no início do século XX.

CAPÍTULO 3

A CARTA PASTORAL DE DOM SEBASTIÃO LEME, SAUDANDO OS SEUS DIOCESANOS (1916): RELIGIÃO, POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Nesse capítulo realiza-se uma análise da estrutura, do conteúdo e do sentido histórico da **Carta Pastoral** redigida por dom Sebastião Leme em 1916, na qual abordou não somente o catolicismo no Brasil, mas também elaborou reflexões: sobre o que chamava de ignorância religiosa, sobre o contexto de laicização a partir do quadro político, e sobre a importância do ensino religioso. No que diz respeito à estrutura da **Carta Pastoral**, ela possui 138 páginas – conforme sua primeira edição – e é dividida em quatro partes, além de uma Introdução e de um Mandamento ao seu final, no qual se encontra a determinação de que fosse lida nas missas, nos seminários e nas comunidades religiosas ligadas à Arquidiocese. Na primeira parte, dom Leme tratou do que entendia ser o quadro negativo do catolicismo no Brasil, discutindo suas causas e examinando a situação religiosa do país. Na segunda parte, ele destacou a questão da falta de conhecimento religioso, nos termos do que chamou de “ignorância religiosa”, que em sua avaliação caracterizava a nação. Na terceira parte, dom Leme discutiu a laicização do Estado e da educação, enfatizando a relevância do ensino religioso como alicerce para uma formação integral, desde os estágios iniciais de instrução até os mais altos níveis educativos. Por fim, na quarta parte, o arcebispo expressou agradecimentos, afetos e bênçãos, tanto aos membros do clero quanto aos diocesanos de modo geral, dando ao fim de sua carta um teor de espiritualidade.

Figura 6: capa da **Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos**, 1916.

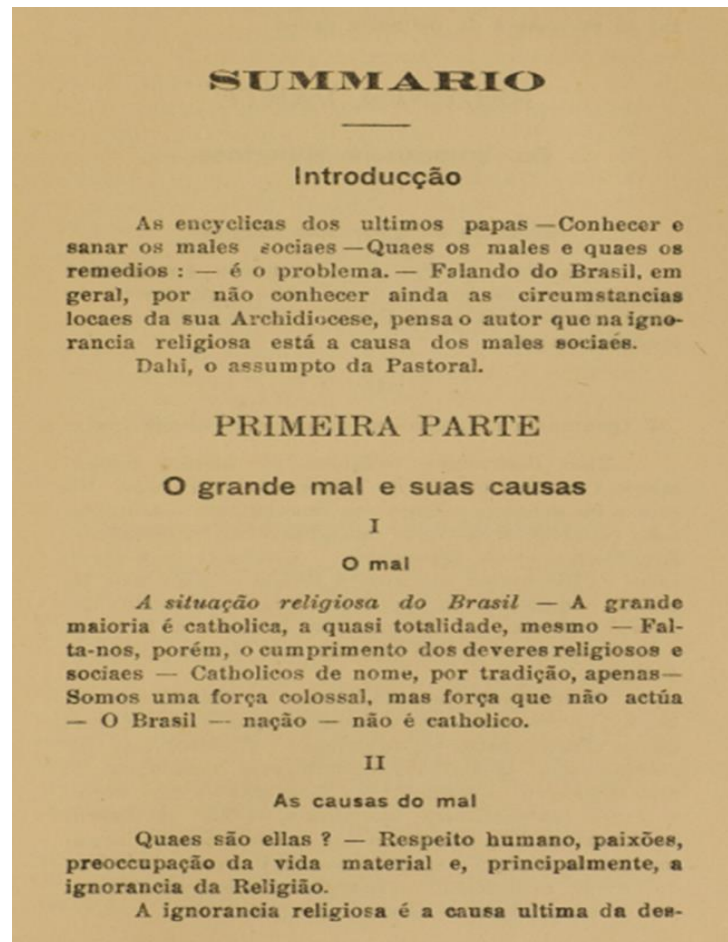


Fonte: **Catholic University of America, Whashington-DC**. Disponível em: <<https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A26223>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

3.1 A situação católica no país, seus problemas e suas causas

Nesse item, realizamos a análise da primeira parte da **Carta Pastoral** de dom Leme, que trata da circunstância e da situação do catolicismo no Brasil. Nela foram exploradas as causas identificadas pelo arcebispo como aquelas que contribuam para a configuração de um cenário negativo ao catolicismo, com destaque para os fatores sociais, políticos e culturais que influenciavam a religiosidade e as práticas religiosas no país. Tal avaliação era elaborada já em uma circunstância de desdobramento do momento em que: “[...] o governo republicano quebrou o monopólio da Igreja Católica e desafiou o poder de organização e força do catolicismo em terras brasileiras” (Debald, 2007, p. 54).

Figura 7: imagem do Sumário, referente à primeira parte da **Carta Pastoral de dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos**, 1916.



Fonte: **Catholic University of America, Whashington-DC**. Disponível em: <<https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A26223>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Na conjuntura em que o país se encontrava, a Igreja vivenciava dificuldades e colocava em curso ações com vistas à sua reorganização. A própria **Carta Pastoral** era parte desse processo, visto que o papel social da Igreja era tensionado pela laicização característica do regime republicano. Por meio de seu documento, Sebastião Leme apontou para o declínio da presença católica na cultura nacional, sustentando sua argumentação em indicadores como: a diminuição da frequência às igrejas, a crescente secularização da sociedade, e o distanciamento entre a fé católica e as questões políticas. Diante disso, propôs estratégias para enfrentar esse quadro, ao destacar a importância de fomentar um renascimento do compromisso religioso, de uma maior integração da Igreja na vida social cotidiana e de um engajamento mais ativo no campo político, como meio para fortalecer a presença da católica nessa seara de discussões.

Ao dar início à carta dom Leme interpelou os fiéis, quando comparou a religião católica no Brasil, com o modelo estabelecido na Europa, enfatizando que lá havia uma divisão entre católicos e acatólicos. E que diante disso os católicos europeus cumpriam de forma efetiva seu papel como cristãos, e os ditos não católicos se eximiam desse compromisso, pois não tomavam partido frente à religião. A partir dessa comparação entre o Brasil e as nações europeias, Sebastião Leme, em que pese afirmar que o Brasil era amplamente identificado como uma nação essencialmente católica, chamou a atenção para o fato de que no contexto nacional muitos católicos não cumpriam de fato seus deveres religiosos. O que para ele seria um indicativo de um contraste significativo entre a autoafirmação da fé e o comprometimento efetivo com os princípios cristãos (Leme, 1916). Tal observação, que lançava luz sobre a diferença entre o catolicismo em terras brasileiras e o concretizado em solo europeu, ganhava especial sentido em tempos de romanização da Igreja no Brasil.

Um dos principais pontos destacados por dom Leme na primeira parte de sua carta foi a indagação sobre o nível de engajamento dos católicos em relação às suas obrigações em apoiar a Igreja. Isso demonstra a importância que atribuía ao comprometimento dos fiéis para com a causa religiosa. Suas considerações nesse sentido oferecem uma valiosa contribuição para a análise das responsabilidades dos católicos em defesa da fé e, ao mesmo tempo, proporcionam elementos para uma reflexão mais profunda acerca do papel da Igreja na sociedade brasileira da época. “Somos a maioria e a quase totalidade da nação – acabamos de ver. Agora bem; perguntamos; somos uma maioria consciente dos seus deveres religiosos e sociais? Infelizmente, parece-nos que não” (Leme, 1916, p. 4).

Ao assinalar que a maioria da população era composta por católicos, dom Leme destacou que a mera representatividade numérica carecia de significado, sem lograr estabelecer influência social e política ativa. Dessa forma, em sua avaliação, o catolicismo encontrava-se em declínio devido à falta de comprometimento e de fidelidade na preservação dos princípios cristãos: “[...] são católicos de nome, católicos por tradição e por hábito, católicos só de sentimento” (Leme, 1916, p. 4). Nesse momento, enfatizou que muitos se identificavam como católicos em razão de práticas e legados culturais que eram transmitidos ao longo do tempo, entretanto, não estando pautados efetivamente num compromisso com a fé.

Em acordo com Martins (2017), a influência que Sebastião Leme buscava era especialmente de natureza política, tendo em vista que criticava abertamente a ausência de uma perspectiva católica nas leis, nos fundamentos e nas estruturas institucionais, nos órgãos do cenário político, nos políticos em particular, nas instituições educacionais, nas Forças Armadas, bem como no que chamou de chamou de “engrenagem” do governo oficial brasileiro. Nesse cenário o religioso asseverava: “Não é católica a lei que nos rege” (Leme, 1916, p. 5).

Para além das críticas relativas à legislação num sentido amplo, que segundo ele não expressava os valores cristãos da nação, dom Leme também tratou das implicações ligadas às políticas educacionais implementadas pelo Estado. O arcebispo destacou na **Carta Pastoral** o que entendia serem consequências adversas decorrentes da instrução laica, visto que avaliava a educação como um meio de ação crucial para a profusão das ideias e dos valores católicos. Nesse sentido, é correto afirmar que a carta estabeleceu diretrizes para a composição de um movimento de alcance nacional, tendo historicamente um papel de relevância na mobilização de intelectuais católicos, tanto por meio do engajamento dos já convertidos, quanto por meio da cooptação de novos quadros. Algo que se notabilizou na criação de instituições leigas dedicadas à promoção dos princípios cristãos, bem como na articulação de uma retórica institucional voltada para a viabilização de uma neocristandade, capaz de contemplar e de se imiscuir nos debates políticos (Moura, 2016).

No documento dom Leme definiu como sua principal meta a busca pela revitalização do cristianismo no país, por meio da implementação do projeto de neocristandade. O objetivo fundamental dessa iniciativa era a restauração da presença e da influência do catolicismo nos âmbitos cultural e político. Com a carta Sebastião Leme: “[...] apresentou os caminhos para o fim da apatia dos membros da Igreja, com sugestões para a estruturação de um amplo projeto de reorganização eclesial” (Moura, 2016, 31). Os princípios promovidos pela modernidade eram avaliados pelo arcebispo como desafios emergentes no mundo contemporâneo, que precisavam ser enfrentados por meio da fé e da preservação das tradições. Tal circunstância lhe causava inquietação e, sua **Carta Pastoral**, foi um veículo para expressão dessas preocupações e proposições enquanto liderança intelectual (Oliveira, 2019).

Nesse contexto, dom Leme destacou ter emergido na cultura algo que chamou de "snobismo cosmopolita". O que diria respeito à adoção de novos costumes, os quais conduziram à negligência em relação à religião e aos princípios cristãos, resultando num afastamento prático do cotidiano e da vivência do catolicismo. Assim, o arcebispo sustentava a ideia de que, apesar da maioria se identificar como católica, essa maioria não exercia de fato uma influência decisiva na dinâmica social do país, a partir da tradição defendida pela Igreja (Leme, 1916). Essa observação aponta para a complexidade da situação, em que a aparência de pertencer à fé católica podia ocultar uma falta de compromisso real com seus valores. Além disso, esse "snobismo cosmopolita" ilustraria, segundo o arcebispo, como as influências externas e as mudanças culturais estariam afetando a prática religiosa no Brasil.

Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são as nossas escolas, leigo o ensino. Na força armada da República, não se cuida de Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica. O mesmo se pode dizer de todos os ramos da vida pública. Anticatólicas ou indiferentes são as obras de nossa literatura. Vivem a achincalhar-nos os jornais que assignamos. Foge de todo à ação da Igreja a indústria, onde no meio de suas fábricas inúmeras a Religião deveria exercer a sua missão moralizadora. O comércio de que nos provemos parece timbrar em fazer conhecido que não respeita as leis sagradas do descanso festivo. Hábitos novos, irrazoáveis e até ridículos, vai introduzindo no povo o snobismo cosmopolita (Leme, 1916, p. 5).

A partir dessas observações dom Leme assinalou que a negligência em relação às responsabilidades como católicos era um dos fatores que contribuíam para a diminuição da força social da Igreja: "[...] é evidente, pois, que apesar de sermos a maioria absoluta do Brasil, como nação, não temos e não vivemos vida católica" (Leme, 1916, p. 6). Assim, destacava que a maioria dos católicos estavam ali indiferentes aos seus compromissos como fiéis, conforme seu diagnóstico:

Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos e sociais, chegamos ao absurdo máximo de formarmos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi, uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente (Leme, 1916, p. 6).

Diante disso, dom Leme se esforçou em apresentar uma perspectiva propositiva em relação à situação da época, pois em sua avaliação a maioria dos católicos não estava plenamente consciente de suas obrigações religiosas e sociais, o que implicava na falta de atuação em defesa da religião. Sebastião Leme destacava

que, de acordo os princípios religiosos, ser um verdadeiro cristão demandava obedecer aos mandamentos sem fazer escolhas, ou seja, não escolher apenas aquilo que se adequasse aos próprios interesses, enquanto se rejeitava o que não era conveniente (Leme, 1916). De acordo com Martins (2017), essas questões levantadas por dom Leme, ao falar sobre as implicações de se sucumbir às satisfações materiais da vida temporal, também diziam respeito a uma crítica ao capitalismo de consumo, podendo guardar relação com a crítica tradicionalista ao liberalismo e, mesmo, a certo tipo de racionalismo materialista. Frente a esse diagnóstico, o arcebispo apontou a restauração da fé como “remédio” para curar o impacto dessa condição, frente aos deveres cristãos. Conforme suas palavras:

[...] ao católico não pode ser indiferente que a sua pátria seja ou não aliada de Jesus Cristo. Seria trair Jesus; seria trair a pátria! Eis por que, com todas as energias de nossa alma de católicos e brasileiros, urge rompamos com o marasmo atrofante com que nos habituamos a ser uma maioria nominal, esquecida dos seus deveres, sem consciência dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tentá-lo – é obra de fé e ato de patriotismo (Leme, 1916, p. 8)

De acordo com dom Leme, o principal problema na fé do povo brasileiro decorria da negligência em cumprir os deveres religiosos, assim, enfatizava a importância de se buscar meios de enfrentamento a tal circunstância, mas considerava essencial abordar a causa de tal afastamento religioso, para solucionar o problema. Nesse sentido, identificou várias questões associadas a essa falta de comprometimento, incluindo o constrangimento social que se desdobrava na hesitação de muitos católicos em defender as convicções de sua confissão.

Outra causa apontada por Sebastião Leme como fator desencadeador da falta de comprometimento com os valores da fé dizia respeito aos prazeres carnais, que, segundo ele, tinham um impacto direto no afastamento das vivências autênticas junto à Igreja. “São paixões formidáveis, instinto perversos, egoísmos profundos, arranques de volúpia, incêndios de sensualidade, tempestade de carne... é todo esse mar ignóbil em que mergulha o homem do nosso tempo” (Leme, 1916, p. 9). Dessa forma, em sua análise, dava visibilidade às discussões relativas ao estilo de vida que se empreendia no início do século XX, algo que se ligava à crítica da Igreja à modernidade. A ideia de demanda por um equilíbrio entre as necessidades da vida material e as da vida espiritual, era assim apresentada como um desafio a ser enfrentado pelos católicos (Oliveira, 2019).

Dom Leme deu seguimento à sua **Carta Pastoral** procurando destacar as causas subjacentes à diminuição da devoção religiosa, apontando deficiências nas práticas dos fiéis. Sua intenção era que esses fiéis pudessem reconhecer tais causas e, conseqüentemente, encontrar formas de lidar com os desafios que afetavam a religião, transformando-se em católicos engajados na defesa de sua Igreja, assim, em sua narrativa, enfatizou a carência de instrução religiosa. Com isso, estava não apenas identificando problemas, mas também delineando uma estratégia para que os fiéis pudessem adotar medidas que revitalizassem sua fé e compromisso com a Igreja. Para tanto, ressaltou a importância de uma educação religiosa mais sólida, como parte fundamental desse processo. Essa abordagem visava não só analisar a situação, mas também oferecer soluções concretas (Moura, 2016).

Diante de tal cenário, o religioso enfatiza: “Eis a causa última dos nossos males. As verdades, as doutrinas, os ensinamentos e os preceitos do Evangelho não são conhecidos com clareza de ideia, nem com fundamento de razões” (Leme, 1916, p. 10). Ao falar sobre a falta de instrução religiosa, dom Leme referiu-se à falta de conhecimento do evangelho, exaltando que ao não conhecer e não ter esclarecimentos sobre o evangelho, não se vivia a vida de uma forma dedicada aos valores religiosos.

Não possuem muitos as noções indispensáveis da doutrina cristã; não receberam esclarecimentos precisos sobre a pessoa e a obra de Jesus Cristo. Da autoridade divina da Igreja, apenas, suspeitam. Da instituição divina dos sacramentos ouviram falar, mas não chegaram a entrever o conforto sobre-humano que essa verdade encerra. Falta-lhes aquela persuasão enraizada que só consegue inspirar as verdades bem aprendidas. Desprovida a inteligência, é óbvio que pusilânime e fraca se revele à vontade (Leme, 1916, p. 11).

O arcebispo ainda tratou dos “católicos não praticantes”, ou seja, aqueles que se nomeavam católicos, mas não adotavam efetivamente uma conduta católica (Leme, 1916). Assim, ao empregar esse termo, buscou descrever aqueles que embora tenham nascido ou sido batizados na fé cristã, ao longo do tempo deixaram de seguir as práticas tradicionais da Igreja. Tais pessoas, segundo dom Leme, muitas vezes mantêm uma conexão cultural ou emocional com a religião de sua infância, porém optam por não participar das cerimônias, missas e rituais religiosos. Para o arcebispo, as razões para essa escolha poderiam variar amplamente, desde a busca por uma espiritualidade mais pessoal e flexível, até a falta de identificação com as doutrinas ou

eventos da Igreja. Ou mesmo, a recusa em um comprometimento com a fé católica, para não serem cobrados acerca de uma postura baseada nos preceitos religiosos, o que deixaria a porta aberta para uma vida dedicada às ambições temporais (Leme, 1916).

No entendimento de dom Leme, o motivo mais contundente que levava ao distanciamento das práticas religiosas dizia respeito principalmente à ignorância religiosa. “A quem, na sua razão e na sua história, estude e conheça a religião, é impossível não ceder à evidência dos fatos e à beleza das doutrinas” (Leme, 1916, p. 12). Em razão disso, o arcebispo se ateve de maneira importante à questão relativa ao ensino religioso, que tinha sido suprimido das escolas como parte do processo de laicização do ensino com a República. Sua preocupação central residia na incerteza sobre o que esperar dos católicos quando eram educados sem uma efetiva base religiosa, e se perguntava o que as futuras gerações poderiam apresentar em termos de fé (Leme, 1916).

No decorrer de seus argumentos, dom Leme estabeleceu uma distinção entre aqueles que possuíam fé e aqueles considerados meramente crédulos. Segundo o religioso a fé impunha requisitos, sendo fundamentada na racionalidade e não tolerando a superficialidade, desse modo, para alguém ser considerado “de fé”, era necessário não apenas compreender, mas também incorporar as práticas religiosas em sua vida. Por outro lado, ao se referir aos crédulos, destacou que a credulidade era uma atitude cômoda, que se manifestava na alma cristã por meio de fantasias e superstições, perdurando ao longo do tempo. Diante disso, destacava que sem a instrução religiosa os fiéis colocavam “[...] a fé ao seu serviço, em vez de subordinarem-se ao serviço da fé” (Leme, 1916, p. 14). Assumiam a identidade de católicos apenas quando seus desejos eram atendidos, revelando uma falta de fé genuína, pois só permaneciam enquanto obtinham o que queriam, no entanto, quando suas demandas não eram atendidas sua fé enfraquecia.

Ao final da primeira parte da carta dom Leme reforçou seus apontamentos referentes à falta de ação por parte dos católicos: “[...] não somos uma força determinante no regime público do Brasil, é porque não temos a compreensão nítida dos nossos deveres sociais, não cultivamos hábitos de propaganda, não recebemos tradições de disciplina” (Leme, 1916, p. 14-15). A partir disso, dom Leme estabeleceu novamente uma comparação entre o Brasil e as nações europeias, as quais segundo ele contavam com um amplo suporte para as atividades ligadas à religiosidade

católica, incluindo escolas, capelas, igrejas, universidades, jornais, eleitorado, associações, presença na política e uma variedade de outros recursos. Já ao tratar do Brasil nessa comparação, registrou:

E nós, os católicos do Brasil, insulados e dispersos teimamos em viver chorando um passado que se foi. Diante da constituição, diante do governo, da imprensa, da literatura, das academias e das escolas, do comércio e a indústria, diante de todos os expoentes da nação, somos um povo ateu ou indiferente. [...] É certo, é evidente, é palpável que não sabemos aproveitar a nossa força. Somos católicos de clausura, a nossa fé se restringe ao encerro do oratório ou à nave das igrejas (Leme, 1916, p.15).

Dom Leme finalizou a primeira parte da **Carta Pastoral** indagando os fiéis em relação à ação que deveriam desempenhar. Destacou a ausência de atividades de promoção, de compartilhamento do evangelho, de cumprimento dos princípios da vida católica e da falta de iniciativas em defesa da igreja.

Tenhamos a sinceridade cristã de confessar: - somos uma maioria que não atua, dizíamos há pouco; agora acrescentamos; somos uma maioria asfixiada. O Brasil que aparece, o Brasil nação, esse não é nosso. É da minoria. A nós católicos, apenas dão licença de vivermos. Que humilhação para nossa fé! (Leme, 1916, p. 16-17).

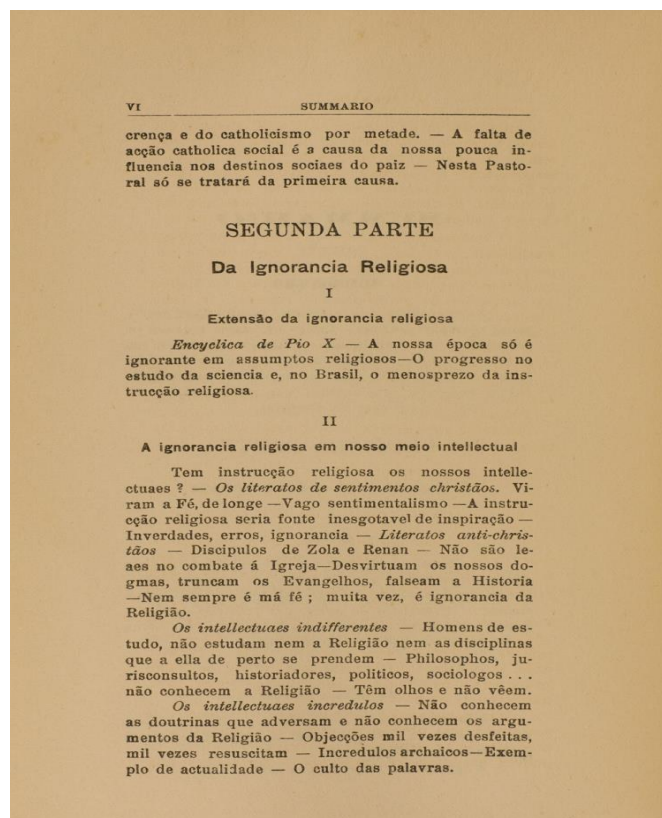
Fica claro, ao se avaliar o início do século XX no Brasil, que a Igreja católica dependia fortemente da participação ativa de seus fiéis, para a difusão orgânica de seus princípios e de suas demandas políticas. Fosse por meio da evangelização, do serviço comunitário ou da educação. O catolicismo enfrentava o desafio de manter sua relevância e vitalidade em um país que progressivamente se laicizava. Ao examinar a situação religiosa no país, Sebastião Leme abordou uma série de fatores que contribuíram para o cenário que se delineou. Numa análise das causas sociais, políticas e culturais, conforme tratado nesse item da dissertação, mostrou um panorama amplo em que a fé e os princípios cristãos muitas vezes deixaram de ser questão de primeira ordem para os fiéis. Desse modo, dom Leme, por meio de um exame realista, ressaltou que a mera predominância numérica dos católicos perdia sentido, quando desprovida de um engajamento ativo, de uma força operante em favor da Igreja. A religião, em seu entendimento, passava por uma degradação devido à predominância de práticas superficiais, em detrimento de uma conexão espiritual profunda. Sua **Carta Pastoral** se concretizou como um instrumento influente que não apenas analisou a situação da Igreja e da fé católica no Brasil, mas também contribuiu

de forma significativa para a renovação e reorganização das atividades da Igreja no país, promovendo um maior engajamento tanto religioso quanto político por parte dos fiéis.

3.2 A “ignorância religiosa” como problema para a nacionalidade

No presente item da pesquisa, realizou-se a análise da segunda parte da carta, a qual dom Leme dividiu em duas seções. Na primeira, denominada Da ignorância religiosa – Causa última dos nossos males, abordou aspectos relativos à ignorância religiosa, destacando como a ausência de instrução religiosa afetava a Igreja. Ainda, estabeleceu uma categorização acerca dos tipos de intelectuais, a partir da forma como agiam frente ao catolicismo. Já na segunda seção, intitulada Da ignorância religiosa nas camadas populares, discutiu os sentimentos do povo em face da religiosidade, abordando a forma como estavam conduzindo a vida cristã – destaca-se nesse ponto, o fato de tratar de questões ligadas ao espiritismo, às superstições, ao fanatismo e às incongruências na condução da fé.

Figura 8: imagem do Sumário, referente à segunda parte da Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos, 1916.



Ao iniciarmos a análise da segunda parte da carta, em sua primeira seção, verificamos que dom Leme reforçou a ideia de que a ausência de instrução religiosa estava intimamente ligada ao declínio da religiosidade como um todo. Algo que guarda correlação com o apontado nas Cartas Encíclicas do final do século XIX e início do século XX, que discutiram o enfraquecimento da presença social da religiosidade católica e examinaram suas causas. Dom Leme sublinhou, especialmente, o fato do papa Pio X, em sua primeira encíclica, intitulada ***E Supremi apostolatus cathedra*** (1903), ter destacado que a ignorância religiosa levou muitas pessoas a nutrirem sentimentos negativos em relação à Igreja (Leme, 1916). Essa avaliação dava visibilidade à compreensão por parte do clero acerca da existência de uma conexão direta entre a educação religiosa e o exercício cotidiano da fé, reforçando a importância de ganhar espaço no campo educacional como estratégia para a retomada da presença católica no debate público.

O arcebispo caracterizou o período histórico em que vivia como uma era de esclarecimento, marcada pelo avanço da ciência e pela busca constante do conhecimento. Destacou, ainda, que as oportunidades para adquirir sabedoria eram abundantes, e as pessoas ansiavam por expandir seus horizontes intelectuais. Entretanto, ao discutir esse ponto dom Leme elaborou uma problematização a partir da perspectiva religiosa: como poderia haver tanta luz e progresso intelectual, em uma época que pareceria carecer de clareza no que dizia respeito à religião? Para ele, à medida em que o conhecimento e a ciência avançavam, uma tendência preocupante emergia, qual fosse a de que se desenvolvia uma "[...] geração empenhada na perseguição do lucro" (Leme, 1916, p. 22). Essa observação era uma crítica à ordem social em sua dinâmica econômica, que numa busca incessante pela aquisição de bens materiais, negligenciava os aspectos espirituais e religiosos. Em outras palavras, a ânsia pelo progresso e a busca pelo conhecimento, pareciam ser dominadas por um desejo impulsivo de acumular riqueza, deixando de lado os valores cristãos (Martins, 2017).

Segundo dom Leme, o desejo pelo conhecimento florescia em diversas áreas científicas, não havendo espaço para a ignorância em tais campos do saber. Contudo, lamentava que, na esfera religiosa, essa mesma ambição pelo conhecimento era notadamente ausente. "O que lamentamos é que, em época de luzes e em país de tão ascendente cultura, só na esfera dos conhecimentos religiosos negrejem as trevas de uma ignorância profunda e vasta" (Leme, 1916, p. 23). O questionamento

constante sobre a falta de desejo pelo conhecimento religioso era recorrente nas argumentações do arcebispo, levando-o a examinar as motivações pelas quais as pessoas, em um momento de avanço científico e cultural, não demonstravam o mesmo interesse em compreender os princípios e valores religiosos.

Só não sabe, só não estuda, só ignora – a religião. E no entanto, de todas as ciências é ela a mais nobre, a mais necessária e útil, como de todas as ignorâncias, a mais funesta e perniciososa – é a ignorância religiosa. É por isso, que nos dói a alma ao constatar como quão longe e fundo vai a ignorância do nosso tempo, em assuntos de religião. Entendemos falar do Brasil, não que só aqui existe o mal, e sim porque aqui é o mal precípua. Entre os homens cultos, como entre homens do povo, em todas as camadas sociais, geralmente falando, a religião ou é mal conhecida ou de todo é ignorada (Leme, 1916, p. 23).

Na elaboração da **Carta Pastoral**, dom Leme delineou as estratégias a serem seguidas, para enfrentar os dilemas sociais, políticos e religiosos que identificava em sua crítica. Um dos aspectos proeminentes de suas propostas foi a ênfase na importância da participação ativa dos intelectuais nos empreendimentos da Igreja, desse modo, ele escreveu sobre a ignorância no meio intelectual e empreendeu uma classificação dos tipos de intelectuais (Mesquida; Brighenti, 2011). O arcebispo destacava que a ausência de engajamento por parte dos “homens de letras” nas atividades do clero era um dos obstáculos significativos para a reintegração das ideias eclesiais na esfera governamental (Leme, 1916). Isso pode ser considerado na medida em que, ao operarem em favor dos setores que representam, na fronteira dos âmbitos político e cultural, “[...] os intelectuais se distinguem por sua atividade de mediação, por sua ação de direção, por sua posição nas estruturas social e institucional” (Skalinski Junior, 2021, p. 256).

Verifica-se, na perspectiva de dom Leme, a ideia de que a relação entre a Igreja e os intelectuais poderia contribuir para uma influência mais efetiva nas esferas culturais e governamentais, promovendo os valores e princípios que a Igreja representava. Nesses termos, a promoção do engajamento dos intelectuais nas causas católicas era considerada como um elemento-chave, para a revitalização das ideias religiosas na esfera pública (Moura, 2016).

Ao realizar sua análise a respeito da ignorância religiosa no meio intelectual, dom Leme citou as palavras do papa Pio X, quando em sua encíclica ***E Supremi apostolatus cathedra***, salientou: “[...] tal ignorância não se encontra, apenas, nas últimas camadas populares, mas grassa também nos centros intelectuais, onde

espíritos há dotados, aliás, de peregrina erudição. Daí a falta de fé” (Leme, 1916, p. 24). A partir disso, dom Leme levantou indagações que iam no seguinte sentido: aqueles que possuíam conhecimento eram igualmente instruídos na fé religiosa? Tinham um profundo entendimento de religião? Em acordo com sua análise: não. Ainda, salientou que bastava ler as produções e os livros para constatar que faltava a instrução religiosa e a fé, prevalecendo a ignorância nesse âmbito.

O arcebispo procedeu, em sequência, uma categorização dos intelectuais, classificando-os em grupos que refletiam seu conhecimento religioso e seu engajamento aos princípios cristãos. No primeiro grupo, categorizou os que chamou de literatos de sentimentos cristãos, a saber, aqueles que até se diriam católicos, entretanto apenas em respeito aos seus antepassados, mas sem o compromisso com a fé (Leme, 1916). Esse grupo de agentes, considerados intelectuais de sentimento, segundo dom Leme, revelavam sua falta de conhecimento quando se tratava de religião, baseando-se em uma compreensão superficial da fé. Tais intelectuais, apesar de seu interesse pelo saber, tenderiam a negligenciar a exploração aprofundada das questões religiosas, por vezes, demonstrando desdém pelas doutrinas, e assim, acabavam por ignorar a religião católica em suas reflexões intelectuais (Martins, 2017).

Nas palavras do arcebispo, esses intelectuais não possuíam o aprofundamento religioso, e, desse modo, não conseguiriam atuar como mediadores pautados na fé.

Que fonte inesgotável não seria para eles o estudo dos nossos dogmas, da nossa história, da nossa liturgia! Mas eles desconhecem os nossos dogmas, não estudam a nossa história, menosprezam a nossa liturgia. Viram a fé de longe, de longe, apenas, descortinam a luz magnífica do cristianismo. Daí as meias tintas do vago sentimentalismo religioso de suas obras. E através desse cristianismo desmaiado e vago, quanta inverdade, que de erros, que ignorância (Leme, 1916, p. 26)

Uma outra classe de intelectuais concebida por dom Leme foi nomeada de literatos anticristãos – cuja conduta desaprovava severamente. Para ele, esses não apenas negligenciavam por completo a fé, mas também difamavam a religião, vivendo em um estado de obscuridade espiritual expressando falta de respeito aos princípios religiosos e aos valores cristãos. “Não, não são leais. Deformam as nossas crenças, truncam os nossos evangelhos, rasgam a nossa história, desvirtuam a nossa moral – ignoram a religião católica” (Leme, 1916, p. 27). Conforme o arcebispo, os escritos

desses intelectuais eram completamente negativos em relação à Igreja e ao clero, inclusive em relação ao papa. (Leme, 1916).

Após descrever as características dos intelectuais anticristãos, dom Leme cunhou uma terceira categoria, a qual denominou de intelectuais indiferentes. Como o próprio nome sugere, esses indivíduos seriam apáticos em relação à religião e não demonstravam interesse em compreender a doutrina cristã: “[...] em seus estudos prescindem a religião, abstraem da sua moral, não cogitam a sua elevação e beleza” (Leme, 1916, p. 28). O arcebispo ressaltou que, ao mencionar esses intelectuais, não estaria usando a palavra de maneira restrita, mas se referindo a pessoas cultas e intelectuais de diversas áreas.

São cientistas, filósofos, caçadores da razão última, perscrutadores das causas’, disse alguém, mas bem singulares investigadores são esses que, chumbando-se à aparência das coisas, renitem em não remontar à causa suprema, última explicação dos fenômenos do cosmos. São historiadores, caminhantes da estrada magna dos séculos, mas fecham os olhos diante do fato cristão, fato vinte vezes secular, que é o nervo da História. São juristas, mestres da ciência da justiça e do direito, mas voltam as costas a essa grande instituição que, para semear no mundo a justiça, desvendou o direito natural e, ditando um direito novo, foi o berço da jurisprudência moderna, como é o sustentáculo da lei e a arca da salvação no naufrágio da justiça. São políticos, estadistas e sociólogos e, contudo, fogem dessa religião que única pode salvar as nações do universal descalabro das coisas. Cientistas, filósofos, historiadores, juristas e sociólogos todos ignoram a religião (Leme, 1916, p. 29).

Sebastião Leme destacava que era lamentável que os homens de letras, detentores do conhecimento, não quisessem conhecer a doutrina cristã, o que de certa forma seria uma perda para a Igreja, tendo em vista que se apresentavam como guias para a formação. Nesse sentido, seriam importantes para o projeto de neocristandade, pois atuariam na difusão dos ensinamentos católicos e na divulgação do movimento de romanização da Igreja no país (Moura, 2016).

Dom Leme ainda cunhou a categoria dos intelectuais incrédulos, os quais classificou de: “[...] anarquistas de pensamento, revolucionários do livro, penas encandecidas no ódio anticristão, inteligências voltadas à destruição universal, certos homens da ciência, vivem de combater e guerrear as nossas crenças” (Leme, 1916, p. 30). A visão apresentada pelo arcebispo, ao se referir a esses intelectuais, retrata-os como agentes que teriam como missão combater as crenças religiosas, questionando-as e rejeitando-as sem ao menos conhecê-las: “[...] eles não conhecem aquilo que ensinamos e cremos. Não compreendem as nossas fórmulas. Nem sabem

quais os motivos da nossa fé. São adversários de uma doutrina que ignoram” (Leme, 1916, p. 30). Esse era um ponto que o religioso frequentemente levantava, qual seja, o de que os incrédulos careciam de um entendimento profundo da religião, no entanto, insistiam em ser adversários de algo que mal conheciam.

Ainda ao tratar dos intelectuais incrédulos, dom Leme retomou uma analogia que havia empregado na primeira parte da carta, na qual estabeleceu uma comparação entre o Brasil e a Europa. Agora, ele estende essa comparação para contemplar os intelectuais brasileiros e europeus. Nesse ponto, afirmou que os intelectuais europeus não demonstravam resistência em aceitar o espiritualismo, enquanto os intelectuais brasileiros, por sua vez, pareciam negligenciar a religião. Destacou que diversos pensadores se baseavam exclusivamente na ciência para sustentar suas teorias e crenças, desconsiderando a importância da religião como alicerce (Leme, 1916).

Após tratar da questão dos intelectuais, dom Leme avançou para uma discussão mais específica sobre a ciência, na qual assinalou que a mesma havia assumido um papel quase divino, sendo idolatrada como se fosse capaz de oferecer respostas definitivas em todos os âmbitos.

Toda vez que entre nós se toca em assuntos de religião, vem logo a invocação da ciência. Tudo ela explicou, os problemas, os enigmas, nenhum mistério lhe ficou oculto. Divindade de novo gênero, a seus pés se curvam os problemas mortais (Leme, 1916, p. 33).

Nesse ponto, o religioso fez referência aos positivistas e comunistas, alegando que eram astutos e carentes não apenas de conhecimento religioso, mas também de compreensão filosófica. Particularmente dom Leme criticou a religião positivista presente no país, destacando que em livros franceses que a mencionavam, havia ironias direcionadas à única nação que defendia o comtismo religioso (Martins 2017). Segundo dom Leme, todos conheciam Augusto Comte por seu brilhantismo, mas não conheciam o seu lado religioso. “Pois no Brasil, o positivismo ortodoxo, teve foros de cidade e revestiu uns ares de moda. Chegou a ser uma espécie de enfeite em homens que estudam” (Leme, 1916, p. 37). Nesse sentido, dom Leme concluía: “[...] é por tudo isso, que nos inclinamos a crer que se ainda há positivistas ortodoxos no Brasil, obra é da minguada instrução religiosa dos nossos homens de estudo” (Leme, 1916, p. 40).

Ao se referir a tais “homens de estudo”, concebeu uma última categoria de intelectuais: a dos intelectuais católicos. Sebastião Leme expressou satisfação em falar sobre eles, entretanto, também aqui lançou uma crítica, a saber, a de que até mesmo os intelectuais católicos poderiam buscar conhecer mais sobre a religião, para que assim pudessem munir-se de argumentos para defendê-la: “[...] a muitos dos nossos não lhes escasseiam conhecimentos profundos no campo das ciências e das letras. Conhecimentos religiosos, precisos, claros, fundamentados, em geral, não os têm. E é um mal” (Leme, 1916, p. 41).

Para dom Leme, o intelectual católico era entendido como alguém ativamente envolvido nos empreendimentos e organizações ligados à fé, efetivamente dedicado às atividades políticas e sociais da Igreja. Esse grupo incluiria os membros do clero e os leigos engajados, independentemente de seu nível de educação, pois desempenhavam um papel fundamental como líderes em um abrangente plano de transformações sociais para a recomposição de uma identidade nacional católica (Martins, 2017). Ao concluir sua abordagem acerca dos intelectuais católicos, dom Leme reconheceu que fez críticas e expressou desculpas por mencionar suas imperfeições como membros ativos da fé católica: “[...] não nos levem a mal o lhes termos posto a mão na ferida” (Leme, 1916, p. 43). Afirmou que por meio de suas observações críticas, desejava destacar a relevância de suas funções como propagadores da fé católica, a fim de que juntos unissem esforços na busca pela restauração católica num projeto da neocristandade.

A participação ativa dos intelectuais nos empreendimentos da Igreja era fundamental para a concretização das estratégias destinadas a influenciar e cooptar setores da elite, o que seria crucial na formulação e execução de iniciativas visando estabelecer uma ordem católica no contexto nacional. As ideias promovidas por dom Leme desempenharam um papel significativo na composição do conceito de intelectual católico adotado no país durante a primeira metade do século XX: entendidos enquanto defensores da manutenção da ordem social, da autoridade, da oposição a movimentos revolucionários, do fortalecimento do nacionalismo e da restauração dos valores morais cristãos. A aliança entre parte da intelectualidade e a Igreja desempenhou papel central na configuração da mentalidade da sociedade da época, com um impacto significativo na cultura e na política brasileiras, modelando a compreensão de muitos em relação à fé e à sociedade (Moura, 2016).

Já ao tratar das camadas populares, dom Leme destacou inicialmente o que chamou de bons sentimentos do povo brasileiro, referindo-se a uma vasta porção da população que, segundo ele, estaria alinhada à Igreja, efetivando-se como uma parcela autêntica e resistente na defesa dos valores católicos. No entanto, salientou a questão de que grande parte dessas pessoas, frequentemente vivendo em áreas rurais ou em condições precárias nas cidades, tendo em vista o alto índice de analfabetismo, carecia de uma adequada instrução religiosa (Leme, 1916). Também enfatizou a relevância da religiosidade na composição do sentido existencial das pessoas pobres, e a partir disso levantou questão acerca de como seriam suas vidas sem a religião. Ao discutir isso, dom Leme fez menção à fé que os impulsionaria: “[...] na sinceridade e na simplicidade de suas crenças que eles vão buscar alento e força, nos transe mais cruciantes da humana vida” (Leme, 1916, p. 45). Em que pese ter valorizado esse aspecto, não se eximiu de criticar as implicações dessa fé simples que, embora nominasse de genuína, abria portas a credices e superstições que contrariavam os preceitos da Igreja.

Sebastião Leme destacou que a fé e a crença eram dois conceitos diferentes, e que muitas vezes eram mal interpretados ou confundidos. A fé seria uma verdade profunda e pessoal na existência de algo transcendental, geralmente associada a uma divindade ou a princípios espirituais, sendo fundamentada em experiências religiosas, reflexões filosóficas ou valores morais. A fé implicaria numa confiança inabalável, mesmo na ausência de evidências concretas, notadamente um elemento essencial em muitas religiões e filosofias de vida (Amatuzzi, 2003). Já ao abordar o tema da crença, o arcebispo afirmou que a mesma não possuía o entendimento proporcionador da fé, conforme apontado por Martins (2007, p. 292): “Para ele, o povo, em geral, tem forte crença. Mas a credice é ‘estólida’ e é condenada pela igreja. O povo adere à crença pela ignorância religiosa”.

Ao tratar especificamente do espiritismo, dom Leme realizou crítica direta a Allan Kardec, autor francês que estabeleceu uma doutrina que tratava da evolução espiritual e do pós-morte, com a defesa da existência da reencarnação (Vasconcelos, 2015). O arcebispo explicitou censura a: “[...] sessões espíricas, recados de além-túmulo, médiuns, passes, mesas rodantes, tenebrosas farmácias, duvidosas receitas e toda uma série infinda de escamoteações e artimanhas” (Leme, 1916, p. 47). Sua inquietação ultrapassava a questão do corpo doutrinal do espiritismo, chegando ao fato de que por meio dessas reuniões as pessoas, segundo sua avaliação, tornariam-

se desprovidas de discernimento diante dos fenômenos e passariam a crer e aceitar esses pretensos eventos. “Tivesse instrução religiosa o nosso povo, e nunca haveria de se esquecer da proibição divina que nos livros sagrados pesa sobre essas invocações desrespeitosas” (Leme, 1916, p. 50).

Ao finalizar a segunda parte da carta, dom Leme trouxe à tona uma última discussão, qual seja, a questão do fanatismo. Para ilustrar esse ponto usou como exemplo a guerra de Canudos, um conflito no sertão da Bahia entre 1896 e 1897, que envolveu o arraial de Canudos, liderado pelo religioso Antonio Conselheiro, e as forças militares do governo republicano. Canudos era uma comunidade de sertanejos empobrecidos que buscavam refúgio em uma interpretação radical do catolicismo, e resistiam às mudanças sociais e políticas trazidas pela República (Ribeiro, 2016). Dom Leme também citou a revolta de Juazeiro, no interior do Ceará, entre 1914 e 1915, que teve como líder o padre Cícero Romão Batista, uma figura carismática e influente na região. Essa revolta teve raízes nas tensões políticas locais, na exploração dos sertanejos e nas desigualdades sociais (Castro, 2014).

O arcebispo retomou tais episódios históricos a fim de exemplificar o que entendia serem os riscos da ignorância religiosa, especialmente quando impulsionada pelas desigualdades sociais. Considerava essa questão como de grande importância, uma vez que o fanatismo não representaria uma expressão saudável da devoção. “O fanatismo, porém, supõe erro ou exagero. É, portanto, uma consequência da ignorância. Onde ignorância pode haver, aí pode surgir o fanatismo” (Leme, 1916, p. 52-53). Dom Leme afirmou, ao concluir a segunda parte de sua **Carta Pastoral**, seu desejo de se unir à população, trabalhando em favor da instrução religiosa, pois em seu entendimento seria por essa via que os católicos poderiam se engajar ativamente em favor da Igreja.

3.3 A instrução religiosa como meio de enfrentamento da laicização: a escola, o ensino religioso e o catecismo

Ao analisarmos a terceira parte da **Carta Pastoral**, intitulada Meio de Conjurar o Grande Mal da Ignorância Religiosa, abordamos o exposto por Sebastião Leme especialmente acerca da relação entre a ignorância religiosa e o processo de laicização no Brasil. Na avaliação do arcebispo, a crescente secularização da sociedade aprofundava a falta de conhecimento sobre a religião, daí a importância do

de grande relevância para Sebastião Leme, com destaque para a necessidade da administração dos ensinamentos religiosos serem controlados pela hierarquia da Igreja, e também para a necessidade de que as escolas oficiais não se isentassem do ensino cristão (Nagle, 2009, p. 121).

A ideia de que os princípios católicos deveriam balizar as relações sociais como um todo é constante no texto de dom Leme. A defesa do ensino religioso era, portanto, capital para que esse projeto fosse levado adiante. Verifica-se que em seus argumentos o arcebispo dava destaque ao aspecto racional e intelectual da religiosidade, apresentando o aspecto afetivo da religião como complementar. Assim, destacou que o sentimento religioso, por si só, não era suficiente para sustentar o efetivo conhecimento religioso:

Conhecer a Jesus Cristo e sua doutrina é a grande obra da instrução religiosa, obra que a todas sobreleva, porque contém o remédio supremo para os grandes males dos nossos dias, males que nascem todos da ignorância da religião. E no intuito nobilíssimo de saná-los e preveni-los que havemos de lançar mão dos seguintes recursos: Para a geração atual, a pregação e a leitura; para a geração de amanhã, a educação no lar, a escola e o catecismo (Leme, 1916, p. 61).

De acordo com o arcebispo, compreender a doutrina católica representava o cerne da instrução religiosa, uma missão que transcenderia as demais tendo em vista que seria o remédio para os males mais significativos que afligiam a sociedade. A pregação e a leitura foram por ele ressaltados como essenciais para a educação familiar e escolar, bem como para o catecismo, como um trabalho planejado a fim de estabelecer bases cristãs sólidas para as gerações futuras. O que possibilitaria que enfrentassem os desafios morais e espirituais que se impunham. Marchi (2011, p. 110) afirma que para dom Leme: “[...] se os católicos brasileiros tivessem instrução religiosa, formariam uma verdadeira e imensa maioria da nação, sobre cujos destinos haveriam de exercer benéfica e necessária influência”.

Ainda ao discutir a importância da pregação para instrução religiosa, Sebastião Leme recomendou como estratégia que após às missas fosse cultivado o hábito das pregações. Nesse momento, utilizou como exemplo a modelar ação de Cristo, que, conforme a bíblia, com suas parábolas atraía e mobilizava multidões. O arcebispo explicou que nas leis e diretrizes canônicas a pregação era prevista como uma obrigação dos sacerdotes, com penalidades severas para aqueles que não a praticavam. A considerar isso, fez o seguinte registro:

Vivemos em uma época em que os lábios do sacerdote são a única fonte de ensinamentos cristãos. Das escolas da mocidade, dos parlamentos da nação, do exército e da armada excluíram o Cristo. Não o querem na educação da infância, não o querem na legislação do país, não o querem na constituição da família. Para o Cristo e sua doutrina, nos deixam apenas - os nossos púlpitos. Oh! Que nada consiga, então, fazer calar os nossos púlpitos! (Leme, 1916, p. 63).

O arcebispo mais uma vez retomou a importância de educar as pessoas acerca da doutrina da Igreja diante de um cenário de laicismo e secularização. Ele argumentava que a mensagem de Cristo deveria ser espalhada para além das missas, em diversos locais, buscando atrair fiéis e evitar o declínio da religião, assim: “[...] sempre que houver inteligências que instruir, tenhamos boca para ensinar. Não nos limitemos ao estritamente necessário. [...] Embaixadores de Deus, a nossa missão não é encher horas de trabalho; salvar as almas: - é a nossa ambição” (Leme, 1916, p. 64).

Baldin (2009), ao tratar dos objetivos de dom Leme com sua **Carta Pastoral**, especialmente no atinente ao enfrentamento da secularização, afirma que o arcebispo buscava estabelecer uma:

[...] posição política “justa” (a seu critério) para a Igreja se configurar na realidade conjuntural do país, mas também e sobretudo garantir a geopolítica da cristianização do Brasil, o que significava no contexto da época tornar o catolicismo o alicerce, o sustentáculo, o tutor da pátria em função do qual tudo teria de se subordinar, inclusive o próprio tempo secular [...] (Baldin, 2009, p. 5-6).

Ao abordar mais detalhadamente o procedimento de pregação, pensado enquanto instrumento, Sebastião Leme apontou o que entendia serem os motivos que, comumente, poderiam acarretar em sua ineficácia. Primeiramente, indicou a questão da ausência de método, que implicaria em pregações desestruturadas que falhavam em impactar emocionalmente os fiéis. Para ele, a abordagem dispersa, e o desempenho meramente obrigatório dos sacerdotes, comprometia a eficácia e o poder de convencimento das palavras. Em acordo com Marchi (2011), existia uma avaliação de que as exortações acabavam por alcançar apenas os já convertidos e engajados, deixando de atingir especialmente os homens. Nesse contexto, o arcebispo destacou a importância da preparação, que deveria incluir a escrita, a leitura e a reflexão, a fim de assegurar que a mensagem fosse impactante aos que fossem

alvo da pregação. Como ensinamento, mencionou a necessidade de se recorrer ao modelo dos santos, e como exemplo mencionou Santo Agostinho, que meticulosamente preparava suas falas e deixou muitas delas registradas para perpetuar seu propósito (Leme, 1916).

Outro ponto que contribuía para a ineficácia das pregações segundo Sebastião Leme era a ausência de propósitos objetivos na instrução, fato que indicaria uma falha na intenção de efetivamente ensinar. Acerca desse problema registrou uma pergunta severa aos clérigos: “[...] de que vale discorrer sobre um mistério, se não ensinamos em que consiste o mistério?” (Leme, 1916, p. 66). Nesse momento, o arcebispo trouxe como exemplo a fala do monsenhor Isoard – bispo de Annecy, França – ao contar que havia um escritor que desejava conhecer a doutrina católica e, para tanto, participou de diversas homilias em igrejas de Paris. Entretanto, ao fim de sua experiência, concluiu que ouviu muitas palavras boas, bons conselhos, porém nada que lhe permitisse fundamentar seu conhecimento a respeito da doutrina. A partir disso, dom Leme exaltou a necessidade de ênfase nas verdades religiosas durante os sermões e, mesmo, afirmou que a ausência da doutrina nas pregações era indício de um clero fragmentado. Ainda, afirmou que a necessidade de instrução religiosa na doutrina, instrumentalizada pelas pregações, não significaria ensinar Ciência ou proferir cursos de Teologia a partir do púlpito, mas sim focar no ensino simples e essencial do catecismo, que era o que a população mais necessitava (Leme, 1916).

Dom Leme apontou alternativas para tornar a pregação eficaz, nesse sentido, sugeriu a propaganda, incluindo anúncios e divulgação na imprensa, bem como a observância da pontualidade com o devido respeito aos horários estipulados para facilitar a participação de todos. Reconheceu também a necessidade de adaptar métodos e horários para alcançar o povo, assim, recomendou que nas áreas urbanas existissem pregações noturnas, para que os trabalhadores diurnos conseguissem participar. Para além disso, mencionou que a fim de alcançar os moradores das áreas rurais seria necessário organizar missões sistemáticas, por meio das quais membros do clero poderiam trabalhar em favor do efetivo envolvimento dessa parcela da população nas práticas cristãs (Leme, 1916).

Verifica-se que, ao concluir sua discussão sobre a pregação, o arcebispo enfatizou a importância da evangelização das classes trabalhadoras, expressando preocupação com as dificuldades que enfrentavam para participar das atividades religiosas, devido às longas jornadas em fábricas ou lavouras, e também em razão

dos problemas que enfrentavam em seu deslocamento, o que os deixava frequentemente privados de instrução religiosa. Frente a isso, dom Leme prescreveu: "[...] devemos estudar qual seja, entre nós, a hora que mais lhes convém afim de ouvirem a palavra de Deus" (Leme, 1916, p. 70). O religioso recomendou que fossem estendidos os horários das atividades religiosas, sugerindo que ocorressem antes ou após o expediente dos trabalhadores. Como exemplo, mencionou que na América do Norte e na Europa eram adotados horários flexíveis, facilitando a participação dos trabalhadores nas celebrações. Também fez referência à existência de missionários que se deslocavam a áreas distantes a fim de realizar celebrações e visitas domiciliares, esse tipo de orientação deixa clara a intenção de dom Leme em promover uma capilaridade na difusão da fé católica. Conforme suas palavras: "[...] quanto bem não faria o missionário que pudesse, em alguns bairros, ao menos, repetir a missão que tantos frutos colhera na sede da paróquia" (Leme, 1916, p. 71).

O incentivo à leitura foi outra estratégia destacada por Sebastião Leme como ferramenta essencial para a instrução religiosa, operando como algo complementar à pregação oral promovida pelos clérigos. Ele argumentava que, embora a pregação fosse importante, a combinação da comunicação oral com a escrita oferecia uma abordagem mais eficaz e abrangente. Conforme destacado por Marchi (2011, p. 105):

Dom Sebastião fez uma referência especial ao hábito da leitura como um precioso veículo de instrução religiosa. Era fundamental valer-se da imprensa, dos boletins paroquiais e dos impressos doutrinários. Esses veículos aumentariam o número de ouvintes-leitores e garantiriam a divulgação da boa leitura. Havia uma verdadeira "fome" de leitura e impedi-la seria insensato. Recomendava a divulgação de obras ou manuais já conhecidos ao invés de livros de devoção, sobretudo aqueles cheios de ideias inexatas ou editados sem nenhum critério.

Ao tratar dessa questão, o arcebispo mais uma vez recorreu ao exemplo de países europeus, os quais, segundo ele, já adotavam o uso de impressos, boletins, folhetos, entre outros meios a fim de difundir a doutrina – efetivamente, dom Leme viria a se notabilizar pelo incentivo à imprensa católica no Brasil. Ao fazer menção ao teor de tais impressos, registrou que continham explicações e conselhos, e ao circularem em diferentes espaços, difundiam a mensagem alcançando uma audiência que talvez não fosse possível atingir apenas com a comunicação oral. Nesse momento, o arcebispo entabulou dura crítica à imprensa secular e a seus conteúdos que, em sua avaliação:

Em regra, são leituras fofas e vazias ou imorais e perniciosas. Jornais de crônica mundana, notas de escândalo, explorações as mais torpes... Romance de amor, não o amor nobre, mas o amor sensual, amor adúltero, amor animal... Romances, jornais, revistas e toda uma bagagem de leitura balofa e malsã. São leituras que não alimentam a alma, não enriquecem a inteligência, não falam ao coração [...] (Leme, 1916, p. 75).

Em face do quadro que descreveu, Sebastião Leme afirmou que aquele seria um momento propício para introduzir os impressos católicos, dessa maneira, a proposta seria instruir a população na religiosidade também por meio da leitura de impressos variados, cabendo ao clero desempenhar papel auxiliar para que tais materiais alcançassem os fiéis.

Ainda ao abordar o hábito da leitura, dom Leme retomou aspectos de certos costumes familiares que atribuía à tradição nacional, destacando a prática da leitura da cartilha e das narrativas sagradas. Segundo ele, era comum que os lares possuíssem livros de instrução religiosa, a partir dos quais os pais transmitiam conhecimento religioso aos filhos e os avós aos seus netos, criando assim uma tradição familiar de passagem de ensinamentos religiosos de uma geração para outra. Nesse contexto, questionou por que esses livros e essas práticas não eram mais encontrados nas residências naquele momento, enfatizando o prejuízo que isso causava frente à importância de ter tais instruções no âmbito familiar (Leme, 1916).

Para concluir sua discussão acerca da leitura enquanto estratégia para disseminar a instrução religiosa, dom Leme fez referência à ampla disseminação do que chamou de leituras piedosas. Embora afirme não ser sua intenção prescrever o que não deveria ser lido no âmbito da literatura cristã, fez clara ressalva à proliferação: "[...] dos livrinhos de devoção, rezas e manuais de todos os nomes" (Leme, 1916, p. 79). Para apoiar sua afirmação, fez referência ao bispo francês Felix Dupanloup, que alertava para a necessidade de desconfiar de certos livros piedosos, visto entender que estudar a religião era algo que estava para além da leitura dessa modalidade de literatura que, frequentemente, conteria ideias equivocadas e exageradas que distorciam a religião. Para Sebastião Leme: "[...] o necessário é ter fé, esclarecida e firme, cujas raízes assentem em bases de sólida instrução religiosa" (Leme, 1916, p.79).

Com vistas a tratar de outro aspecto referente às possibilidades de instrução religiosa, dom Leme passou a discutir o papel da família para essa formação. Nesse

sentido, defendeu o início da educação religiosa desde a infância, destacando que os pais deveriam ser os principais responsáveis por cultivar um ambiente religioso, para que a criança crescesse e desenvolvesse sua espiritualidade. Conforme assinalado por Marchi (2011), Sebastião Leme nominava a educação austera e católica como a maior herança que a família poderia deixar aos filhos, e enfatizava se tratar da consecução de uma lei natural da qual os pais não poderiam se eximir. Assim, o arcebispo alertava para os desafios enfrentados no mundo contemporâneo, onde a ênfase na ciência e a falta de fé prevaleciam, cabendo à família assegurar o espaço de vivência e instrução religiosas na infância: “[...] os pais serão, quase sempre, os únicos mestres da ciência de Deus. Ora se das escolas do antigo regime saiu uma geração descrente, que será de nós, quando formarem o Brasil os que hoje crescem em escola sem Deus” (Leme, 1916, p. 81). De acordo com dom Leme, a instrução religiosa quando iniciada no lar, impactaria diretamente a formação do caráter dos filhos, assegurando uma base moral sólida, que serviria para estabelecer uma boa direção para enfrentar os desafios da vida.

Nesse momento, é interessante verificar a diferenciação que o arcebispo estabeleceu entre o conceito de “instruir” e o conceito de “educar”:

Instruir é fornecer inteligência os conhecimentos que lhe são necessários. Educar é formar a vontade nos moldes do bem e da virtude, por meio daqueles hábitos e disposições, que reunidos, fazem o caráter bom. Podem os pais instruir os filhos em todos os ramos do saber humano. Se não derem homens honestos, em vez de ser fonte de benefícios, será a instrução de uma arma do mal. Sem a boa educação do espírito infantil nunca se forma o caráter. Ora, para formar o caráter da criança, para vencer-lhe os primeiros caprichos, domar-lhe os instintos menos delicados e incutir sentimentos generosos, não podemos dispensar o concurso da ideia religiosa (Leme, 1916, p. 81-82).

Sebastião Leme afirmou que os pais que deixavam de oferecer aos filhos a instrução religiosa estariam cruelmente privando-os do privilégio de serem considerados filhos de Deus. De modo complementar, o arcebispo fez menção ao que entendia serem as más influências das leituras, do cinema e das propagandas, enquanto representantes dos “vícios do mundo moderno” que, segundo ele, impactariam de modo negativo aqueles que não possuíssem uma educação baseada nos valores cristãos (Leme, 1916). Dom Leme também colocou em perspectiva as implicações da educação laicista para o futuro do país, enfatizando que no Brasil ela era ligada ao declínio moral e religioso. Nesse cenário, enfatizou: “[...] os auxílios

sobrenaturais da graça, a confissão – antidoto divino para o veneno das paixões – a Eucaristia, força misteriosa que alimenta o bem e afasta do mal. Oh! Tudo isso é fértil de estímulos para o homem que aspira cumprir o dever” (Leme, 1916, p. 86). Com isso, dom Leme demonstrou entender ser crucial a existência de uma base religiosa na formação dos cidadãos, para que efetivamente fossem capazes de edificar em sociedade norteados pelos tradicionais princípios cristãos. Neste sentido, Moura (2016) afirma que as ideias de Sebastião Leme voltadas para a área educacional tinham como objetivo fornecer suporte para a conformação de uma sociedade sacralizada, forjada numa base religiosa sólida.

Dom Leme, em sua discussão sobre a instrução religiosa, delineou cinco pontos principais. Primeiramente, afirmou que somente a Igreja poderia prover o apoio necessário para que os pais oferecessem uma educação adequada aos filhos. Em segundo lugar, enfatizou a obrigação dos pais na educação dos filhos, como um dever intransferível. Por terceiro, reafirmou que a maior herança que os pais poderiam deixar era a educação cristã. Como quarto ponto, sublinhou a importância de se iniciar a educação religiosa desde a infância, guiando as crianças no caminho cristão. Por fim, no quinto ponto, salientou que os sacerdotes deveriam encorajar os pais a serem exemplos de virtude e de fé, estabelecendo assim para seus filhos um ensinamento por meio do exemplo. Concluiu: “[...] a escola do lar é a primeira garantia do futuro do indivíduo, da família, da sociedade e da pátria. A sociedade de amanhã, os seus homens, e as suas famílias, os seus princípios e os seus costumes, está tudo nas mãos dos pais” (Leme, 1916, p. 87).

Ao desdobrar sua discussão acerca do ensino religioso e da necessidade de sua presença nas escolas oficiais, Sebastião Leme fez menção à ideia de que a escola moderna desempenhava um papel civilizador, nesse sentido, os sacerdotes deveriam reconhecer sua força positiva. Em que pese isso, defendeu o entendimento de que a própria origem das instituições escolares remontava à instrução eclesiástica, tendo sido concebidas a partir a partir da prática de ensino desenvolvida pelos religiosos. Nesses termos, argumentou que, em gratidão ao papel histórico desempenhado pela religião, a escola não deveria rejeitar o ensino religioso. Afirmou ser fundamental ensinar ciências e que a religião era a principal delas, por essa razão, era essencial que fosse ensinada sob a forma de disciplina própria:

Uma ciência existe, mais do que todas necessária, ciência que a essas crianças, novas ainda no mundo, lhes ensina de onde elas vêm, o por que vem, e para onde vão; ciência que revela ao homem a sua missão, o seu valor e o seu destino, ciência que única possui o segredo de uma moral eficaz; é a ciência da religião. Se a escola moderna, pois é o templo da ciência, não pode deixar de fora o ensinamento da mais importante das ciências: a Religião (Leme, 1916, p. 89).

Sebastião Leme reforçou a expressão de sua objeção em relação ao ensino leigo ou irreligioso, alegando que isso iria contra a vontade dos pais, e que ao impor tal sistema educacional, o Estado estaria afrontando o direito natural das famílias educarem seus filhos conforme sua vontade. O religioso registrou ser inadmissível que pais católicos contribuíssem com impostos, enquanto seus filhos recebiam nas escolas oficiais uma educação que iria contra os seus princípios. A questão de um ensino sem religião e de uma educação com a tutela do Estado foram centrais na **Carta Pastoral**, conforme destacado por Nagle (2009, p. 122): “[...] o combate à neutralidade escolar e ao monopólio do ensino foram as duas bandeiras de luta do movimento católico”.

Ao discutir de maneira específica o ensino leigo no contexto brasileiro, dom Leme afirmou que tal abordagem ia contra os princípios morais do povo, a considerar que, conforme sua avaliação, a civilização e o desenvolvimento do país haviam sido moldados pela Igreja Católica. Em razão disso, registrou no documento o que entendia ser “[...] um divórcio odioso entre o coração da pátria e o seu organismo político” (Leme, 1916, p. 94), conforme concretizado com a República no Brasil. O arcebispo reafirmou, assim, ser inaceitável o Estado impor uma educação leiga aos pais católicos, visto que isso seria uma violação do direito da maioria. Nesse sentido, escreveu: “[...] não pode o Estado impor uma ciência sua, uma física sua, uma matemática sua. Como vem impor uma crença sua e somente sua, porque o povo a detesta: o laicismo, isto é, a negação absoluta de toda religião?” (Leme, 1916, p. 94).

Ao dar seguimento à discussão sobre as responsabilidades dos católicos brasileiros em relação à educação, Sebastião Leme destacou a importância da propaganda, a fim de que suas ideias tivessem maior alcance. Também demonstrou preocupação com as reformas educacionais em andamento, pois entendia que a estrutura educacional estava perdendo consistência. Afirmou que a educação não deveria ser tratada como uma questão temporária, sujeita a novidades a cada reforma política, pois ela exigia estrutura e organização claras e sólidas. A considerar isso, convocou os católicos a agirem de maneira constante no campo educacional, ao invés

de aguardarem decisões tomadas por terceiros. Foi contundente nesse sentido: "[...] formemos uma legião que combate: quem sabe falar, que fale; quem sabe escrever, que escreva; quem não fala e nem escreve, que divulgue escritos de outros" (Leme, 1916, p. 97).

Sebastião Leme encorajava os católicos a lutarem pelo retorno do ensino religioso nas escolas oficiais, mas, preventivamente, alertava para que enquanto tal objetivo não fosse alcançado, era essencial que a luta fosse em busca da destinação de recursos públicos para a manutenção das escolas católicas. Entendia que seria correto que impostos cobrados de católicos, fossem destinados para a educação dos católicos em sua fé. Para concluir, fez referência ao papa Leão XIII, particularmente no que dizia respeito ao seu entendimento de que a escola era um campo de batalha, no qual o caráter cristão de uma sociedade era definido (Leme, 1916).

Para Sebastião Leme, uma educação religiosa eficaz naquele momento dependia de dois fatores: o compromisso das famílias e a responsabilidade das diretorias dos colégios católicos. Em relação ao dever dos pais para com a educação religiosa, enfatizou que não deveriam matricular seus filhos em escolas que não seguissem os princípios cristãos, entretanto, caso não houvesse alternativa, deveriam supervisionar a educação religiosa dos filhos e reforçá-la em casa. Quanto aos deveres das diretorias dos colégios católicos, dom Leme destacou a importância de protegerem as disciplinas da religião e do catecismo, bem como designar sacerdotes inteligentes, com formação e métodos pedagógicos adequados, para lecionar essas disciplinas. Além disso, enfatizou a importância de selecionar cuidadosamente os agentes a ocuparem outros cargos no colégio, por meio de exames rigorosos, avaliação de títulos e destinação correta de atribuições, para que se obtivesse um grupo de fato capaz de exercer impacto positivo na formação religiosa dos estudantes (Leme, 1996).

Ao tratar dos materiais a serem utilizados no ensino de religião, fez menção ao Concílio Plenário Latino Americano, que determinava que os mesmos deveriam ser analisados e aprovados pelas autoridades eclesiais, a fim de que fosse possível avaliar o conteúdo e a metodologia empregados. Particularmente ao tratar do catecismo, dom Leme destacou a necessidade de uma abordagem diferenciada que lançasse mão de métodos diversificados, considerando idade e cursos distintos, escolhendo horários e locais apropriados para que o aproveitamento fosse maior. (Leme, 1916).

Em sua **Carta Pastoral**, Sebastião Leme também discutiu questões relativas às instituições de ensino superior, como uma etapa da educação que para a qual os católicos deveriam destinar especial atenção em suas ações. Nesse momento, lamentou a falta de métodos de ensino em muitas dessas instituições, onde, segundo ele, existiam professores que se preocupavam apenas com a transmissão de conhecimentos científicos, negligenciando o ensino da ciência religiosa. Para além disso, afirmou que alguns tentavam, mesmo, persuadir seus alunos a adotarem exclusivamente a perspectiva da ciência humana. Dom Leme exaltou a necessidade de se trabalhar em favor da criação de instituições de ensino superior genuinamente católicas, seguindo o exemplo de diversos países que já as possuíam. Segundo Santo Rosário (1962), essa foi uma das principais lutas empreendidas pelo arcebispo, a saber, a busca pela criação de uma universidade católica, algo que seria alcançado em 1941, com a Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Frente à ausência de uma instituição católica de ensino superior naquele momento, Sebastião Leme defendeu que seria possível adotar medidas para promover a religião nesse âmbito, tais como: a criação de cursos de religião nas faculdades; a criação de associações católicas de estudantes desse nível de ensino; e a criação de pensionatos católicos, a saber, residências nas quais tais estudantes pudessem residir enquanto estudavam, e paralelamente receber formação religiosa. Ele ressaltou que essas medidas já eram adotadas em outros países, e que traziam diversos benefícios para a Igreja, pois, por meio disso, o clero conseguia despertar a juventude para que agisse em favor da religião no meio do ensino superior, evitando que os jovens caíssem: “[...] no pessimismo desumano que mata todas as empresas, mal veem elas a concepção” (Leme, 1916, p. 105).

Sebastião Leme, como último tópico da terceira parte de sua **Carta Pastoral**, discutiu a relevância do catecismo, que era entendido por ele como sendo a mais importante escola de instrução religiosa. De acordo com ele: “[...] é o catecismo esse livrinho onde com palavras fáceis, em forma de diálogo, se contêm todas as noções que o cristão há de saber e praticar” (Leme, 1916, p. 106). Santo Rosário (1962) destacou a importância atribuída por dom Leme ao catecismo, conforme expresso no documento em questão, com destaque para o modo como conferiu à vocação do catequista um papel crucial para que houvesse êxito em sua ação de ensino religioso. O arcebispo lamentou que no contexto da modernidade educacional, com frequência, estivesse ocorrendo falta de rigor e método por parte dos responsáveis pelas aulas

de catequese, o que estaria implicando numa perda na abrangência e na fundamentação da instrução religiosa. Nesse sentido, criticou não apenas os sacerdotes, mas atribuiu responsabilidade a todos os membros das arquidioceses, apontando a demanda existente por um trabalho em favor da superação da ignorância religiosa que atribuía ao país. O que para ele era tarefa essencial na restauração da relevância da doutrina e dos valores católicos na cultural nacional.

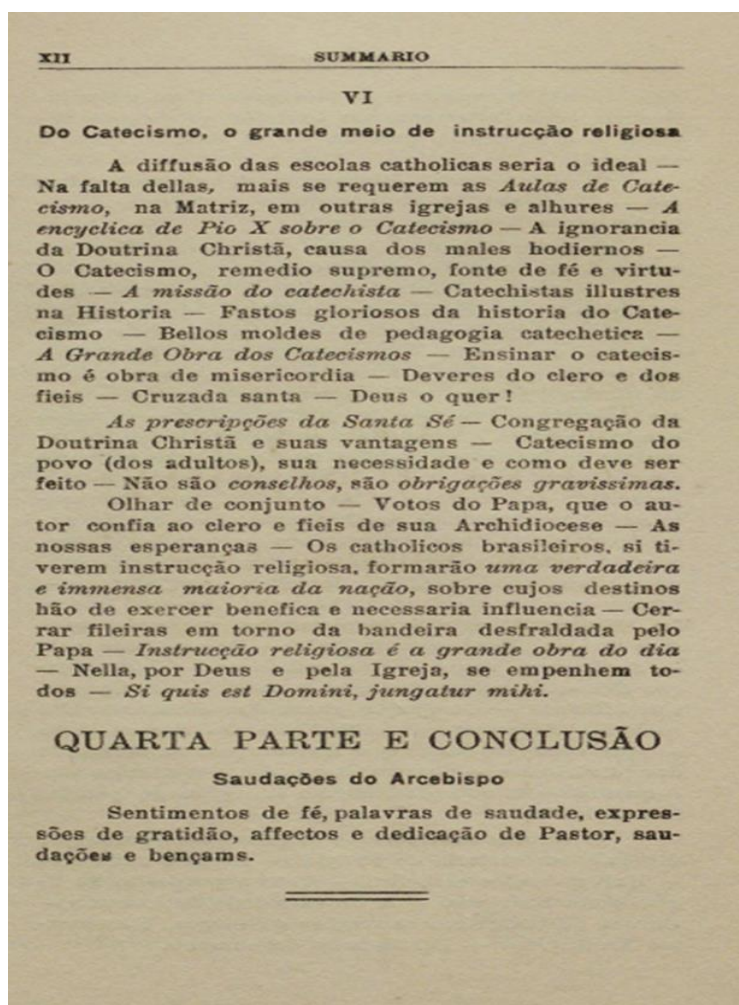
3.4 A saudação e a bênção: a espiritualidade como elemento de conclusão da Carta Pastoral

Por fim, nesse item, realizamos discussão referente aos pontos destacados na quarta e última parte da **Carta Pastoral**, onde dom Leme expressou gratidão e afeto aos seus diocesanos. O arcebispo compartilhou palavras de apreço pela dedicação e devoção demonstradas pelos fiéis, bem como pelo clero que o acompanhava. Além disso, ofereceu bênçãos e palavras de encorajamento, para inspirar seus leitores a enfrentar os desafios da época.

Diz-nos a consciência que nada faremos de bom e de útil, por nossa própria virtude. Por outro lado, nos garante a fé que tudo podemos com a graça de Deus. É por isso, que o nosso pensamento, todo ele, está voltado para Deus, em cujos providenciais desígnios repomos o desempenho da nossa missão. Além do recurso da graça divina, outros motivos não faltam para que, embora desconhecendo o que vai acontecer, em angústias não se nos aperte o coração (Leme, 1916, p. 125-126).

Após ter discorrido a respeito da ignorância religiosa, da falta de instrução e dos meios para remediar o mal da época, nessa última parte da carta, dom Leme registrou seu afeto pela arquidiocese em que, a partir daquele momento, estaria assumindo a função de arcebispo.

Figura 10: imagem do Sumário, referente à quarta parte da **Carta Pastoral de dom Sebastião Leme, arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando seus diocesanos**, 1916.



Fonte: **Catholic University of America, Whashington-DC**. Disponível em: <<https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A26223>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Ao oferecer as saudações finais, Sebastião Leme direcionou suas palavras aos fiéis, destacando que, após ter abordado a situação religiosa no país ao longo de seu texto, era chegado o momento de demonstrar seu afeto a todos os membros da diocese. A partir disso, afirmou que o principal objetivo de seu trabalho era salvar almas, ainda enfatizou que não estava ali para adquirir os bens da comunidade, mas para disseminar a palavra de Deus: “[...] acostumai-vos a ver no Arcebispo o representante do Nosso Senhor Jesus Cristo e o homem de fé, cuja alma vive pregada nos horizontes do céu” (Leme, 1916, p. 122).

Após deixar claro seus propósitos, dom Leme buscou se aproximar mais de seus fiéis, ao rememorar aspectos de sua trajetória na vida religiosa. Nesse contexto, registrou ter tido vida simples como sacerdote em uma pequena cidade de São Paulo

e, posteriormente, ter sido promovido ao cargo de pró-vigário. Afirmou que como reconhecimento de sua devoção por parte da Santa Sé, teriam lhe sido concedidas as honras de atingir o episcopado. Em seguida, tornando-se bispo auxiliar no Rio de Janeiro, momento em que deixou São Paulo. Após desempenhar a função de bispo auxiliar do cardeal Arcoverde, recebia naquele momento sua nova função, afirmando que queria deixar um legado positivo, assim como seu falecido antecessor: dom Luiz da Silva Brito. Sebastião Leme também saudou o clero, dando suas bênçãos com votos de que juntos pudessem cuidar da Arquidiocese de Olinda: “[...] o nosso corpo formará com o arcebispo um só corpo, pela união de vistas e pelo auxílio valioso que à arquidiocese vai prestar” (Leme, 1916, p. 127).

Após destinar suas bênçãos ao clero, expressou seu desejo de estar próximo aos fiéis, visando cultivar uma relação construtiva para que, em conjunto, pudessem alcançar seus objetivos. Ainda prestou homenagens às congregações religiosas, às associações e ao seminário. Dando continuidade às saudações, fez menção aos representantes do governo, salientando a importância de uma colaboração entre a Igreja e o Estado, pois essa aliança resultaria em vantagens para ambas as partes. (Leme, 1916). Em conclusão, prestou homenagem à toda Arquidiocese de Olinda, aos fiéis e aos representantes da Igreja, destacando seu papel como enviado do papa, incumbido de zelar pela comunidade eclesial e pelos fiéis. Nesse sentido, descreveu-se como: “[...] o pastor, o pai, o amigo, que vai guiar-vos nos caminhos imaculados da fé e do bem” (Leme, 1916, p. 129). Com a **Carta Pastoral**, dom Leme solicitava aos fiéis que colaborassem com a valorização do trabalho da Igreja e expressassem gratidão pelos esforços dos representantes da autoridade eclesial, incentivando-os a não serem indiferentes ao seu empenho.

Dando seguimento a seus agradecimentos, o arcebispo fez homenagem a dom Arcoverde, salientando que ele era uma notável presença na Igreja. Relembrou o fato de quando jovem ter sido escolhido por Arcoverde para estudar em Roma, e afirmou que a partir disso seu destino estava desenhado: “[...] fostes vós que consagrastes a nossa adolescência, traçando sobre a nossa cabeça a coroa que nos iniciava na herança imortal do sacerdócio cristão” (Leme, 1916, p. 132). Referenciou dom Arcoverde como seu grande exemplo de vida cristã, a quem naquele momento expressava sentimento de honra e gratidão. Ainda, possivelmente a fim de minorar disposições contrárias à sua presença em Olinda, fez homenagem a dom João Irineu Jofly, que havia sido bispo auxiliar do falecido dom Luiz da Silva Brito. A princípio

seria ele quem iria assumir o arcebispado de Olinda, porém foi enviado para exercer a função na Arquidiocese de Manaus, de tal forma que a vaga foi ocupada por dom Leme a partir desse arranjo fomentado pelo cardeal Arcoverde.

Ao concluir, o arcebispo pediu desculpas se causava algum estranhamento com suas palavras, entretanto deixou claro que escrevia aquilo para mostrar verdades. E que, a partir desse diagnóstico, todos precisavam juntos trabalhar para mudar a situação religiosa do país. Afirmou estar ali afim de unir forças com a comunidade – clérigos e leigos – para continuar a edificar sobre a base sólida dos valores cristãos.

Entre o Arcebispo e vós reine sempre união de vistas e de sentimentos para que, pensando como ele, querendo como ele e como ele obedecendo às leis da Igreja, possamos dizer que, de fato, bate em nós um só coração e um só e mesmo espírito nos anima (Leme, 1916, p. 134).

Verificou-se que, ao concluir sua carta, Sebastião Leme procurou estabelecer uma conexão emocional com seus diocesanos, reafirmando a importância da aliança entre a hierarquia da Igreja e os fiéis, algo bastante alinhado à proposta da neocristandade. Ao buscar uma aproximação afetiva, dom Leme pareceu tentar transmitir a ideia de que não era uma figura distante, mas alguém disposto a caminhar junto com sua comunidade, enfrentando o desafio de restaurar a relevância da fé católica nos debates relativos aos destinos da nação. A já reconhecida habilidade de dom Leme com as palavras, fosse sob a forma escrita, ou em pregações, fica especialmente visível em sua **Carta Pastoral**. O arcebispo conseguiu construir um texto de amplo alcance, alicerçando o que, mais adiante, viria a ser uma ponte entre ele e a comunidade católica do país. Demonstrava com isso sua capacidade de liderança intelectual, o que progressivamente o fez ser reconhecido tanto no campo religioso, quanto no campo cultural de modo amplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar a **Carta Pastoral, saudando os seus diocesanos**, escrita por dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), no ano de 1916, com destaque para os conteúdos e aspectos educacionais existentes no documento. Situado no âmbito da História da Educação, nosso trabalho buscou trazer contribuições para as discussões relativas às correlações existentes entre os campos político, religioso e educacional no Brasil, especialmente ao considerar o papel dos intelectuais na conformação das políticas e das práticas educacionais, bem como na construção de um discurso sobre a identidade nacional. Ao explorar a complexidade dos acontecimentos num espaço de fronteira entre distintos campos sociais, acreditamos que este estudo pode impulsionar, sobretudo, mais investigações atinentes ao modo como ideias e valores particulares ao campo religioso impactam, numa dinâmica mediada pela cultura, a política e a educação em um quadro histórico.

A **Carta Pastoral** foi o meio inicial de comunicação entre dom Leme, enquanto novo arcebispo de Olinda, e sua Arquidiocese, tendo no documento abordado a situação religiosa no Brasil, considerando as significativas transformações pelas quais o país passou, no final do século XIX e início do século XX. Dom Leme foi figura destacada no cenário religioso e desempenhou papel importante em favor da Igreja, especialmente em face das tensões entre os valores católicos e a crescente laicização da sociedade, empenhando-se para promover e reafirmar a importância do catolicismo na cultura brasileira. Investigar a trajetória de Sebastião Leme foi essencial para nossos propósitos de pesquisa, pois nos possibilitou conformar uma visão mais acurada acerca de suas ações e de seus propósitos, algo que se efetivou no movimento de análise de sua carta.

Como um dos desdobramentos da Proclamação da República em 1889, foi publicado o **Decreto n. 119-A**, em 7 de janeiro de 1890, que estabeleceu formalmente a separação entre Estado e Igreja Católica no país. Essa medida efetivada no campo político teve forte impacto no campo religioso, visto que demandou uma reorganização institucional por parte da Igreja no país, em razão de não mais contar com o suporte do Estado. A **Constituição de 1891** veio a confirmar o Brasil como Estado laico, o que, em alguma medida, foi expressão também do sentimento anticlerical existente nas forças armadas e nas elites nacionais. A partir desse quadro, conformado no início

da Primeira República, a Igreja colocou em curso uma reestruturação significativa, em seus quadros, em suas instituições pastorais, bem como em suas estratégias de ação, com vistas a reestabelecer sua presença e sua relevância nos âmbitos político e cultural.

No seio da série de acontecimentos significativos implicados na Proclamação da República, diversos setores sociais foram impulsionados a se reorganizar. Nesse contexto, os intelectuais católicos – clérigos ou leigos – emergiram enquanto agentes sociais engajados, atuando em favor das causas da Igreja, especialmente na fronteira dos campos religioso e político. Esses intelectuais, tanto individualmente quanto em grupo, por meio de seu distintivo modo de ação na cultura, lograram concentrar ou dispersar poder no espaço social, tornando-se dessa forma agentes relevantes no debate público. O que foi decisivo para, paulatinamente, recuperar o capital simbólico do catolicismo entre a *intelligentsia* brasileira.

O campo educacional ganhou especial importância no contexto republicano, vide diferentes grupos nele buscarem posições de direção, a fim de difundir suas ideias e valores. Em um quadro de ensino laico, novas propostas para o sistema educacional brasileiro foram elaboradas, com destaque para a defesa de métodos modernos de ensino, como uma das estratégias para enfrentar os desafios de alfabetizar e de educar a população. Em resposta a esses desafios, as discussões sobre educação se intensificaram e os intelectuais da área ganharam maior visibilidade e poder de influência, com a educação sendo entendida como instrumento para o desenvolvimento nacional.

Diante da referida implementação de um sistema de educação laico, os católicos passaram a atuar, em variados âmbitos, em favor do retorno do ensino religioso às escolas oficiais. Como liderança intelectual, Sebastião Leme encetou a direção de muitas das ações do grupo católico, nesse sentido, sua **Carta Pastoral** de 1916 é fonte privilegiada. Nela o arcebispo apresentou proposições para a reformulações educacionais, ancoradas na ideia de retomada da religiosidade cristã como pilar e como elemento essencial para a integração dos diferentes saberes científicos, bem como para trazer a medida de sua finalidade como um dos aspectos indispensáveis à educação integral do ser humano – conforme concebido pela doutrina católica, a saber, dotado de corpo, mente e espírito.

Ao longo da análise da carta, verificaram-se as recorrentes e contundentes menções aos perigos da ignorância religiosa, que, na avaliação de Sebastião Leme,

dava a franca medida da situação do catolicismo no país. A partir dessa afirmação é que se desdobraram, sob variadas perspectivas, suas asserções e prescrições acerca da instrução religiosa, como estratégia central no enfrentamento da laicização do Estado e da cultura nacionais. Para além de possibilitar acesso às ideias de dom Leme, a **Carta Pastoral** também nos proporcionou avaliar de que maneira a religião foi instrumentalizada, como móvel de luta nas discussões dos campos educacional e político na Primeira República.

Na primeira parte da **Carta Pastoral**, Sebastião Leme examinou mais detidamente a condição adversa do catolicismo no Brasil, que atribuiu a aspectos sociais, políticos e culturais ligados à transição para o regime republicano. A falta de comprometimento dos católicos com seus deveres religiosos e com a defesa da Igreja foi por ele apontada como decisiva para a situação que o catolicismo se encontrava. Na segunda parte do documento o arcebispo se dedicou majoritariamente a discutir o que denominou de ignorância religiosa, por ele qualificada como o grande mal que afligia a fé católica no país, responsável pela formação e difusão de conhecimentos distorcidos ou superficiais sobre a religiosidade. Na terceira parte da carta, verificou-se o esforço de Sebastião Leme em demonstrar a correlação existente entre, o que havia definido como ignorância religiosa, e o processo de laicização do Brasil. Como remédio para tal circunstância o arcebispo defendeu a necessidade de uma sistemática instrução religiosa, tanto pela ação da Igreja, por meio dos seus diferentes braços institucionais, quanto por meio da presença do ensino religioso nas escolas oficiais. Por fim, na quarta parte da **Carta Pastoral**, Sebastião Leme concentrou seus esforços em expressar agradecimentos e afeto aos fiéis e aos membros do clero da Arquidiocese, como estratégia para encerrar seu texto de maneira a favorecer a criação de vínculos, notadamente lançando mão de um tom missionário.

Buscou-se avaliar os argumentos, as perspectivas e as proposições elencados por Sebastião Leme, situando-os frente às demandas políticas e culturais que se apresentavam à Igreja Católica na Primeira República. A partir do exposto pelo arcebispo no documento, verifica-se que ele se posicionou como uma espécie de guia, cujo objetivo era mobilizar os fiéis e tirá-los de um estado de inação, para que tomassem parte em um trabalho engajado no mundo temporal em favor da doutrina e dos valores da Igreja. Para dom Leme, a secularização da sociedade e da cultura criava um quadro favorável ao progressivo declínio do verdadeiro conhecimento

religioso, o que trazia, mesmo, um esvaziamento da identidade nacional brasileira, segundo ele, historicamente católica.

Em face desse problema, o arcebispo entendia que a instrução religiosa por parte dos membros da Igreja e o ensino religioso nas escolas oficiais seriam os caminhos a serem adotados, pois poderiam proporcionar um entendimento aprofundado das Sagradas Escrituras, das tradições religiosas e dos princípios éticos cristãos. Enquanto posicionamento estratégico, o empenho na defesa de tal formação religiosa sistemática, era entendido por Sebastião Leme como passo decisivo para a formação de católicos capazes de enfrentar, com argumentos lastreados em bases sólidas e racionais, em diferentes instâncias do espaço social, as discussões com os defensores do laicismo.

No seio de seu projeto, nos termos de uma neocristandade atuante nas vidas política e cultural do país, Sebastião Leme identificou os elementos nucleares que precisavam ser enfrentados, para que a Igreja recuperasse sua relevância no debate público. Nesse sentido, apontou especialmente para o problema da ignorância religiosa no Brasil, segundo ele, um real impeditivo para a coesão e a mobilização dos católicos. Também destacou a necessidade de enfrentamento da progressiva flexibilização dos valores cristãos, por ele entendida como um fenômeno da dinâmica da vida moderna. Frente ao quadro de ignorância religiosa e de laicização da vida social, conforme sua interpretação e descrição, Sebastião Leme apontou ser imperativa a presença católica no campo educacional. Nesse sentido, empenhou-se na defesa, sobretudo, do ensino religioso como disciplina nas escolas oficiais e, para além disso, também da subvenção das instituições de ensino católicas pelo Estado.

É bastante interessante verificar que, ao longo de sua **Carta Pastoral**, dom Leme trabalhou em favor de uma concepção de fé lastreada pelo conhecimento religioso e pela racionalidade, como uma das estratégias para a presença dos católicos na vida intelectual de alto nível, de maneira a posicionar suas vivências religiosas para além de uma experiência afetiva. Esse modo de conceber a fé católica, foi um dos fatores que contribuiu para a visibilidade e o prestígio de Sebastião Leme entre as elites dirigentes, o que o consolidou como liderança intelectual e alavancou seu projeto de uma neocristandade no Brasil.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Júlio Carlos; CHAVES, Francisco Artur Braun. Uma proposta inovadora de ensino de física experimental no início do Século XX. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, Rio de Janeiro, v. 37, n.1, p.1-11, mar. 2015.

ALMEIDA, Jane Maria Ferreira de. **A reforma da instrução pública do Ceará de 1922**: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

AMATUZZI, Mauro Martins. Fé e ideologia na compreensão psicológica da pessoa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 569-575, 2003.

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**, Jacarezinho Paraná, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 143-170, 2012.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento; Passiani Enio. Campo Cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 71-73.

BACH, Neyla Sabrina. **Ação Intelectual de Theobaldo Miranda Santos no Campo Educacional**: Imprensa Periódica Católica e Produção de Manuais Didáticos (1935-1947). 2021. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

BALDIN, Marco Antonio. Dom Leme e a recristianização do Brasil: ensaio de interpretação. **Revista Brasileira de História das Religiões (ANPUH)**, Maringá, Paraná, v. 1, n. 3, p. 1-9, 2009.

BERNARDO, Jadson da Silva. O Fim “Melancólico” da “República do Café com Leite” (1922-1930). **Das Amazônias. Revista de História da UFAC**, Rio Branco, v. 2, n. 1, p.17-30, jan./jul. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 119-126.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Mariza Correia 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

BRASIL. (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 28 maio 2023.

BRASIL. (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Campo Político. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 93-95.

CASTRO, Francisca Fernanda Batista de. Juazeiro do Norte: o verdadeiro milagre do Padre Cícero. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3.; SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E GEOEDUCACIONAIS - SINECGEO, 3., 2014. Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: UFC; UECE, 2014. p. 1895-1899.

CATANI, Afrânio Mendes. Campo Universitário. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 95-98.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores. Secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica**. Coimbra: Almedina, 2006.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica**. 3. ed. São Paulo: Temática Publicações, 1994.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Alceu Amoroso Lima**. Recife: Editora Massangana, 2010.

DEBALD, Blasius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889/1960. **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 51-61, jan./jun. 2007.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. O Ensino Religioso e o Estado Laico: uma lição de tolerância. **REVER: Jornal de Estudos Religiosos**, São Paulo v. 9, p. 45-70, set. 2009.

EPISCOPADO BRASILEIRO (1890). Carta Pastoral Coletiva de 19 de março de 1890. In: RODRIGUES, A. M. M. (Org.). **A Igreja na República**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981a. p. 17-58.

EPISCOPADO BRASILEIRO. (1900). Carta Pastoral Coletiva de 06 de janeiro de 1900. In: RODRIGUES, A. M. M. (Org.). **A Igreja na República**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981b. p. 59-70.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Carta Pastoral Coletiva dos senhores bispos e arcebispos**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinner, 1915.

FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano – Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1982. T. 3, v. 1.

HONORATO, Tony. Reforma Sampaio Dória: professores, poder e figurações. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1.279-1.302, out./dez., 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Palácio da Soledade**: Colégio Nóbrega, Recife, PE. 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440302>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana.; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. In: CONGRESSO IBERO AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4, 2015, Aracaju. **Atas [...]** Aracaju: Universidade Tiradentes, 2015. v. 2. p. 243-247.

LEME, Sebastião. **Carta Pastoral, saudando os seus diocesanos**. 1. ed. Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis: 1916.

LIMA, Alceu Amoroso. **O cardeal Leme**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

LOYOLA, Maria Andréa. Campo Religioso. In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 93-95.

MACHADO, Breno Pereira. Fernando de Azevedo e a educação pública no Brasil. In: CAMPOS, Névio de; MONTANER, Gerardo, Garay (Orgs.). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais: campos, fronteiras e disputas**. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 255-274.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A Educação na Primeira República. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. (Orgs.). **Navegando pela História a Educação Brasileira**. Campinas: UNICAMP; HISTEDBR, 2006. p. 1-36.

MARCHI, Euclides. Igreja e povo: católicos? Os olhares do padre Júlio Maria e de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra sobre a catolicidade do brasileiro na passagem do século XIX para o XX. **História: questões e debates**, Curitiba, n. 55, p. 83-110, jul./dez. 2011.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. Um projeto político via instrução: 100 anos da Carta Pastoral de D. Leme. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 39, n. 3, p. 289-300, jul./set., 2017.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa et al. **Luz, escuridão e penumbra: o Governo Vargas e a Igreja Católica**. **Dimensões**, Vitória, v. 26, p. 277-291, 2011.

MESQUIDA, Peri; BRIGHENTI, Miriam F. Dom Leme, os intelectuais e o papel da educação na reconquista da hegemonia católica: a guerra de posição de 1915 a 1950. *In: JORNADA NACIONAL DO HISTEDBR*, 10, 2011, Vitória da Conquista. **Anais [...]** Vitória da Conquista: EDUESB, 2011. p. 01-15

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

MOURA, Carlos André Silva de. A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do Clero. **Revista Brasileira de História das Religiões**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 23-38, 2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves*. **Brasil republicano o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 13-44.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Agente. *In: CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de*. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 26-27.

OLIVEIRA, Alexandre Luis de. Dom Sebastião Leme e as estratégias de atuação do catolicismo nos anos de 1930. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 88-98, 2016.

OLIVEIRA, Alexandre Luis de. **A política dos cardeais: uma análise transnacional da atuação de Sebastião Leme e Manuel Cerejeira (1930/1945)**. 2018. 219 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. Padre Leonel Franca e o Ensino Superior Católico no Brasil. *In: Campos, Névio de; Montaner, Gerardo, Garay* (Orgs.). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais: campos, fronteiras e disputas**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 227-252.

OLIVEIRA, Pedro Filipe Barros. **Os arquitetos da Neocristandade: análise da atuação de intelectuais convertidos e leigos na construção do espaço social**

católico centrado no Rio de Janeiro (1930 - 1935). 2019. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

OLIVEIRA, Pedro Henrique Domingos da Silva; LEAL, Carla Cristina Rodrigues. Educação na Primeira República. *In*: JORNADA ACADÊMICA, 11., 2017, Santa Helena de Goiás. **Anais** [...] Santa Helena de Goiás: UEG, 2017. p. 1-7.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. *In*: ORTIZ, Renato. (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). *In*: PALMA FILHO, João Cardoso. **Pedagogia cidadã**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010. p. 71-84. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PEREIRA, André Phillipe. Dom Leme, liderança cativante na Igreja e na sociedade. A Igreja na história da cidade. *In*: STECKEL, Alexandre; LIMA, Luís Corrêa; VENEU, Marcos Guedes (Orgs). **Rio 456 anos a Igreja na História Da Cidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2015. p. 187-209.

PEREIRA, André Phillipe. **Uma Neocristandade no Brasil**: a atuação do Cardeal Leme para tornar o Brasil um país católico. 2018. 204 f. Tese (Doutorado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PORTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Educação na Primeira República (1889-1930). **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 23-32, 2003. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3033>>. Acesso em: 02 jun. 2023.

RANQUETAT JUNIOR, Cesar. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 21, n. 1, p. 67-75, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

REIS, Edilberto. Cavalcante.; DUARTE, Fábio. Soares. O Episcopado brasileiro e a acolhida dos ensinamentos políticos e sociais dos Papas na República do Brasil (1889-1890). **Revista Historiar**, Sobral, v. 2, n. 3, p. 69-86, jul./dez. 2010. Disponível em: <historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/45>. Acesso em: 17 maio 2023.

RIBEIRO, Hélida Medeiros. **A Guerra de Canudos (1896-1897)**: história e estética. 2016. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaiana, 2016.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado – crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1979.

SANTO ROSÁRIO, Maria Regina do. (O.C.D.). **O Cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 32-55, 2009.

SGANDERLA, Ana Paola; CARVALHO, Diana Carvalho de. A psicologia e a constituição do campo educacional brasileiro. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, p. 107-115, 2010.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Josie Agatha Parrilha; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Carneiro Leão e a reforma do Rio de Janeiro: 1922-1926. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS: HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 7., 2006, Campinas. **Anais [...]** Campinas: Unicamp, 2006. p. 1-19.

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. **Alceu Amoroso Lima e a Renovação da Pedagogia Católica no Brasil (1928-1945): uma proposta de espírito católico e corpo secular**. Curitiba: CRV, 2015

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. Intelectuais católicos e o advento republicano: a presença de clérigos e leigos como fundamento e meio de ação da igreja romana no Brasil. *In*: CAMPOS, Névio de; MONTANER, Gerardo, Garay (Orgs). **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais: campos, fronteiras e disputas**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 255-274.

SOARES, Marilda Aparecida. **O ensino público primário no Estado de São Paulo, 1937-1945**. Transformações e continuidade. 1997. 207 f. Dissertação. (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo: 1997.

SOUZA, Mauro Ferreira de. **A igreja e o estado: uma análise da separação da igreja católica do estado brasileiro na constituição de 1891**. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

TEIXEIRA, Vitor. **Cismas, Reformas e Divisões na Igreja – LVII: o Deísmo moderno**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/28847>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. **Mariana Coelho e a educação das mulheres: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940)**. 2020. 347 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

VASCONCELOS, Francisco Antonio de. Notas sobre a liderança de Dom Sebastião Leme no Brasil. **REFLEXUS: Revista de Teologia e Ciências das Religiões**, Vitória, v. 9, n. 14, p. 295-315. 2015. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/article/view/298>>. Acesso em: 06 abr. 2023.

VASCONCELOS, Francisco Antonio de. Dom Sebastião Leme: um Homem e seu tempo. **Cadernos Cajuína**, Piauí, v. 3, n. 3, p. 36–53, 2018.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Federalismo Oligárquico Brasileiro: uma revisão da política do café com leite. **Anuário IEHS**, Buenos Aires, v. 16, p. 73-90, 2001.